

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL E CULTURAL
SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITORIALIZAÇÃO



Dissertação

Ocupar e resistir:

Uma etnografia sobre os modos de construir a cidade a partir do Assentamento 20
de Novembro

Flávia Segat

Pelotas/RS, 2023

Flávia Segat

Ocupar e resistir:

Uma etnografia sobre os modos de construir a cidade a partir do Assentamento 20
de Novembro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia Social e Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Aderaldo

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira Da Silva Neto

Pelotas/RS, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S454o Segat, Flávia

Ocupar e resistir : uma etnografia sobre os modos de construir a cidade a partir do assentamento 20 de novembro / Flávia Segat ; Guilherme Aderaldo, orientador ; Francisco Luiz Pereira da Silva Neto, coorientador. — Pelotas, 2023.

150 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Antropologia urbana. 2. Assentamento. 3. Movimento social de moradia. 4. Cidade. 5. Quarto distrito de Porto Alegre. I. Aderaldo, Guilherme, orient. II. Silva Neto, Francisco Luiz Pereira da, coorient. III. Título.

CDD : 307.1

Flávia Segat

Ocupar e resistir:

Uma etnografia sobre os modos de construir cidade a partir do Assentamento 20 de
Novembro

Dissertação aprovada, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Antropologia Social e Cultural, Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 21/03/2023, às 17h.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Aderaldo (Presidente da banca)

Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo/SP

Prof. Dr. Alexandre Magalhães

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro/RJ

Profa. Dra. Claudia Turra Magni

Doutora em Antropologia Social pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais da França (EHESS)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, aos meus pais, Namir Segat e Reli Segat, pelo incentivo aos estudos que desde criança me deram, pelo esforço em contribuírem para a minha formação pessoal e profissional e pelo amor incondicional.

Ao meu irmão, Paulo Segat, e à minha cunhada, Carla Ullmann, pela acolhida em meus momentos de dúvida em relação ao caminho que eu estava traçando e, principalmente, por terem me permitido sentir o amor mais genuíno que até então havia experienciado com o nascimento do meu sobrinho e afilhado, Miguel, em 2021.

À minha família, como um todo, pela consciência social que sempre tiveram e que me passaram em todas as oportunidades de nos reunirmos.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, na Justiça do Trabalho, que há cerca de seis anos me ensinam o significado de resistência, ante os constantes ataques ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores.

Um agradecimento muito especial a todos os meus amigos, que entenderam as minhas ausências e se fizeram, cada qual ao seu modo, presentes.

Em especial, à minha amiga Carolina Mosmann, que tem me ensinado sobre o equilíbrio entre a razão e a emoção e me mostrado o quão importantes são as pessoas que passam por nossas vidas. Não tenho dúvidas do quanto a minha evolução pessoal se deve a ti. Obrigada.

À minha amiga Isadora Schuster, que, desde o curso de Direito, esteve ao meu lado, dividiu caronas e conta com inúmeras semelhanças comigo. Sou imensamente grata pelo apoio nas minhas empreitadas acadêmicas, pelas contribuições durante o processo de produção dos meus trabalhos e pelas conversas políticas que temos. É gratificante poder partilhar contigo das inquietações que me afligem.

Também à minha amiga Isabela Meneghel, que, nesse mesmo ano em que escrevi a dissertação, escreveu e apresentou seu trabalho de conclusão de curso, dividindo comigo de parecidas angústias. Fico muito feliz em ver nossa evolução pessoal, profissional e acadêmica acompanhando a trajetória da nossa amizade.

E, não menos importante, à minha amiga Eduarda Ferrari, que entrou na minha vida neste último ano e dividiu muitas manhãs de sábado nos cafés da cidade de Porto Alegre comigo. Desde que nos conhecemos, nossas conversas se tornaram um refúgio onde pude me sentir acolhida e encontrar inspiração para a escrita.

Gostaria de agradecer a todos os professores que tive o prazer de ser aluna durante o curso, por terem me apresentado à Antropologia e terem despertado – todos – um anseio em me aprofundar nas matérias.

A passagem pelo exame de qualificação foi de grande relevância para minha formação e para a continuidade dessa pesquisa. Agradeço especialmente ao professor Alexandre Magalhães e à professora Cláudia Magni por terem aceitado o nosso convite e terem feito observações fundamentais para os desdobramentos desse trabalho.

Um agradecimento, especialmente, ao professor Guilherme Aderaldo, que orientou esse trabalho. O seu auxílio no processo de escrita e de desenvolvimento dessa dissertação foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui. Obrigada por ser fonte de crescimento intelectual.

Ao professor Francisco Neto, que coorientou essa produção, por ter sido fonte de conhecimento com sua maneira simples e profunda de conduzir suas exposições e oferecer contribuições.

À professora Betânia Alfonsin, que lecionou as primeiras aulas que tive sobre direito urbanístico e me apresentou a questão urbana pelo seu viés social, em aulas bastante enérgicas, nas quais lecionava a respeito da necessidade de democratizar as cidades.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que participam do movimento por moradia e que se dispuseram a me passar um pouco do conhecimento adquirido na luta e assim contribuir para a escrita desse trabalho. Meus/minhas interlocutores/interlocutoras compartilharam não só os seus trajetos, mas também parte de suas tramas familiares, seus desejos e, principalmente, seus modos de ver a cidade e a vida de que ela é feita.

Por fim, agradeço a Deus pelas pessoas que colocou em minha vida, pelas oportunidades que permitiu que eu tivesse acesso e, principalmente, pela resiliência em realizar esse grande sonho e desafio. Toda a minha gratidão.

*O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas? [...] Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. (BENJAMIN, Walter apud LOWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 48).*

RESUMO

Essa dissertação concentra sua atenção em desdobramentos sociopolíticos decorrentes da falta de habitação para um grande contingente da população brasileira. Falta essa que resulta de um processo histórico politicamente construído de concentração de terras, renda e poder nas mãos de poucos. A partir desse cenário, apresento as ocupações como resposta da população civil organizada em movimentos sociais à falta de moradia digna e situo o Assentamento 20 de Novembro, localizado na região central da cidade de Porto Alegre, mais especificamente no Quarto Distrito, como foco central de análise. Meu objetivo é compreender os modos de habitar e conceber política e intelectualmente a cidade, tendo como plano de referência o cotidiano de um grupo de famílias que se localiza à margem do Estado. A partir do trabalho etnograficamente informado, percorro algumas cenas que indicam para o modo pelo qual meus/minhas interlocutores/interlocutoras, por intermédio de suas relações sociais, transformam a experiência de vida em ferramenta política contra o autoritarismo de elites que usam as próprias leis como instrumentos de conservação da estrutura hierárquica responsável pela perpetuação de seus privilégios. Nesse percurso, tenho como hipótese que o referido Assentamento se configura como modelo de urbanismo imaginado e realizado concretamente pelas pessoas que o fazem em seu cotidiano. Argumento, nesse sentido, que essas experiências constroem conhecimentos e desvelam a cidade não como um fato autoevidente, mas como um devir, capaz de revelar potencialidades voltadas à radicalização democrática.

Palavras-chave: Antropologia Urbana; Assentamento; Movimento social de moradia; Cidade; Quarto Distrito de Porto Alegre.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the sociopolitical implications resulting from the lack of housing for a large portion of the Brazilian population. This lack is a result of a politically constructed historical process of land, income, and power concentration in the hands of only a few people. Based on this scenario, the study presents occupations as a response from the organized civil population in social movements to the lack of housing and it locates the “Assentamento 20 de Novembro” (“November 20th Settlement”), located in the central region of the Porto Alegre city, more specifically in the Fourth District, as the central focus of analysis. My aim is to understand the ways of inhabiting and conceiving the city politically and intellectually, with the daily life of a group of families located on the margins of the State as the reference point. Through an ethnographically informed work, I explore some scenes that point out to the ways in which my interlocutors, through their social relations, transform life experience into a political tool against the authoritarianism of elites who use the very laws as instruments for conserving the hierarchical structure responsible for perpetuating their privileges. During this journey, my hypothesis is that the mentioned Settlement is a model of imagined urbanism that has been concretely realized by the people who live there on a daily basis. I argue, in this sense, that these experiences build knowledge, pointing to the city not as a self-evident fact, but as a becoming, capable of revealing potentialities focused on democratic radicalization.

Keywords: Urban Anthropology. Settlement. Social housing movement. City. Fourth District of Porto Alegre.

Lista de Figuras

Figura 1:	Fotografia da fachada atual do prédio.....	55
Figura 2:	Fotografia da casa sendo derrubada, com os seguintes dizeres: “A copa do mundo é aqui e nós para onde vamos?”	63
Figura 3:	Mapa do Assentamento 20 de Novembro: primeira localização na Avenida Mauá, esquina com a Rua Caldas Júnior; segunda localização na Avenida Padre Cacique; terceira localização na Rua Barros Cassal, esquina com a Avenida Farrapos	68
Figura 4:	Mapa de Porto Alegre, de Alexandre Ahrons, de 1916, com indicação dos distritos	74
Figura 5:	Cartão postal de 1908 de Porto Alegre, mostrando os trapiches sobre o Guaíba	75
Figura 6:	Fotografia da Avenida Voluntários da Pátria	80
Figura 7:	Imagem do projeto da fachada do prédio.....	84
Figura 8:	Explicativo do projeto (01).....	87
Figura 9:	Explicativo do projeto (02).....	88
Figura 10:	Fotografia do Registro da Concessão de Direito Real de Uso Gratuito com Encargo	92
Figura 11:	Fotografia de Dandara e Tainá, filhas de Ni.....	95
Figura 12:	Fotografia de parte frontal do prédio do Assentamento	97
Figura 13:	Fotografia de Tatiana, costureira e moradora do Assentamento 20 de Novembro.....	98
Figura 14:	Fotografia da manifestação de 13 de julho de 2021, na Rua Borges de Medeiros, com manifestantes segurando faixas, uma delas com os seguintes dizeres: “#ForaBolsonaro Genocida e Corrupto”	103
Figura 15:	Fotografias da divulgação de máscara 3D e porta máscaras elaboradas pelas costureiras da Cooperativa 20 de Novembro.....	105
Figura 16:	Fotografia da entrada do prédio	110
Figura 17:	Fotografia de parede do prédio, com os seguintes dizeres: “Só a luta muda a vida”	111
Figura 18:	Fotografia de parede do prédio, com os seguintes dizeres: “Quando morar é privilégio, ocupar é um direito!”	112
Figura 19:	Fotografia da maquete do “Empreendimento Habitacional Assentamento 20 de Novembro”.....	113

Figura 20: Fotografia do palco da Virada da Habitação	114
Figura 21: Fotografia da Virada da Habitação.....	115
Figura 22: Fotografia do ingresso da feijoada, com referência ao aniversário do MNLM.....	122
Figura 23: Fotografias do “projetaço” na parede do prédio do Assentamento 20 de Novembro (1)	123
Figura 24: Fotografias do “projetaço” na parede do prédio do Assentamento 20 de Novembro (2)	124
Figura 25: Fotografia do prédio da Ocupação Saraí	125
Figura 26: Imagem do terraço no projeto do Cais Rooftop.....	129

Lista de abreviaturas

BNH	Banco Nacional de Habitação
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CSSV	Coletivo Santa sem Violência
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FJP	Fundação João Pinheiro
FMP	Fundação Escola Superior do Ministério Público
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
FP	Frente Popular
GPSUIC	Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBDU	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC	Movimento dos Sem-Teto do Centro
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OMS	Organização Mundial da Saúde
OP	Orçamento Participativo
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGANT-UFPEL	Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas
PT	Partido dos Trabalhadores

SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	18
1. HABITAR E LUTAR.....	32
1.1. Configuração das dinâmicas socioespaciais urbanas brasileiras	34
1.2. A luta por moradia em Porto Alegre	40
1.3. Produção e transformação do espaço urbano pelos seus habitantes	52
2. ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO	55
2.1. “Vamo ocupar a cidade, todo espaço vazio”	55
2.2. “A Copa dos 20 de Novembro”	66
2.3. “Não é meramente para resolver o problema de moradia”	67
3. “SEGUIR LUTANDO E APRENDER FAZENDO”: Quarto Distrito e seus atores	73
3.1. De ameaça a modelo: circulando com o Assentamento.....	84
3.2. Por dentro do Assentamento: algumas cenas etnográficas	91
3.2.1. “E finalmente temos o ‘papel’”	92
3.2.2. “Vou limpar esses tijolinhos, porque vocês vão voltar pro lugar de vocês” .	98
3.2.3. “Não tem mais como suportar essa indecisão”	100
3.2.4. “A resistência que precisa estar em movimento”.....	103
3.2.5. “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer” ..	109
3.3. “O teto sobre nós não é rooftop”	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como ponto de partida a história e algumas das experiências cotidianas da trajetória de luta por moradia das famílias que hoje habitam o Assentamento 20 de Novembro, localizado na região central da cidade de Porto Alegre, mais especificamente no Quarto Distrito, em uma análise sobre os modos de construir a cidade a partir de suas vivências.

Jurista de formação, com Graduação em Direito concluída no ano de 2017, mas tomada pelas preocupações advindas da pandemia de COVID-19 e pelo desejo em retomar os estudos acadêmicos, retornei à academia em 2020 para participar de um grupo de pesquisa que investigava os impactos das alterações do marco legal da Política Urbana Brasileira e os processos de resistência em contextos locais, sob coordenação da professora Betânia de Moraes Alfonsin¹, na faculdade onde me graduei, Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Os estudos com o grupo, mais voltados à área jurídica, despertaram em mim o interesse em procurar entender como os habitantes do Assentamento 20 de Novembro estavam lidando com a conjuntura política, econômica e jurídica que vivenciamos na cidade de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que enfrentavam a pandemia.

Saindo de um viés normativo, que predominou durante os anos de graduação e ainda se faz presente na minha rotina, procurei entender – não mais sob o viés do Estado e de suas normas legais fundantes, mas sob a perspectiva de seus moradores e movimentos sociais de que fazem parte – como o mencionado Assentamento constrói e vive a cidade. Para tanto, as principais questões orientadoras com que a presente investigação trabalha são as seguintes: Como a experiência e a trajetória de luta² dos habitantes do Assentamento 20 de Novembro permitem entender a lógica que está por trás da política habitacional da cidade de Porto Alegre? Como as famílias que compõem o Assentamento produzem a cidade e a habitam?

A área de concentração escolhida, em Antropologia Social e Cultural, mostra-se adequada à presente dissertação, porque desafia exame, investigação e reflexão

¹Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2008), a professora foi Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) para o biênio 2020/2021 e coordena o Grupo de Pesquisa “Direito Urbanístico e direito à cidade” no Mestrado da FMP, de que faço parte.

²Os/as meus/minhas interlocutores/as se autodenominam como pessoas que estão “na luta”, construindo modos de habitar e ocupar a cidade pelas próprias características dessa trajetória de luta.

sobre compreensão da complexidade, das fronteiras³ e da diversidade nas variadas dimensões da vida em sociedade, em especial a organização social e os processos de resistência⁴ vivenciados pelos habitantes do Assentamento, frente ao desmonte da política urbana, à financeirização (ROLNIK, 2015) e mercadorização (BAGGIO, 2006) de seu território e, ainda que tangencialmente, à COVID-19. Outrossim, a linha de pesquisa “Sociedade, Ambiente e Territorialização” foi escolhida, pois o presente estudo tem por objetivo compreender os modos de habitar a cidade a partir do cotidiano de um grupo de famílias que se localiza à margem do Estado. A proposta é submeter à perspectiva normativa de cidade a experiência particularizada e contextualizada do grupo que efetivamente a vive.

Em um primeiro momento, minha intenção de pesquisa era analisar o Assentamento 20 de Novembro a partir de seus moradores em um contexto de pandemia. A questão relativa ao enfrentamento da COVID-19 era, portanto, central no meu projeto. Com o decorrer, contudo, da prática etnográfica, em especial durante o ano de 2022, modifiquei o foco da pesquisa. Mantive, como plano de referência, a pesquisa etnográfica do mencionado Assentamento, mas procurei analisar como a vivência da cidade, a partir das redes de relações fomentadas pelos seus habitantes, reconfigura os sentidos das representações hegemônicas do espaço urbano e, conseqüentemente, as hierarquias que essas representações visam a perpetuar.

Não deixei de considerar, obviamente, que a dissertação foi realizada durante a pandemia de COVID-19, motivo pelo qual abordo o caminho metodológico desenvolvido para a pesquisa e examino como a vivência dos cidadãos que vivem o Assentamento foi atravessada pela pandemia, em uma visão de que “a luta não para”, mas a reflexão etnograficamente informada se dará primordialmente a respeito da categoria “direito à cidade”. Com efeito, o advento da crise sanitária pareceu

³Sobre o tema, Feltran (2010) trabalha com a ideia de fronteira entre o que chama de periferias ou de grupos mais marginalizados e os grupos mais bem estabelecidos da sociedade. Explica o uso de fronteira justamente pelo fato de haver coisas que a ultrapassam e que a atravessam, como os telefones celulares, os televisores de tela plana e as Casas Bahia, por exemplo, que estão em todas as classes sociais e outras que bloqueiam esse fluxo, tais como o encarceramento, para citar o exemplo trabalhado pelo autor.

⁴Valho-me, aqui, da explicação apresentada por Gutterres (2014, p. 39) no tocante à significação de resistência que pretendi empregar no uso de tal significante: “A resistência à dominação enquanto evidência da submissão esmagadora de uma ideologia - não é a forma com a qual estamos entendendo resistência nesse trabalho. Como herança de uma perspectiva mais culturalista resistir, nesse caso, seria imobilizar-se, endurecer-se frente ao impacto de algo que não é permeável. Por isso buscamos pensar nos termos de uma resiliência enquanto uma prática política que expõe o caráter relacional do poder”.

escancarar o comportamento do Estado, com base em seu biopoder (FOUCAULT, 1977), de promover a necropolítica (MBEMBE, 2018).

Atrás do meu interesse em acompanhar a trajetória de luta dessas famílias, estava presente o histórico de formação das cidades, que busca disciplinar corpos e espaços, produz segregação e, por vezes, reprime violentamente os modos de resistir a esse disciplinamento. Diante de tais focos de resistência, fui seduzida a disputar um pequeno espaço nessa escritura do conhecimento, a fim de narrar e examinar parte da experiência daqueles que imaginam e realizam concretamente um diferente modelo de urbanismo e de habitação. O intuito principal, com isso, é o de lançar uma contribuição sobre as disputas por moradia na região central da cidade e, assim, examinar a ocupação de um imóvel vazio como contraponto ao modelo empresarial que coexiste no território e como mecanismo de resistência na luta por moradia.

Era evidente que, a partir do exame da vida urbana pelo Assentamento, inúmeros outros temas e discussões apareceriam, tais como parentesco, família, território, memória, política e raça, para citar alguns exemplos. A presente dissertação, contudo, seja pela questão do período exíguo de dois anos, pela extensão que um trabalho que abrangesse todas as nuances descobertas durante o trabalho de campo tomaria, seja pela minha escolha pessoal⁵, pretende se ater, primordialmente, à análise dos aspectos políticos de uma vivência na luta (PATERNIANI, 2013) por habitação na região central da cidade de Porto Alegre.

No decorrer do trabalho, realizarei uma reflexão sobre o “direito à cidade” não só no sentido lefebvriano do termo, de direito à vida urbana, mas também no viés de participação nos processos decisórios relativamente à urbanização da cidade, tomando como base a perspectiva dos próprios atores sociais, em suas lutas cotidianas por um lugar para habitarem o centro da cidade. A ideia de lugar, fixada a partir das concepções de Massey (2000), é fundamental para o modo pelo qual olho para o meu campo. Nessa dissertação, lugar diz respeito a um produto das relações e das múltiplas trajetórias. A forma pela qual a circulação da vida e do texto se desenvolve nas próximas páginas procura mostrar que o lugar tem um sentido local, mas interrelacionado ao sentido global, ou seja, de estar em relação aos outros lugares (Massey, 2000). Seguindo o movimento das famílias que hoje habitam o

⁵Como bem observa Peirano (1992, p. 13), “Na Antropologia, a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados”.

Assentamento 20 de Novembro, volto a atenção aos lugares e, especificamente, à cidade sendo feita.

Após essa breve introdução e a posterior apresentação de algumas considerações metodológicas, examinarei no primeiro capítulo a questão da (falta de) habitação para um grande contingente de pessoas no Brasil, como resultado de um processo histórico politicamente construído a permitir uma grande concentração de terra, renda e poder nas mãos de poucos. A partir de um panorama relativo às configurações das dinâmicas socioespaciais urbanas, com o uso de revisão bibliográfica (em especial, de ROLNIK, 1997, 2015; MARICATO, 1997; VILLAÇA, 1986; LEFEBVRE, 2001a [1905], 2001b [1968]; HOLSTON, 2013; BAGGIO, 2006; ROYER, 2009), passo a analisar o processo pelo qual a produção do espaço urbano vem sendo mobilizada como aparato de acumulação econômica e como instrumento para a formação de hegemonia no capitalismo contemporâneo. Entre regulações promovidas pelo Estado e ondulações neoliberais do mercado imobiliário, que atendem habitações de financiamento social, interessa saber como ficam esses encontros e se é possível construir discussões sobre moradia e políticas de habitação.

Farei uma breve contextualização sobre a luta por moradia na cidade de Porto Alegre, metrópole objeto da minha investigação. De um período em que fortemente exercida a democracia representativa, a Capital hoje se encontra no estágio de vivência da democracia ultraliberal, com o arrefecimento da participação popular e uma onda de desdemocratização das políticas públicas. O regime urbano, que por um período se mostrou preocupado com a demanda da habitação à totalidade da população, parece ter se inclinado à tendência das cidades globais, em que prevalecente um forte viés mercadológico. É nesse cenário que as ocupações – especialmente aquelas organizadas por movimentos sociais, como será mais bem explicado no decorrer do trabalho – vão fazendo um contraponto e se apresentando como uma resposta à falta de moradia.

No segundo capítulo, apresentarei os primeiros passos da, até então, Ocupação 20 de Novembro, contados por seus habitantes, e a primeira remoção que sofreram no contexto da Copa do Mundo de Futebol de 2014, valendo-me de reportagens produzidas à época e de trabalhos acadêmicos com a mesma temática (PINTO, 2010; FÁVARO, 2011; GUTTERRES, 2014; SANCHES, 2021). Também aponto a mudança – não só conceitual, mas de significação – que representou a passagem de nomenclatura de Ocupação para Assentamento.

Iniciarei o terceiro capítulo com o histórico da região em que localizado o Assentamento, o Quarto Distrito de Porto Alegre, utilizando-me de bibliografias que discutem as transformações urbanas em andamento na região e mostram a reconfiguração de sua dinâmica espacial, no intuito de ressaltar alguns dos conflitos desencadeados por essas mudanças (MATTAR, 2010; MARX, 2022). Também especificarei o modo pelo qual o Assentamento se tornou um modelo de urbanismo para os atores sociais e a forte relação com a arquitetura social. E, ao final, mostrarei algumas das cenas etnográficas construídas⁶ durante a minha investigação, as quais dialogam com as reflexões apresentadas nos capítulos anteriores, retomando as discussões em bases mais concretas. As narrativas que se seguem são descortinadas a partir de “apropriações e construções de lugares” (JIRÓN, 2017) dos sujeitos em suas lutas diárias. Com isso, a dissertação busca mostrar a importância dos movimentos sociais na construção de lugares de resistência e de uma cidade mais justa e democrática.

⁶Parto, aqui, da abordagem epistemológica de que o objeto científico é construído (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1987). No mesmo sentido, Guterres (2014) se utiliza da expressão “construção” em contraponto à ideia de colheita de dados, trazendo a reflexão de que o trabalho do etnógrafo é produzido nas trocas que estabelece e na problematização do contexto em que constrói a partir de uma série de mediações analíticas e teóricas que se propõe a fazer.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Na tentativa de tensionar certo viés normativo, característico de minha formação acadêmica no campo do Direito, busquei na Antropologia a aproximação a aportes teóricos capazes de problematizar o que, até então, eram dados autoevidentes, como as próprias noções de cidade, de espaço público e, até mesmo, de “direito à cidade”. Nesse sentido, a introdução à perspectiva teórico-etnográfica proposta por Michel Agier (2015) fez toda a diferença, na medida em que me levou a examinar o “direito à cidade”, por exemplo, como uma categoria etnográfica.

Em um primeiro momento, as noções do Direito se mostraram como ponto de partida para eu poder elaborar os questionamentos relativos ao Assentamento 20 de Novembro no mundo social e político, considerando o papel das leis, dos Poderes Estatais e também dos agentes públicos. Contudo, com o passar dos semestres e a familiarização com os debates antropológicos sobre os fenômenos urbanos, mediante o aprofundamento das leituras, passei a buscar entender a cidade, os modos de urbanização e as formas de vida compartilhadas por meus/minhas interlocutores/as, sob uma nova perspectiva (etnográfica). De fato, tal perspectiva despreendeu meu enfoque de uma concepção prévia e idealizada da cidade. Abri-me para entender a cidade a partir da perspectiva das pessoas que a vivem e isso me levou a repensar a estrutura narrativa que estaria associada à construção da dissertação.

Questionava Magnani (1996) sobre o que teria a Antropologia – disciplina que usualmente evocaria culturas distantes – de contribuição para o estudo de uma cidade tão próxima e conhecida do pesquisador. Essa primeira dúvida estaria associada à própria origem dos estudos antropológicos, os quais procuravam ao final do Século XIX explicar a diversidade de costumes entre os povos⁷. À época, as diferenças foram consideradas como estágios sucessivos no processo evolutivo. Contudo, a Antropologia abandonou tal perspectiva evolucionista e passou a demonstrar que seu objeto não é propriamente o estudo de um determinado tipo de sociedade, mas que, nas palavras de Lévi-Strauss (1962, p. 26), “enquanto as maneiras de ser ou agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio

⁷A Antropologia se preocupava com os “outros”, como assim explicado por Velho (1980, p. 15): “A Antropologia tendeu a apresentar uma fachada para uso externo onde o interesse pelo exótico e distante, o penoso trabalho de campo e um certo tipo de bibliografia clássica constituíam as marcas de diferenciação”.

da antropologia”. Nessa mesma direção, conclui Geertz (1997, p. 228), que “agora somos todos nativos”⁸.

Tal “ajuste de foco” (MAGNANI, 1996, p. 3) sobre o âmbito da disciplina revela que basta uma caminhada pelas cidades para que tenhamos contato com uma variedade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças e valores que em nada perderiam ao “exotismo”⁹ que tanto espantava os europeus em contato com os povos chamados “primitivos”¹⁰. Mas, alerta o autor, o importante ao “olhar antropológico” (*idem*) não seria apenas o “reconhecimento e registro da diversidade cultural, [...] e sim a busca do significado de tais comportamentos” (*idem*). Igualmente, consoante referido por Velho (1980), faz-se necessário que se compreenda que a cidade é o local onde convivem diversos grupos com experiência e trajetórias em partes comuns, em parte diferentes:

[...] dentro de nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significado quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias. Sob uma visão mais tradicional poder-se-ia mesmo dizer que é exatamente isto que permite ao antropólogo realizar investigações na sua própria cidade. Ou seja, há distâncias culturais nítidas internas ao meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximas. Não foi à toa que alguns dos primeiros trabalhos de Antropologia Urbana foram estudos de minorias étnicas, imigrantes, e, mais tarde, de grupos desviantes, em se tratando de trabalhos realizados na sociedade do investigador (VELHO, 1980, p. 16).

⁸A esse respeito, ver ainda, OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Tempo e tradição: Interpretando a Antropologia. In: _____. **Sobre o pensamento antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988, p. 13-48.

⁹Seja na pesquisa no campo seja na cidade, seja em uma aldeia seja na metrópole, a Antropologia não dispensa o caráter relativizador que a presença do “outro” possibilita, sendo exatamente “esse jogo de espelhos, [...] essa imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali onde, à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo” (MAGNANI, 1996, p. 5).

¹⁰Magnani (1996) afirma que acertadamente não mais se permite a oposição outrora existente entre as chamadas sociedades “simples”/“primitivas” e as sociedades “complexas” para diferenciar o objeto tradicionalmente estudado pelos antropólogos das sociedades urbano-industriais. Contudo, salienta o referido autor que o modo de operar da Disciplina carrega inevitavelmente as marcas das primeiras incursões a campo.

Assim, em que pese o trabalho de campo seja realizado em uma metrópole – o que, em um primeiro momento, pode parecer mais fácil que estudar uma sociedade em que tudo é desconhecido para o antropólogo, desde a língua até os hábitos alimentares – ele coloca problemas novos. Como assentado por Oliven (2007), seria exatamente essa aparente facilidade que tornaria a tarefa do antropólogo que estuda o âmbito urbano mais difícil, na medida em que precisa “tentar interpretar sua própria cultura e questionar seus pressupostos que são muitas vezes aceitos como fatos inquestionáveis pela maioria da população” (*ibidem*, p. 14) e, inclusive, por ele próprio.

Desse cenário, assumindo o estudo do meio e das vidas cotidianas como algo relevante para a Antropologia, foi que Velho (1978) em diálogo com DaMatta (1978) colocou em questão a natureza do conhecimento diante do familiar na tentativa de contribuir para uma compreensão da sociedade. Registrou o autor que ter familiaridade com fatos, situações e pessoas não era o mesmo que conhecê-los, já que conhecer exigiria um esforço de se aproximar e se distanciar no intuito de promover uma compreensão mais complexa dos fenômenos observados e vividos, por meio de experiência, emoções, sentimentos e formas de classificação internalizadas.

Parti de tal perspectiva, somada à de Agier (2015), na tentativa de deslocar meu olhar de uma concepção apriorística e normativa de cidade para tentar entender as dinâmicas citadinas a partir de seus sujeitos em suas práticas cotidianas como um processo vivo, ou seja, a partir de uma perspectiva “de perto e de dentro”, a qual, como bem lembra Magnani (2002), não ignora a importância de considerar os fatores macroestruturais. Seria a alternância entre os significados em nível local e a sua análise em quadros teóricos mais amplos, descrita por Geertz com os termos “experience-near” e “experience-distant” (GEERTZ, 1983), que caracterizaria a perspectiva interpretativa da Antropologia. Ainda, observa Peirano o seguinte:

[...] não há como ensinar a fazer pesquisa de campo como se ensina, em outras ciências sociais, métodos estatísticos, técnicas de surveys, aplicação de questionários. [...] Se esses imponderáveis são comuns também nas outras ciências sociais, na Antropologia eles ficam ressaltados pela relação de estranhamento que a pesquisa de campo pressupõe e que resulta na questão do exotismo 'canônico' da disciplina (PEIRANO, 1992, p. 13).

Com efeito, sob essa perspectiva, a cidade não deve ser encarada como sinônimo de uma realidade uniforme e acessível empiricamente, mas como um significativo vazio, um ideal ou um desejo sempre dependente daqueles que o

preencherão com significados diversos e contrastantes. Ou seja, aprendi com a Antropologia que os espaços são investidos de significados e que esses significados, longe de serem simples elementos ilustrativos, correspondem, no fundo, a fatores decisivos que orientam modos específicos de uso e apropriação dos territórios urbanos. Como elucidado por Magnani (1996, p. 18), “as descontinuidades significativas no tecido urbano não são o resultado de fatores naturais, como a topografia, ou de intervenções como o traçado de ruas, zoneamento e outras normas”, mas “são produzidas por diferentes formas de uso e apropriação do espaço, que é preciso, justamente, identificar e analisar”. Cito, ainda, que a espacialidade na qual a vida em movimento a que esse trabalho se debruça é aquela teorizada por Massey (2004), onde se cruzam uma “multiplicidade de trajetórias” que se contrapõem às noções que definem espaço como fixo, oposto ou mera reprodução do tempo, assim explicada:

Este ponto é que, precisamente porque ela é a esfera da justaposição potencial de diferentes narrativas, do potencial forjar de novas relações, a espacialidade é também uma fonte de produção de novas trajetórias, de novas estórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças (é interessante e significativo como o argumento neste ponto é limitado pela indisponibilidade de uma linguagem adequada) (Massey, 2000, p. 18).

Nesse sentido, pesquisar a cidade como fenômeno antropológico implica em levar a sério as categorias e sentidos empregados por meus/minhas interlocutores/as, de modo que, ao mesmo tempo que pesquisamos, também nos vemos implicados/as na (re)construção da cidade que o campo nos apresenta¹¹. São, em verdade, as práticas sociais que dão significado ou ressignificam os espaços: as ruas, as praças, as edificações e outros equipamentos estão lá, mas, a depender do sentido pelo que são apropriados, transformam-se (MAGNANI, 1996). Uma rua habitualmente é utilizada para o deslocamento, mas pode se transformar no local de protesto em dia de manifestação, como se verá adiante. Dizendo de um outro modo, as cidades que pesquisamos decorrem, como refere Agier (2011, p. 59), “de uma montagem de sequências da vida urbana retiradas de uma ínfima parte do curso real do mundo” em uma espécie do que chama de “cidade bis”, e não da cidade propriamente.

¹¹Nas palavras de Shah (2020, p. 376), “[...] levando a sério a vida dos outros, a observação participante nos permite compreender a relação entre história, ideologia e ação de modos que não poderíamos ter previsto; ela é, portanto, crucial para se entender por que as coisas permanecem iguais e para pensar sobre como os poderes e autoridades dominantes podem ser desafiados, o que é fundamental para uma mudança social revolucionária”.

Com a finalidade de utilizar um método de pesquisa que “permita pensar a universalidade da cidade fora de qualquer pretensão normativa, ou seja, segundo uma concepção ao mesmo tempo epistemológica e política” (AGIER, 2015, p. 483), o material informativo e a metodologia empregada por essa pesquisa se entrelaçam a partir do uso de diferentes técnicas, as quais se iniciaram a partir de um levantamento e análise de bibliografias relativas ao Assentamento, composta primordialmente por textos acadêmicos, livros, pesquisas, documentos públicos e matérias jornalísticas.

Também foram etnografadas, por meio de pesquisa digital em ambientes digitais, “lives” realizadas por meio do “YouTube” e do “Instagram” com a temática urbana e a cidade de Porto Alegre durante o período em que desenvolvi a pesquisa, buscando seguir controvérsias públicas associadas ao contraste entre opiniões sobre o Assentamento 20 de Novembro e a sua importância para a cidade e para seus ocupantes. Cito, como exemplo, a conversa entre Ezequiel e a professora Leda Bonfiglio, decorrente do projeto “Tertúlia UFRGS Litoral”, em 14 de agosto de 2020, com o tema “estratégias de sobrevivência no território”¹² (GEOGRAFIA UFRGS LITORAL, 2020).

Tratando-se de uma pesquisa que teve início no ano de 2021, durante pandemia de COVID-19 que assolou todo o mundo e inviabilizou as pesquisas presenciais, a participação em eventos online e o acompanhamento das atividades dos habitantes do Assentamento pelo meio digital se constituíram atividades muito significativas para o avanço inicial da pesquisa. Logo após a notícia da aprovação no processo seletivo à vaga de mestranda ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pelotas (PPGANT-UFPEL), já me prontifiquei a pedir, via “WhatsApp” – uma ferramenta que provavelmente todos os moradores utilizavam –, o contato de alguns dos habitantes do prédio à professora Betânia, que me repassou os números de Ezequiel Moraes e de Ceniriani Silva.

Faço um parêntese para explicar que essa dupla me foi apresentada, inicialmente, como formada pelos participantes centrais do Assentamento. Além de moradores, Ezequiel foi, à época da primeira ocupação, integrante da Coordenação Estadual do MNLM de Porto Alegre e Ceniriani, coordenadora do MNLM do Rio Grande do Sul e presidenta da Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro. Ambos cresceram na luta por moradia digna. São, também, aqueles que mais

¹²A live ficou gravada e pode ser vista em: <https://youtu.be/R8jiM7suVQs>.

aparecem nas redes sociais, nas notícias e nos demais trabalhos acadêmicos estudados sobre o Assentamento. Não são os únicos, contudo. O projeto de moradia do edifício ocupado abrange 40 famílias, as quais, com pequenas alterações, mantêm-se desde o início de sua luta. Ocorre que a maioria não está atualmente residindo no prédio, pois não são todos os seus espaços que se encontram habitáveis, como será explicado da dissertação, já que estão precisando do aporte do Poder Público para a obra. Atualmente, moram cerca de oito famílias em seus apartamentos adaptados.

Voltando às considerações metodológicas de uma pesquisa que se iniciou de modo digital, aponto algumas dificuldades como as decorrentes de falhas de conexão na internet, os ruídos e barulhos do ambiente em que os/as interlocutores/as se encontram, as quedas de energia elétrica, as distrações advindas das casas de onde nos encontrávamos e, até mesmo, o desgaste advindo da dinâmica dos encontros virtuais. No entanto, apesar de impossibilitar algumas das perspectivas da pesquisa “in loco”, o formato digital abriu inúmeras outras possibilidades, como salientado por Magnani (2013):

Pensar a Internet e os recursos computacionais como campo de pesquisa significa reconhecer que, se instituem e interligam áreas tão diversas como atividades de trabalho, práticas de lazer, momentos de fruição, troca de informações, possibilidade de encontros, aprendizado, atuação política, campanhas, vendas etc., isso se dá num ambiente tecnológico específico, a partir e em função de suas regras e protocolos (*ibidem*, p. 12).

Do digital, decorreu, portanto, a necessidade de equacionar, na agenda de pesquisa, a disponibilidade em arranjar e rearranjar conversas ante as distintas obrigações laborais, políticas, domésticas e familiares minhas e daqueles com quem a minha pesquisa se relacionava. Mesmo diante desse enredo, as possibilidades únicas proporcionadas pelo ambiente *online*, como a possibilidade de transitar entre diferentes endereços e de receber mais facilmente áudios, vídeos, fotos e textos dos/as interlocutores/as, por exemplo, foram de enorme proveito. Cito, como exemplo, a conversa de 13 de julho de 2021, que tive por meio do “Whatsapp” com Ezequiel, que será mais bem detalhada na dissertação, mas permitiu que eu acompanhasse, por meio dele, uma manifestação que ocorria no centro da cidade.

Como explicitado por Almeida (2021), a ampliação da pesquisa em ambientes digitais pode, até mesmo, vir a superar alguns dos paradigmas clássicos da Antropologia, já que discussões sobre as etnografias na/da internet, além de terem se tornado tema de pesquisa, tornaram-se objeto de análise de como lidar com a

pesquisa em tempos marcados pela experiência da hiperconexão. Assim, não posso deixar de abordar a vertente teórica da Antropologia digital ou Antropologia do ciberespaço, que visa a estabelecer relações entre o digital, a cultura e as redes de sociabilidade. Acerca do papel do etnógrafo no ambiente digital, elucida Miller (2020):

[...] seu método é algo que você aprende, não algo que já começa com você. Argumento que exatamente o mesmo se aplica on-line. E essa é a mensagem mais importante que gostaria de transmitir aqui. Quando usamos a palavra 'método' em Antropologia, geralmente a descrevemos como observação participante e alguns podem compreendê-la como aquilo que fazemos quando estamos em campo. Então, diriam, 'se você só pode fazer isso on-line agora, talvez precise apenas efetuar muitas entrevistas, em vez de participar'. Quero sugerir exatamente o oposto: exatamente porque você estará trabalhando principalmente on-line, é necessário se concentrar ainda mais na observação participante, em vez de coisas como entrevistas. Por quê? Porque, como você deve perceber, há muitas oportunidades para a observação que agora não serão possíveis. Diante disso, o que você precisa fazer nessa espécie de mudança para um novo regime é encontrar maneiras de compensar esse problema, ao prever um modo como fará seu trabalho de campo (Ibid., p. 03).

Especialmente no momento em que o convívio social esteve limitado ante as restrições advindas da pandemia, a internet permitiu que os limites físicos fossem transpostos, “possibilitando que pessoas de diferentes culturas, condições socioeconômicas e localidades se aproximem e realizem as mais diversas atividades no ambiente on-line” (BOTTON, 2022, p. 14).

De fato, os diferentes modos de experienciar uma cidade, como bem mencionado por Tuan (1983, p. 9), “abrangem as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”, as quais “variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização”. Assim, ainda que à distância, foi possível a construção de uma proximidade e de uma relação de colaboração e confiança durante a pesquisa.

Além de tais incursões digitais, as idas presenciais após a vacinação de duas doses na cidade de Porto Alegre também se fizeram presentes e se mostraram ainda mais importantes na construção de um diálogo para a formulação da presente dissertação. E, a partir delas, novas configurações e relações entre mim e os/as interlocutores/as foram sendo permitidas.

Em uma das primeiras conversas presenciais que tive com Ezequiel, lembro que ele salientou que o fato de possuir apenas o ensino fundamental completo não lhe impediu de ser muito curioso e de a curiosidade ter sido a principal ferramenta a

proporcionar algum tipo de troca com a “academia”. Academia formada, segundo ele, por pesquisadores de diferentes áreas que se propõem a dialogar com o Assentamento. Ele me fala que a vida prática também educa, ensina e coloca várias formas de saberes “que a gente precisa valorizar”.

De fato, a academia é um local de lutas entre ideias e interesses e, como parte integrante da sociedade, “é estruturada e atravessada por muitos dos mesmos dilemas e traços” (ALMEIDA, 2021, p. 37). Assim, o sucesso das ideias e dos modos de conceber o conhecimento “tem que ver com os contextos político e social mais amplos, e com as lutas e disputas travadas tanto no interior da academia quanto no conjunto da sociedade em determinadas épocas” (*idem*).

Recordei, com isso, das palavras de Collins (2016), no sentido de que se precisa aprender a confiar na “biografia pessoal e cultural como fonte significativa de conhecimento” (p. 123). É dos debates construídos durante a sua vida na luta que Ezequiel entende ter sido construída uma nova saída, uma nova alternativa, uma nova lógica de subsistência e, porque não dizer, de resistência. Assim, o exercício epistemológico que dá lugar a essa dissertação é rodeado de importantes parcerias intelectuais que fazem dialogar com os conhecimentos de dentro e de fora, já que nenhum conhecimento se subordina a outro e que a realidade vivenciada pode ser usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias.

Nesse sentido, cito a seguinte passagem de Ingold:

O conhecimento busca fixar as coisas nos conceitos e nas categorias de pensamento, explicá-las e torná-las, até certo ponto, previsíveis. Frequentemente, falamos em nos armar de conhecimento, ou de usá-lo para fortalecer as nossas defesas, para que possamos enfrentar melhor as adversidades. Ele nos dá poder, controle e imunidade para atacar. Mas, quanto mais nos refugiamos nas fortalezas do conhecimento, menos atentos estamos ao que acontece à nossa volta. Para que se preocupar em observar, diz-se, quando já conhecemos? Ser sábio, ao contrário, é aventurar-se pelo mundo e assumir o risco de se expor ao que acontece lá. É compartilhar da presença de outros, prestar atenção, importar-se. O conhecimento fixa e nos tranquiliza, a sabedoria desestabiliza e perturba. O conhecimento arma e controla, a sabedoria desarma e abnega. O conhecimento tem seus desafios, a sabedoria tem seus caminhos, mas, enquanto os desafios do conhecimento se encerram em suas soluções, os caminhos da sabedoria se abrem para um processo de vida. Agora, é claro que não estou sugerindo que podemos abrir mão do conhecimento. Mas precisamos de sabedoria também. Na conjuntura atual, a balança se inclinou bruscamente em direção ao primeiro, afastando-se da última. De fato, nunca antes na história, tanto conhecimento esteve associado a tão pouca sabedoria. A tarefa da antropologia, creio eu, é restaurar o equilíbrio, moderar o conhecimento transmitido pela ciência com a sabedoria da experiência e da imaginação (INGOLD, 2019, p. 11).

Ao buscarmos fixar as coisas em conceitos e categorias de pensamento, o conhecimento nos dá um senso de poder e controle, tornando as coisas previsíveis e fortalecendo nossas defesas contra as adversidades. No entanto, esse refúgio no conhecimento muitas vezes nos leva a deixar de prestar atenção ao que acontece ao nosso redor, porque já pensamos que conhecemos tudo. Por seu turno, a sabedoria envolve assumir riscos e se expor ao que acontece no mundo, compartilhar a presença de outros e prestar atenção ao que está acontecendo ao nosso redor, de modo que a Antropologia tem um papel importante a desempenhar na restauração do equilíbrio, moderando o conhecimento científico com a sabedoria da experiência e da imaginação.

A especificidade da pesquisa que orientou essa dissertação está, portanto, em desvelar como os habitantes, por intermédio da assimilação de suas histórias e das relações sociais que os compõem, transformam a experiência de vida em política sobre o Estado, a sociedade e a cidade ao seu redor. Nesse sentido, pesquisadores da Escola de Chicago¹³, escola que inspirou a construção de uma Sociologia e uma Antropologia fundamentadas no exame dos fenômenos socioespaciais urbanos, utilizaram-se da etnografia ou, simplesmente, da observação direta, para produzirem conhecimento sobre as áreas que estudavam.

A esse respeito, Hannerz (2015) cita cinco estudos que denomina de etnografias: "The Hobo" (ANDERSON, 1923) sobre o modo de vida de trabalhadores sazonais e andarilhos; "The Gang" (TRASCHER, 1927), um levantamento e descrição de gangues juvenis em Chicago; "The Ghetto" (WIRTH, 1928), sobre o bairro judeu; "The Gold Coast and the Slum" (ZORBAUGH, 1929), sobre seis áreas naturais com diferentes modos de vida de seus moradores; e "The Taxi-Dance Hall" (CRESSEY, 1932), sobre personagens e regras dos salões de dança "por cartão". Magnani (1996) acrescenta à lista, ainda que em um período um pouco posterior, "Street Corner Society" (WHYTE, 1943), estudo baseado na observação participante de grupos de jovens de origem italiana em Boston.

Um desses autores, Wirth, apresenta o seguinte conceito de cidade: "para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande,

¹³Consoante ensina Hannerz (2015, p. 38), "A partir da Primeira Guerra Mundial e durante toda a década de 1930, os sociólogos da Universidade de Chicago realizaram uma série de estudos baseados em investigações de sua própria cidade, que foi geralmente reconhecida como o início dos estudos urbanos modernos, e como o conjunto de pesquisas sociais mais importantes sobre qualquer cidade do mundo contemporâneo".

denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos" (1967, p. 96). Posteriormente, Benjamin (2015 [1972]), filósofo, crítico literário, ensaísta e tradutor alemão, associado à Escola de Frankfurt¹⁴ e conhecido por suas reflexões sobre a cultura, a história, a arte e a política, ao tratar de temas da modernidade, retomou a figura do “flâneur” de Baudelaire (2010 [1857]), um habitante urbano que, ao caminhar pela cidade, observa-a por meio de um percurso sem compromissos, mas que, a despeito disso, não deixa de se atentar às relações sociais e às injustiças que enxerga no mundo moderno. É aí que a potencialidade de estudar o movimento a partir de seus participantes que torna a Antropologia e, mais especificamente, a etnografia tão especial, já que fornece instrumentos para o diálogo entre as teorias antropológicas acadêmicas e as teorias produzidas pelos/as próprios/as interlocutores/as (MAGNANI, 2013).

Naquela mesma ocasião, comentada anteriormente, Ezequiel me questionou sobre o objetivo da minha pesquisa. Acho que não entendi muito bem o questionamento, já que ele não ficou satisfeito quando eu respondi que era mestranda em Antropologia e queria estudar o Assentamento. Continuamos conversando e ele insistiu na pergunta. Não me recordo exatamente as palavras que ele usou, mas entendi que sua indagação visava saber qual era o meu interesse pessoal na pesquisa. Eu respondi, então, que achava importante que “a gente” se articulasse e buscasse novas maneiras de exercer o direito à moradia, que era por isso que eu pesquisava. Sem perceber, eu me incluí no discurso e, daí, entendi que havia respondido seu questionamento.

Notei, assim, uma questão que só mais tarde compreenderia a partir de subsídios teóricos. A saber, o fato de que na pesquisa antropológica é, muitas vezes, necessário “ser afetada” (FAVRET-SAADA, 2005) e, além disso, explicitar o engajamento que norteia a pesquisa (FARIAS, 2007)¹⁵. Assim, ao desenvolver minha agenda de pesquisa, percebi que o engajamento etnográfico, ou seja, o “compromisso

¹⁴A Escola de Frankfurt foi um grupo de intelectuais associados ao Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung) da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, que se destacou no campo da teoria crítica da sociedade e da cultura. O grupo teve origem na década de 1920 e foi influenciado por pensadores como Karl Marx, Max Weber, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. A Escola de Frankfurt procurou realizar uma crítica radical da sociedade contemporânea, especialmente em relação à cultura de massa, à indústria cultural e às formas de dominação e exploração presentes na sociedade capitalista. Alguns de seus principais representantes foram Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Jürgen Habermas (JAY, 2006).

¹⁵Nas palavras do autor, “[...] é necessário que se considere como uma das partes envolvidas na relação e enxergue os integrantes do grupo com o qual se está trabalhando como sujeitos que vão se posicionar nesta relação através de discursos próprios” (FARIAS, p. 41-42).

democrático com a verdade”¹⁶ (SHAH, 2020, p. 389) passou a ser um elemento constitutivo da relação que ali se delineava.

Ainda, tratando-se de uma pesquisa envolvendo o contexto urbano, com habitantes que lidam diariamente com a violência estatal, um conflito que me atingiu, pessoalmente, foi o de pensar se minha posição em campo se aproximava daquela identificada pelos agentes do Estado ou se eu conseguiria deslocar esse lugar para uma zona que me possibilitasse efetivamente desenvolver a pesquisa sob a perspectiva dos moradores do Assentamento. Diante da visão dualista que coloca o Estado e os sujeitos em lados opostos, como ressaltou Gutierrez (2014) sobre o risco do uso de “luta” e de “resistência”, é necessário explicitar com quem se está dialogando. Assumir, portanto, uma postura ética na pesquisa socialmente engajada parece ter relação com o compromisso de incorporar os discursos dos/as interlocutores/as à temática e de, ao mesmo tempo, enxergá-los como dotados de autonomia crítica e reflexiva.

A partir dos aportes provenientes da etnografia urbana, busquei evitar olhar para os habitantes sob uma perspectiva jurídico-normativa demasiadamente abstrata, com significados e reivindicações de maneira apriorística, e também me empenhei em afastar um possível vício de tematizar seu território apenas no registro da carência e da privação (ou “exclusão”), perdendo de vista as práticas sociais e as subjetividades que pulsam a partir das experiências compartilhadas nesses locais. Ou seja, mais do que entender o que morre nesses espaços, interessava-me compreender o que dali nasce. Procurei, com isso, afastar-me de pressupostos preconcebidos no que diz respeito ao Assentamento – já que a vivência do contexto urbano permite, aos poucos, desnaturalizar a percepção mais geral – e reenquadrar as questões todas que se elaboram naquele lugar.

Assim, no processo de construção dessa dissertação, estranhei a cidade onde eu resido há cerca de dez anos, Porto Alegre, para me familiarizar com a cidade que passei a reconstituir por intermédio da pesquisa etnográfica, aquela vivida (e

¹⁶Não estou, com isso, pretendendo fazer uma Antropologia militante a que Shah (2020, p. 389) emite o seguinte alerta: “No curto prazo, podemos precisar suspender nosso desejo moral de nos tornarmos parte daqueles ativismos cujos engajamentos políticos nós ansiamos por servir – de perseguir qualquer forma ingênua de antropologia militante – e reconhecer que a observação participante pode nos forçar a reconsiderar as premissas teóricas mesmo daqueles com quem nós moralmente sentimos que deveríamos explicitamente formar alianças. A observação participante pode, de fato, inibir nosso zelo revolucionário. Esse é o ponto e o potencial democrático da observação participante ao se engajar politicamente no mundo. No longo prazo, isso nos torna antropólogos melhor engajados politicamente – isto é, melhores ativistas”.

simbolizada) pelas famílias com que conversava. Uma premissa importante adotada foi a de que, ao acompanhar os sujeitos de investigação, “a cidade que nós conhecemos é a cidade da alteridade da pesquisa” (ECKERT; ROCHA, 2013).

Ademais, valendo-me das contribuições de Gago (2014), busquei evitar a armadilha de pensar os habitantes do Assentamento numa dinâmica de estrita passividade, como seres inanimados, passivos ou orientados tão somente pela ótica neoliberal, como resultado de dinâmicas econômicas ou políticas que lhes são exteriores, mas como personagens dotados de desejos, que são o centro da produção da governança urbana. Não se está a tratar, portanto, de tais sujeitos sob o signo proeminente normativo ou da exclusão, uma vez que sua vivência não está excluída do tecido urbano, mas na força que a comunidade exerce em um terreno dinâmico de luta e conflitos.

Compreendi, assim, ser importante pensar a cidade para além de suas representações hegemônicas, de modo a preencher o significativo chamado de “direito à cidade” – que, inicialmente, seria vazio – pelos movimentos que compõem o espaço urbano, mais especificamente pelo movimento de ocupar um prédio público subutilizado (AGIER, 2015)¹⁷. A mobilidade (física e subjetiva) também foi uma marca constantes durante a pesquisa, já que meu processo de escrita se deu de modo simultâneo a minhas atividades profissionais cotidianas¹⁸.

Esse “fazer-cidade” (AGIER, 2015), a partir de seus habitantes, levou-me, desse modo, a refletir acerca de como a (i) mobilidade é parte integrante do cotidiano daqueles que intervêm na cidade e, além disso, de como essa cidade construída passa a ser um “objeto virtual” (LEFEBVRE, 2001), em que o urbano imaginado e desejado atravessa a noção pragmática de cidade.

¹⁷Importante aqui uma menção à influência de Castells (1983) quanto às pesquisas sociológicas sobre movimentos sociais urbanos. O autor tece críticas ao “mito da cultura urbana” e às premissas de análise dos autores da escola de Chicago, afirmando que não se poderia falar em uma teoria específica do espaço, mas em desdobramentos e especificações da teoria da estrutura social. Ainda, segundo Magnani (1996, p. 10), seria “nesse quadro que entram os movimentos sociais urbanos, formas de constituição e organização de ‘novos atores’ de um processo político na luta por equipamentos e participação na tomada de decisões sobre o ordenamento urbano”. Lefebvre (2001), ao contrário de Castells, teria recuperado a irredutibilidade do urbano - “a cidade como artefato” - enquanto objeto de reflexão e intervenção.

¹⁸Além de mestranda no PPGANT-UFPEL, sou servidora pública na Justiça do Trabalho de Porto Alegre, exerço a atividade de conciliadora voluntária, e tenho vínculo com a faculdade em que me graduei em Direito, a Fundação Escola Superior do Ministério Público, como integrante do grupo de pesquisa organizado pela professora Betânia – como antes mencionado –, atividades mantenho em paralelo, ainda, à minha tentativa de me fazer presente na vida dos meus familiares e amigos.

Além disso, considerar na escrita os deslocamentos dos sujeitos com os quais interagi foi outro esforço marcante, que me possibilitou evitar reproduzir a lógica (colonialista) de confinar suas presenças e ideias aos limites geográficos dos espaços em que habitam. Como explicado por Magnani (1996, p. 25), apesar de a “tentação da aldeia” – qual seja, a tentação de encarar o objeto de estudo como uma unidade fechada e autocentrada – fazer-se presente nas pesquisas antropológicas em contexto urbano, o fato de recortar um objeto ou tema de pesquisa não implica cortar os vínculos que mantém com as demais dimensões ou instituições presentes na dinâmica urbana. Os territórios de circulação¹⁹, assim, afiguram-se como produto de relações que demandam investigação, sendo o movimento um objeto privilegiado de construção das espacialidades por meio dos encontros entre diferentes trajetórias, como ensina Massey (2000).

Nesse sentido, ao invés de analisar o quadro que está posto na cidade para daí projetar conclusões sobre as repercussões em seus cidadãos, procurei inverter a perspectiva de análise e perceber a partir da ótica dos próprios atores que habitam o território o repertório de práticas, percepções e instituições que lhes servem e condicionam. A pesquisa é, pois, tanto “sobre” quanto “com” os habitantes do Assentamento. Afinal, a questão que analiso nessas páginas diz respeito a uma controvérsia na qual eu própria, como cidadina e habitante de Porto Alegre, encontro-me implicada.

Ao tomar a posição “marginal” de meus/minhas interlocutores/as como base para minha descrição etnográfica, não estou objetificando as pessoas, mas, tão somente, valendo-me da aproximação com a posição que ocupam (e com a qual me identifico, em muitos sentidos) para, a partir desse lugar, problematizar teórica, política e empiricamente a naturalidade de um regime urbano que tem nos objetos e nas finanças a base de seus princípios.

Como explicitado por Velho (2011, p. 178),

O próprio pesquisador é, em parte, personagem das histórias e das narrativas que colhe. Assim como as pessoas do universo pesquisado, desloca-se entre

¹⁹A noção de território circulatório se refere à ideia de que o espaço não é um dado estático e imutável, mas sim um processo em constante transformação. Nesse sentido, o território é visto como um conjunto de relações e interações entre diferentes agentes e fluxos, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou políticos. O território circulatório é, portanto, “um espaço que se presta a ser apropriado por quem se move, que se constrói e se transforma através da mobilidade de pessoas, bens e informações” (TARRIUS, 1996, p. 177), cujo conceito é de grande valia para compreender as dinâmicas e as interações que ocorrem em relação ao Assentamento, levando em conta as múltiplas dimensões que o compõem e a complexidade das relações estabelecidas.

diferentes planos e níveis da realidade, num jogo retrospectivo e prospectivo de memórias e projetos em que a subjetividade está sempre presente.

Desse modo, encaro meus/minhas interlocutores/as “como referências intelectuais que produzem uma série de conceitos e explicações sobre a sua realidade, e que assim elaboram repertórios com os quais interpretam o mundo calcados em uma perspectiva que emerge de suas experiências” (ALMEIDA, 2021, p. 47). Ao cultivar uma relação comprometida com os/as interlocutores/as, o trabalho se produz em uma composição de ideias, e não em uma mera tradução²⁰. Assim, a etnografia que dá forma a essa pesquisa busca descrever analiticamente a maneira pela qual a experiência de “viver na luta” (PATERNIANI, 2013), a partir do vínculo com o Assentamento 20 de Novembro, desdobra-se num modo muito particular de ler, apropriar-se – como lembra Jirón (2017) não no sentido de “propriedade”, mas no sentido de “modelagem” – da cidade, e de produzir uma nova maneira de habitá-la.

²⁰Como referido por Almeida (2021, p. 46), o trabalho do antropólogo não se resume a uma tradução daquilo que lhe é apresentado, em “tão somente pegar algo pronto e traduzir para outra linguagem, ainda que fazendo escolhas neste processo. Para mim, sobretudo quando falamos de materiais conhecidos por nós através de encontros e conversas, não se trata bem de ‘colher’ ‘dados prontos’ e passá-los para outra linguagem, mas de produzir tal material a partir daquela interação. Portanto, o sentido relacional e inexistente previamente – mesmo quando informações similares já tenham sido ditas outrora, ou quando se toma textos de seus interlocutores, o que ainda pressupõe uma leitura, interpretação e escrita do antropólogo que se faz a partir dali – se perde quando tratamos o fazer antropológico como mera tradução”.

1. HABITAR E LUTAR

Habitar, morar, habitação, casa, lar. Direito humano fundamental, o direito à moradia é, tantas vezes, negado. Milhões de seres humanos, homens, mulheres e crianças, são condenados a viverem nas favelas, em palafitas, nas áreas de risco, pendurados em encostas dos morros ou nas beiradas de arroios, casas de papelão. Pedacos de madeira ou de latas são um arremedo de moradia, mas é nestes locais que muitos brasileiros vivem e sobrevivem com suas famílias, geram e criam os filhos. Mudar essa realidade é um desejo acalentado por muitos, mas poucas vezes concretizado. Os arranha-céus tomaram conta da planície, avançaram sobre os morros e agora querem capturar a orla do belo Rio, que alguns dizem que é o lago, mas que no nosso coração será sempre o velho Rio Guaíba. Querem privatizar o pôr do sol para os poucos que puderem pagar por um apartamento com vista para o rio. Para os demais, restará o olhar à sombra dos edifícios. Na nova ordem da especulação imobiliária, só tem direito à moradia quem pode pagar e de preferência muito. Quanto mais pagar, melhor morará. Para os que não têm dinheiro, restam as favelas e áreas de risco, um loteamento popular bem longe do centro (OCUPAÇÃO, 2012a).

Início esse capítulo com o trecho de um texto declamado por um dos habitantes da (ainda) Ocupação²¹ à época em que viviam próximos ao Estádio Beira Rio, no documentário que “retrata a história de luta e resistência das primeiras famílias chutadas pela copa em Porto Alegre”²². Em nosso país – assim como no restante do mundo – são milhões de pessoas a sofrer com a falta ou a inadequação das condições de habitação.

O excerto em destaque fala sobre a desigualdade no acesso ao direito à moradia no Brasil. A habitação é vista como um direito humano fundamental, mas muitas vezes é negada a milhões de pessoas, que são obrigadas a viver em condições precárias, como nas favelas e áreas consideradas de risco. A situação é agravada pelo avanço dos arranha-céus e da especulação imobiliária, que privam o acesso à moradia a quem não tem dinheiro, restando apenas as margens da cidade. A situação é ainda mais injusta, pois apenas aqueles que pagam muito têm direito à moradia de qualidade.

²¹Consoante já mencionado na introdução dessa dissertação, houve uma mudança conceitual na passagem de Ocupação para Assentamento, que será melhor desenvolvida no capítulo subsequente.

²²É esse o título do documentário que, segundo o MNLM, “retrata a história de luta e resistência das primeiras famílias chutadas pela Copa em Porto Alegre”, realizado pelo Movimento, pela, ainda, Ocupação 20 de Novembro, pela Cooperativa 20 de Novembro e pela Liga de Direitos Humanos. Conforme descrição, “O documentário A Copa dos 20 de Novembro apresenta o paradoxo de uma cidade que se prepara para sediar o maior evento internacional de futebol, a Copa do Mundo, sem estar preparada para acolher com dignidade os seus cidadãos. O filme reconstitui a trajetória e a mobilização dos integrantes da Ocupação 20 de Novembro pela efetivação do direito à moradia, à cidade sustentável e a necessidade de reforma urbana” (OCUPAÇÃO, 2012a). O documentário pode ser visto no canal de YouTube da Ocupação: <https://www.youtube.com/watch?v=2JsRIBNZgMc>.

O – assim chamado – “déficit habitacional”²³ explicita a necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação. Já a “inadequação” seria dimensionada pelos domicílios improvisados e pelos domicílios rústicos. Os improvisados seriam locais construídos sem fins residenciais e que servem como moradia, tais como prédios em construção, viadutos, carroças, tendas e barracas, por exemplo. Já os rústicos, por seu turno, seriam aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e que podem resultar em risco de contaminação por doenças em decorrência de condições de insalubridade, como taipas sem revestimento e madeira aproveitada, por exemplo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Segundo pesquisa desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP)²⁴, o déficit habitacional estimado para o Brasil em 2016 foi de 5,657 milhões de domicílios, dos quais 4,849 milhões estão localizados em área urbana e 808 mil em área rural; em 2017, foi da ordem 5,970 milhões de domicílios, dos quais 5,157 milhões estão localizados em área urbana e 813 mil, em área rural; em 2018, de 5,870 milhões de domicílios, dos quais 5,060 milhões estão localizados em área urbana e 809 mil, em área rural; e, em 2019, de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana e 832 mil, em área rural (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Ao escrever sobre a situação da habitação, no final do Século XIX, Engels (2015 [1872]) analisava a especulação que ordenava o espaço urbano como produto da racionalidade capitalista, assegurando que tudo se torne mercadoria e assim questionava:

Ora, de onde vem a escassez de moradia? Como surgiu? Como bom burguês, o senhor Sax não pode saber que ela é um produto necessário da forma burguesa de sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução [...]; na qual grandes massas de trabalhadores são concentradas nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os aluguéis mais altos possíveis. Numa sociedade

²³O déficit habitacional é um conceito que tem sido utilizado em âmbito governamental para estimar a falta de habitações e/ou a existência de habitações em condições inadequadas, assim consideradas aquelas em que há alguma carência de “algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021)

²⁴A FJP calcula o déficit habitacional no Brasil desde 1995.

desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde, educação, trabalho, quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base” (*ibidem*, p. 71 – grifo meu).

A análise da escassez de moradia proposta por Engels (2015 [1872]) revela a falta de moradia como consequência do capitalismo, que tende a concentrar a renda nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, deixando o restante sem acesso a moradias dignas. Dizendo de outro modo, hodiernamente, Butler (2018, p. 27), ao examinar os aspectos performativos da identidade como categoria social, escreve que “ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa”.

Se, de um lado, Engels (2015 [1872]) àquela época argumentava que a escassez de moradia era uma consequência da lógica capitalista – já que a produção de moradias era vista como uma forma de obter lucro, e não como uma necessidade básica da sociedade –, Butler, ao estudar a questão da falta de moradia, destaca a importância da criação de laços sociais e da construção de uma comunidade para garantir o direito à moradia. Ambos os pensadores mostram a importância da luta pela moradia como um direito social fundamental e referem a necessidade de mudanças nas estruturas econômicas e políticas para garantir a habitação adequada para todos. De fato, a escassez habitacional é fruto de um processo politicamente construído, a respeito do qual farei um breve histórico no tópico seguinte.

1.1. Configuração das dinâmicas socioespaciais urbanas brasileiras

A maneira pela qual a posse foi tratada historicamente no Brasil gerou processos excludentes na formação das cidades, o que reverbera até hoje em termos da configuração das desigualdades sociais presentes no ambiente urbano. Com efeito, os problemas vivenciados no ambiente urbano, especificamente o déficit e a precariedade²⁵ habitacional, não são elementos novos e estão presentes desde a colonização, induzidos politicamente de modo a permitir uma grande concentração de

²⁵Conforme conceituação apresentada por Butler (2018), a precariedade estaria relacionada à falta de condições politicamente induzida, seja pela adoção de práticas de violência a grupos vulneráveis seja pela ausência de políticas públicas protetivas.

terra, renda e poder nas mãos de proprietários de pessoas escravizadas e de grandes parcelas de terras. Conforme salienta Maricato:

A abundância de terras desocupadas no Brasil, contudo, dispensou o rigor das regras que regulavam as concessões. O latifúndio resultante da concessão de sesmarias foi fundamental para a economia portuguesa e depois para o Império brasileiro [...] (MARICATO, 1997, p.22).

Nos anos que se seguiram ao período colonial, a quantidade de cidades cresceu no Brasil e, com elas, houve a formação de “uma burguesia nacional habitante dos centros urbanos que modificava o espaço urbano criando formas antes específicas das edificações do clero, aristocracia e do Estado” (SANTANA, 2020, p. 193). Por seu turno, o processo que encaminha o País para a abolição da escravatura vai delineando os contornos do capitalismo entre nós. Ante “o esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão” (MARTINS, 2015, p. 3).

Semanas depois de o Brasil ter decidido pela cessação do tráfico negreiro, ainda no ano de 1850, foi promulgada a Lei de Terras, que fortaleceu os conflitos urbanos ao dissociar o direito à terra da exigência de seu efetivo uso e ocupação (ROLNIK, 1997). Ela instituiu, desse modo, um “novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado” (MARTINS, 2015, p. 3). Como elemento amplificador das desigualdades existentes, exemplo do “mau governo da lei” (HOLSTON, 2013, p. 44)²⁶ e “instrumento de desordem calculada” (*ibidem*, p. 266), a lei definia em seu primeiro artigo que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850). A terra passava, então, a ser uma mercadoria, já que a lei estabelecia a vedação de posse da terra por meio de ocupações ou concessões públicas.

Nesse processo complexo que aliava a restrição da ocupação das terras e a abolição da escravatura sem assegurar condições aos alforriados, “a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo

²⁶Para o autor, seria errônea a interpretação de que as leis são ineficazes no Brasil. Em verdade, a história teria demonstrado que seu uso pelas elites nacionais foi, e muito, eficaz na perpetuação de uma estrutura social que privilegia seus interesses em prejuízo do restante da população. O “mau governo da lei” seria, em suas palavras, “um sistema de estratégias e complicações burocráticas usado pelo Estado e por indivíduos para ofuscar problemas, neutralizar oponentes, garantir a impunidade e, acima de tudo, legalizar o ilegal” (HOLSTON, 2013, p.44).

de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós” (MARTINS, 2015, p. 4). A contradição entre a abolição da escravidão e o trabalho livre presente naquela época no país, pode ser assim sintetizada:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais (MARTINS, 2015, p. 10).

Para Villaça (1986), o assalariamento do trabalhador, no contexto em que se inseria a mercantilização das terras, configurava-se como um dos elementos marcantes do capitalismo brasileiro. Os meios de produção passavam a ter “donos” e o único meio de sobrevivência para diversos indivíduos era a venda da força de trabalho. Com a emergência do trabalho livre, o patrão, que outrora se “preocupava” com a moradia de seu escravizado, desobrigou-se de tal incumbência.

No final do Século XIX e início do Século XX, o processo de industrialização integrado à cultura cafeeira e à construção de infraestrutura nas grandes cidades conduziu ao crescimento dos centros urbanos, que se tornaram polos de comércio e serviços. As indústrias potencializaram o crescimento urbano, em razão da grande necessidade de mão de obra. As antigas cidades, contudo, não comportavam as novas exigências impostas por esse novo cenário (VILLAÇA, 1986).

A República Velha era orientada pela lógica do liberalismo, sem o controle do Estado e a maioria das pessoas vivendo de aluguel, com contratos feitos ao gosto dos proprietários (GUTTERRES, 2014). É durante esse período que ocorre o primeiro “surto de crescimento urbano” no país, com algumas alternativas de moradia para abrigar a massa trabalhadora. Tais alternativas eram, à época, criadas pelas próprias indústrias, que desejavam manter os trabalhadores próximos ao local de trabalho, e por investidores que viam na produção de moradias uma oportunidade para locação (BRACONI, 2017).

A partir da emergência da “sociedade urbana”, consequência do desenvolvimento do sistema capitalista, o espaço metropolitano começa a atrair os interesses de classes e a fazer parte dos “circuitos de circulação do capital financeiro” (LEFEBVRE, 2001b [1968]). Assim, aqueles trabalhadores que não possuíam a

qualificação necessária para viver nas vilas operárias (já que estas eram destinadas àqueles que possuíam posições mais elevadas) tinham que arcar com as despesas de aluguel privado ou procurar cortiços, favelas e áreas periféricas. As condições de moradia estavam, desse modo, “ligadas diretamente à capacidade econômica desse trabalhar, ou seja, seu salário” (BRACONI, 2017, p. 55).

A paulatina valorização dos terrenos residenciais e industriais e a acumulação de mais-valia produzida pelo capitalismo, transferindo ao trabalhador o custo com habitação, transporte e quaisquer outros serviços, passaram a ditar o local de moradia daqueles que não conseguiam arcar com tais despesas (KOWARICK, 1980). De fato, considerando o que Engels (2015 [1872]) escreveu sobre a questão da moradia, percebemos que, no sistema capitalista, é impossível garantir o direito a uma moradia digna para toda a população, já que há um limite imposto pelo mercado ao problema da habitação.

É nesse cenário que as margens²⁷ da cidade vão sendo ocupadas pelos trabalhadores com menor renda e que os espaços centrais são tomados pelas elites industriais. De acordo com Denaldi (2003), a urbanização com baixos salários aliada às características excludentes do mercado imobiliário obrigou a população mais pobre a buscar maneiras de produção habitacional doméstica e a ocupação de terras. Esse processo foi, em parte, apoiado pelo Estado, que, por meio da edição do Decreto Federal n. 58, em 1937, – em mais um exemplo do “mau governo da lei” (HOLSTON, 2013) – concedia o direito de propriedade ao comprador caso o vendedor desistisse do negócio antes do pagamento das parcelas (BRACONI, 2017, p. 56).

O Estado brasileiro procurava se urbanizar depois dos anos 1930 e modernizar a economia da sociedade que se estabelecia, articulando uma nova esfera de cidadania para canalizar a nova força de trabalho formada pelos imigrantes e pelos trabalhadores estabelecidos na periferia. Para Holston²⁸ (2013), o desenvolvimento das periferias urbanas no Brasil, no período compreendido entre 1930 e 1980, estaria atrelado à institucionalização dos direitos sociais fundados no trabalho urbano, consolidando o processo de segregação espacial em nosso território. Assim, a

²⁷Paterniani afirma que, nos anos 1960, as ciências sociais articulavam a ideia de marginalidade social em torno de uma sociedade que dividia os sujeitos entre incluídos e excluídos do sistema. Na década de 1970, as ideias eram articuladas em torno das lutas de classes e das consequentes lutas urbanas e o Estado passou a ser visto como um “inimigo autoritário comum” (PATERNIANI, 2013, p. 19).

²⁸A reflexão do autor se desenvolve a partir da expulsão das classes trabalhadoras do centro de São Paulo, metrópole que, segundo Holston (2013), seria um exemplo pioneiro para essa prática.

limitação da cidadania e a restrição do acesso à propriedade privada seriam os elementos formadores da diferenciação entre uns e outros em nosso país²⁹.

Com efeito, “a estrutura de financiamento da habitação criada após o golpe militar de 1964 buscou criar condições para o desenvolvimento de um mercado imobiliário que já se mostrava dinâmico” (ROYER, 2009, p. 14), o que contribuiu para que a crise do Estado servisse de pretexto à efetivação dos direitos sociais como pensados pela Assembleia Nacional Constituinte, “reduzindo o projeto nacional de desenvolvimento ao aperfeiçoamento das instituições de mercado e à inclusão seletiva de cidadãos no sistema de crédito selecionado” (*ibidem*, p. 14).

Para cumprir o direito social à habitação constitucionalmente previsto, o programa habitacional federal foi realizado por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com o repasse de recursos públicos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a empresas privadas, responsáveis por produzir empreendimentos habitacionais (SANCHES, 2021). A década de 1960 foi, assim, marcada pela produção habitacional para trabalhadores pobres e operários, como narra Carrion:

Nessa nova fase de funcionamento do mercado imobiliário, cujo segmento mais dinâmico é o da moradia, não são apenas agentes isolados – proprietários de glebas, intermediários, empresas loteadoras, etc. - que intervêm no sistema de parcelamento e venda da terra e na edificação. Empresas incorporadoras, que operam praticamente em todas as etapas - compra do terreno, obtenção de financiamento, contratação de serviços de engenharia, de construção e de comercialização final -, controlam o processo de 'produção' da habitação. O setor imobiliário atua articulado ao setor financeiro. O SFH, através de seus agentes e por meio de linhas específicas de crédito, financia as obras de urbanização (instalação de infraestrutura básica), a construção e a venda de moradia (*ibidem*, 1988, p. 238).

Contudo, a instituição do BNH, órgão central do SFH, e as facilidades da casa própria culminaram numa crise, com aumento dos valores nos imóveis, acarretando a ocupação de zonas e áreas (públicas e privadas) nas cidades, impulsionado por movimentos sociais em defesa da moradia de interesse social, assim sintetizada por Gutterres:

O aumento dos valores dos contratos e a crise do BNH, instituída pela lei de 1983, aponta para uma transformação dessa perspectiva econômica do

²⁹O autor também apresenta uma contraposição aos dilemas da cidadania brasileira elaborada por Da Matta (de que somos uma sociedade na qual a “pessoa” se sobrepõe ao “indivíduo” em que a primeira é usada com medida para exigir um tratamento privilegiado frente à lei), sustentando que os privilégios existentes em nosso país são oriundos da fusão entre indivíduo e pessoa: “nenhuma exigência especial é necessária. O indivíduo é o depositário de direitos que lhes são conferidos porque ele ou ela são um certo tipo de pessoa social” (HOLSTON, 2013, p. 45).

governo brasileiro em relação a sua obrigação com o bem estar e a casa dos trabalhadores pobres. A resposta a isso, conforme Pires, foram os aumentos nas ocupações de terras em toda a região metropolitana de Porto Alegre. A casa do trabalhador passa ser o objeto de uma vulnerabilidade instituída pelo projeto de governo e depois pelos movimentos, que acabam reiterando a categoria “morador” na reivindicação do direito desse sujeito à moradia (*ibidem*, 2014, p. 63).

Sobre o cenário urbano como questão nos anos de 1980, Telles e Cabanes (2006, p. 55) apontam que um “sinal de alarme foi dado”, já que eram tempos incertos, em que dificuldades econômicas decorrentes da crise se somavam a atribuições políticas decorrentes do governo Collor³⁰, configurando as marcas das mudanças do capitalismo contemporâneo. Ao final do Século XX, ocorre um processo de mudança na matriz econômica das cidades, as quais passam de uma economia predominantemente industrial para uma economia “flexível”, assim caracterizada: “abertura dos mercados aos capitais globalizados, reestruturação produtiva, novas tecnologias, mudanças nas práticas gerenciais, flexibilização do contrato de trabalho e, para dizer tudo isso de uma só vez” (*ibidem*, p. 57).

Com isso, tal espaço volta a ser alvo de atuação dos agentes financeiros no intuito de obterem sua valorização econômica, tornando-se palco de territorialidades produtoras e reprodutoras de desigualdades. Nas palavras de Lefebvre,

“[...] no capitalismo, a base econômica comanda. O econômico domina. As estruturas e superestruturas organizam as relações de produção (o que em nada exclui os atrasos, os distanciamentos e as disparidades). Os próprios conflitos se devem às relações de produção. Apesar de haver nessa sociedade uma coerência (sem a qual ela cairia em pedaços, ou melhor, sem a qual ela não poderia ter-se formado), apesar da coesão interna, sem chegar a suprimir as contradições, conseguir atenuá-las, protelar os efeitos, há ‘modo de produção’ e mesmo ‘sistema’. A riqueza das sociedades ‘nas quais reina o modo de produção capitalista’ se anuncia como uma imensa acumulação de mercadorias” (LEFEBVRE, 2001a [1905], p.112).

Já, no início do século XXI, principalmente depois da pós-crise financeira de 2008, que “chega” ao Brasil com mais intensidade em 2009, o Estado retoma para si a responsabilidade de financiar moradia popular com forte influência do setor privado:

³⁰O mandato presidencial de Fernando Collor de Mello durou de 1990 a 1992 e foi marcado por diversas atribuições políticas que acabaram por levar ao seu impeachment. Em resumo, o então presidente eleito com uma plataforma política populista, prometendo combater a inflação e a corrupção, e implementar reformas econômicas e políticas para modernizar o país, adotou medidas – tais como o confisco das cadernetas de poupança e a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro – que geraram grande descontentamento popular, acentuaram a crise econômica que já se instalava no país e geraram a falência de empresas nacionais e o aumento do desemprego. Em maio de 1992, o irmão do Presidente, Pedro Collor, fez denúncias de corrupção envolvendo o presidente e outros membros do governo, a partir das quais uma série de investigações e protestos populares começaram a pressionar o governo. O processo de impeachment foi instaurado no Congresso Nacional e, em 29 de dezembro de 1992, Collor foi oficialmente destituído da Presidência.

“o surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) reaqueceu a economia, encontrando no mercado imobiliário e, principalmente, na produção imobiliária, uma forma de diminuir a recessão” (SANCHES, 2021, p. 66). No mesmo sentido, Rolnik (2015) refere que o PMCMV se transformou de pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas à política habitacional nacional.

A política habitacional retorna a seguir a lógica dos mercados, envolta na arquitetura financeira dos atuais padrões de acumulação do capital (ROYER, 2009), fazendo da moradia alvo de investimentos imobiliários, que viram nela um atrativo para o mercado global (SANCHES, 2021). A produção de habitação teria o impulso público, mas seria mercantilizada de forma privada, em uma política de financeirização da habitação (ROYER, 2009; ROLNIK, 2015) e de mercadorização (BAGGIO, 2006) da vida e do território onde ela se insere – a cidade –, assim explicada:

Expressão histórica de um valor de uso civilizatório, a cidade transmuta-se celeremente face à sua “mercadorização” integral provocada pela reestruturação técnica e produtiva engendrada na fase hodierna da acumulação capitalista, impondo-se nela o valor de troca, porém não de forma total e absoluta, uma vez que esse movimento é contraditório, descontínuo, e que apresenta certos limites no âmbito das relações socioespaciais (BAGGIO, 2006, p. 19).

Neste início de século, o que se coloca em discussão é o olhar de que o panorama urbano existente nas cidades contemporâneas demonstra que não seria necessário construir mais casas, dado o número de prédios vazios existentes. Vejamos, a seguir, o caso de Porto Alegre.

1.2. A luta por moradia em Porto Alegre

A produção de habitação popular na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, é marcada por uma série de desafios políticos e econômicos e, desde a volta das eleições para prefeito, em 1985, passou por três diferentes momentos políticos e econômicos³¹ (SIQUEIRA, 2019), a saber, a 1) democracia participativa (de 1989 a 2004)³², a 2) democracia liberal (de 2005 a 2016) e a 3) democracia ultraliberal (a partir de 2017). É largamente conhecido que a cidade

³¹Sobre o período anterior, ver os estudos de PESAVENTO, 1994 e WEIMER, 2018.

³²A redemocratização, com a volta das eleições para prefeito, que ocorreu em 1985, permitiu que setores da sociedade civil participassem da elaboração da Lei Orgânica Municipal, aprovada em 1990, e adotassem instrumentos de reforma urbana e de participação popular na gestão pública (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022).

figurou como uma das maiores referências nacionais e internacionais de participação social na gestão pública, tendo constituído, durante o processo de redemocratização do país, uma política de certo modo compartilhada com atores populares e setores participantes nas decisões locais (FEDOZZI, 2022).

No início da década de 1990, a cidade experimentou um período de democracia participativa. Com a gestão municipal exercida de maneira participativa³³ ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT)³⁴ e seus aliados, chamados de Frente Popular (FP), Porto Alegre ficou conhecida como a capital pioneira do Orçamento Participativo (OP) no Brasil (CAMPOS; ABALOS JÚNIOR; RAPOSO, 2021). A participação popular se tornou uma marca da administração local, assim explicado por Avritzer (2012, p. 392):

[...] O Orçamento Participativo (OP) é uma política participativa que gera um processo de deliberação entre sociedade civil e Estado no nível local. Ele inclui atores sociais, membros de associações de bairro e cidadãos comuns em um processo de negociação e deliberação que acontece em duas etapas: uma etapa participativa, em que a participação é direta, e uma etapa representativa, na qual a participação ocorre através da eleição de delegados e/ou conselheiros.

A cidadania em geral, por meio das classes trabalhadoras e populares, foi incluída na gestão pública, protagonizando inovações democráticas com efeitos positivos na produção coletiva da cidade (MARX, FEDOZZI; CAMPOS, 2022). A partir da adoção desse instrumento, “as aglomerações subnormais passaram a receber mais recursos, garantindo acesso à luz e água, além de calçamento para uma grande parte da população de Porto Alegre” (SANCHES, 2021, p. 5). A referida década, influenciada pela redemocratização do Brasil, fez com que lideranças sindicais, estudantis e comunitárias retomassem a voz que lhes havia sido tolhida no período ditatorial³⁵, visando a “garantir um lugar ao sol para os excluídos dos benefícios da urbanização no Brasil” (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022, p. 191-192).

Com isso, debates e experiências de luta elegeram um governo democrático e influenciaram na adequação da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre à Constituição Federal de 1988, incluindo, dentre outros direitos, o de regularizar as

³³“É um processo dinâmico, pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal” (CAMPOS; ABALOS JÚNIOR; RAPOSO, 2021, p. 697).

³⁴O partido esteve à frente do governo municipal de 1989 a 2004, representado por Olívio Dutra, Tarso Genro e Raul Pont. Olívio, além de prefeito de Porto Alegre, foi governador do estado, no período de 1999 a 2002 e Ministro das Cidades, de 2003 a 2005.

³⁵O período de redemocratização trouxe um novo ciclo de movimentos e lutas, mais centrados na organização de setores socialmente excluídos (GOHN, 1997).

vilas ocupadas por populações de baixa renda (GUARNIERI, 2020, p. 85). É importante lembrar que a democratização do acesso à terra urbana foi um dos pilares da construção do PT; a nível federal, uma das promessas de campanha para o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) era a de que, em seu governo, os prédios públicos em desuso seriam transformados em moradia popular (FERNANDES, 2018).

Santos Júnior (2021) leciona, nesse sentido, que Porto Alegre era uma das capitais brasileiras com mais alto índice de associativismo³⁶, entendido como "o vínculo a qualquer organização da sociedade civil de caráter público não estatal e sem fins lucrativos" (*ibidem*, p. 154). Com base em dados do IBGE de 1996, o autor demonstra que 46% da população da capital do RS participava de alguma entidade de caráter não sindical, podendo ser associações de moradores ou "associações religiosas, filantrópicas, esportivas e culturais" (*ibidem*, p. 155), a revelar uma "cultura cívica" de participação em assuntos comunitários que pode ter poder explicativo para políticas de gestão democrática que floresceram em Porto Alegre nos anos 1990, como o OP. Reunidos, tais ativismos buscavam melhorias nas condições de vida de uma metrópole que crescia de modo desigual no uso e ocupação do espaço urbano (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022).

Durante o período, a gestão municipal de manteve avessa à orientação neoliberal na escala local e a produção de habitação popular teve um grande impulso, com a construção de diversos conjuntos habitacionais, como o Jardim Carvalho, a Vila Dique e o Residencial Parque dos Maias (CABRAL, 2018)³⁷. Nos anos 2000, houve, ainda, a construção de conjuntos habitacionais como o Residencial Nova Mangueira e o Residencial Dom Feliciano.

³⁶Já em 1946, havia sido fundada a Associação dos Amigos do Quarto Distrito de Porto Alegre, atual Associação de Moradores do Bairro São Geraldo (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022).

³⁷Em trabalho desenvolvido à época em que a administração municipal era realizada pelo partido, Trevisan escreve que "As intenções do Governo ficam claras no atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ambiental (PDDUA), da Secretaria do Planejamento Municipal da Prefeitura de Porto Alegre, onde propõe um planejamento participativo e de caráter permanente. O Plano parte do pressuposto de que uma cidade não se produz unicamente por normas, e busca articular as dimensões econômica e social à dimensão territorial para a gestão do solo urbano. Com isto, avança como um indicador importante para o gerenciamento das políticas do Município, propondo-se a tornar a cidade viável economicamente e, sob certos aspectos, "auto-sustentável". Para tal, estabelece uma densidade adequada onde, ao invés de estimular a cidade a dispersar e espalhar-se, propõe maior concentração em áreas mais bem equipadas em termos de infra-estrutura, mantendo uma ocupação rarefeita, mas ordenada, da parte do território que ainda não está consolidada como cidade. Além disto, as parcerias público/privado e os projetos especiais deverão ser impulsionadores de um trabalho conjunto de construção urbana" (TREVISAN, 2004, p. 90)

No entanto, a partir de 2005, após dezesseis anos de uma experiência de administração popular, a cidade passou a enfrentar um período de desdemocratização das políticas públicas e de mudança no cenário político, com a eleição do prefeito José Fogaça (PMDB). Esse período foi marcado por uma guinada em direção ao neoliberalismo e por uma redução na produção de habitação popular. Com a derrota da FP, houve uma mudança de perspectiva no âmbito das políticas públicas, com a introdução de um modelo empresarial de gestão que atende à tendência global do capital. A ascensão de um bloco político com tal inclinação alterou não só o contexto político, mas o modo pelo qual a cidade passou a tratar o espaço urbano e o seu uso pelos cidadãos (CABRAL, 2018).

Nos anos seguintes, a cidade enfrentou uma série de crises políticas e econômicas, que contribuíram para a redução da produção de habitação popular e para o agravamento dos problemas habitacionais na cidade. A diminuição dos recursos destinados ao OP coincide com essa derrota do PT nas eleições municipais. A virada do século e o fim do caráter democrático do OP, com grande influência de empresas privadas no planejamento urbano da cidade, trouxeram um sentimento de abandono à população que mais necessitava de investimentos em habitação popular (SANCHES, 2021). Utilizando-se da abordagem de Tilly (2013), Fedozzi (2022) refere que a dinâmica desdemocratizante³⁸ se opôs à política democrática até então adotada, em um processo homólogo àquele observado a nível mundial de erosão das democracias, o qual se acentuou no Brasil a partir do golpe de 2016 e, principalmente, após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Siqueira (2019) também demonstra em sua pesquisa que existem elementos que levam à conclusão de que houve o arrefecimento de um determinado modo de exercitar a política na cidade, a qual sofre atônita aos movimentos políticos nacionais e internacionais:

[...] observa-se um aumento de 57% no atendimento das demandas entre o 1º governo (1989-1993), responsável pela implantação do OP [orçamento participativo], e o 2º (1993-1996), depois se encontra uma queda no atendimento das demandas de cerca de 50% entre o último governo da AP (2001-2004), tendo a frente o Partido dos Trabalhadores, e o primeiro de Governança Solidária Local (2005-2008), de composição centrista, cujos níveis se mantêm no período seguinte (2009-2012), para diminuir em quase 80% no último período (2013-2016). Da média do período de ápice de atendimento das demandas (1993-2004), cerca de 1.500 demandas atendidas, para o último período de existência do OP (2013-2016), chega-se

³⁸Para uma crítica sobre o papel “moral”, portanto, não somente econômico, do neoliberalismo na ascensão antidemocrática, ver: BROWN (2019).

a diminuição de aproximadamente 90% no atendimento de demandas. Ou seja, se a legitimidade do OP estava fundada na experiência de um instrumento de democracia participativa que permitia aos participantes verem suas decisões realizadas, tal diminuição teria, necessariamente, como efeito a perda de relevância e legitimidade tornando inevitável seu fim (SIQUEIRA, 2019).

Em substituição ao modelo democrático até então adotado, a gestão pública municipal vem atraindo práticas articuladas aos setores da construção imobiliária privada e, ao invés de promover as políticas públicas locais, atua como “mera facilitadora das relações empresariais” (CABRAL, 2018, p. 18). Essa mudança pretende construir um regime urbano de tipo empreendedor, em que o mercado imobiliário produz a cidade e, conseqüentemente, esta é produzida para o objetivo do crescimento econômico em benefício das elites que direcionam e dominam o desenvolvimento local (FEDOZZI, 2022).

Como registrado em pesquisa desenvolvida por investigadores do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles, o mercado imobiliário da cidade evidencia o extraordinário poder de uma elite embrionariamente vinculada ao capital imobiliário, já que tem produzido milhares de unidades habitacionais anualmente (LAHORGUE *et al.*, 2022). Em que pese, contudo, incorporar uma quantidade de imóveis novos que seria suficiente para suprir a demanda de habitação na cidade, aqueles que mais necessitam de novas moradias não possuem renda suficiente para acessar esse mercado, em uma lógica que reforça alguns dizeres entoados pelos meus/minhas interlocutores/as e que será retratada durante a dissertação de que “há tanta casa sem gente e tanta gente sem casa”.

A denúncia de que a cidade está virando canteiro de obras das incorporadoras imobiliárias é entoada na fala do Vereador Leonel Radde (PT), em sessão de 15 de agosto de 2022³⁹:

Em um período em que nós deveríamos estar debatendo a participação cada vez maior da nossa população, nós estamos aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre retirando a participação popular dos conselhos. Isto está sendo feito com a educação, com a saúde, com a cultura. E a quem interessa a redução do controle popular sobre as políticas públicas implementadas pela Prefeitura de Porto Alegre? Nós temos que ter controle e participação cada vez mais ampliados. Toda vez que nós retiramos a participação da nossa população das decisões, nós sabemos exatamente o que acontece: aumento da corrupção, perversidade nas políticas implementadas, péssimo atendimento... [...]. A quem interessa? A quem interessa o silenciamento da participação da população de Porto Alegre? A um pequeno grupo, restrito, que é aquele grupo que geralmente faz um contrato com a Prefeitura, não

³⁹A supracitada fala do parlamentar pode ser lida na íntegra por meio do seguinte link: https://www.camara.rs.gov.br/draco/sessoes_plenarias/83734/1661178430.pdf.

cumpra o seu contrato, não pague os seus contratados e não preste um serviço adequado para a nossa população. [...] Esse é o processo de escravização dos trabalhadores e trabalhadoras, de precarização e de morte, que está sendo imposta na cidade de Porto Alegre, pela prefeitura do Sebastião Melo. [...] Simplesmente as políticas vão sendo implementadas sempre favorecendo os agentes privados. Não por acaso, Porto Alegre hoje é chamada de “Melnickestão”, tudo vira prédio da Melnick⁴⁰ Daqui a pouco vão fechar os UBSs, as UPAs e vão subir lá um espigão, um arranha-céu, e a população que se vire. Não tem ônibus, não em posto de saúde, não tem UPA, não tem escola, simplesmente devem apertar na urna agora, no dia 2 de outubro, os candidatos que representam o projeto, que aqui está posto, porque esses são os responsáveis por uma cidade mais moderna, por uma cidade mais dinâmica, mas que não absorve e que não abraça a sua população, principalmente a população que mais precisa dos serviços públicos e que não tem condições de se deslocar nem de ter um atendimento de qualidade (CAMARAPOA, 2022, p. 39).

O caso de Porto Alegre é semelhante ao padrão que vem sendo observado por pesquisadores ao longo dos anos, a exemplo de Frúgoli Júnior e Sklair (2009), que examinaram as questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação⁴¹ e o bairro da Luz, em São Paulo. Segundo escrevem os autores, o termo gentrificação foi desenvolvido pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964 com base em fenômenos de mudanças socioespaciais no contexto londrino, em que habitantes de antigos bairros operários foram expulsos em razão do aumento do preço dos aluguéis, dando lugar a residências elegantes destinadas a famílias de classe média recém-chegadas. Essa ação pode ser assim sintetizada:

[...] criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade (FRÚGOLI JÚNIOR, 2006a: 133-134 *apud* FRÚGOLI JÚNIOR; SKLAIR, 2009, p. 120).

De acordo com a funcionalidade que o mercado pretende dar, seja para turismo e expansão de territórios, seja para revalorizar espaços propositalmente abandonados, os interessados agem para justificar a chamada “requalificação” e atrair

⁴⁰A Melnick é a principal construtora de Porto Alegre, com foco em edifícios residenciais de alto padrão além de condomínios fechados e de “hubs da saúde”. Segundo Augustin e Fedozzi (2022), em capítulo que objetivam analisar “a relação nada superficial e nada fortuita que une doadores privados e candidatos aos cargos eletivos em Porto Alegre, principalmente nas eleições municipais de 2020” (*idem*, p. 90), no intuito de “compreender o processo de implementação do projeto neoliberal de cidade, agora de forma mais intensa, acelerada e autoritária por parte da Administração Municipal” (*idem*), “Quatro integrantes da família Melnick fizeram doações para Melo, totalizando R\$ 70 mil: Leandro Melnick (R\$ R\$ 20 mil), Milton Melnick (R\$ 18 mil), Juliano Melnick (R\$ 17 mil) e Roseli Rabin Melnick (R\$ 15 mil)” (*ibidem*, p. 103).

⁴¹No original, “gentrification” deriva do inglês “gentry”, que significa burguesia local ou pequena nobreza.

novos ocupantes, potencializando seu acúmulo de capital pela diferença de renda gerada. Como mencionado por Marx *et al.*:

A gentrificação constitui-se, portanto, em um processo que cria fronteiras urbanas econômica, social e cultural, transformando um território tanto pelas mudanças de comportamento de consumo e de estilo de vida, quanto de atividades econômicas e mudanças estruturais de produção de mais-valia no mercado imobiliário (*ibidem*, 2022, p. 161).

Maloutas (2012), por seu turno, refere que o conceito de *gentrification* pertence a uma agenda global, estando relacionado ao avanço internacional do neoliberalismo. Considerando que a maioria das definições e discussões teóricas acontecem no eixo Estados Unidos – Europa, em uma epistemologia euro-americana sobre as transformações das antigas metrópoles industriais do Norte Global, surgem críticas sobre a adequação do seu uso no contexto sul-americano.

Quando encaixamos neste conceito contextos geográficos e históricos diferentes daquele no qual a *gentrification* fora originalmente concebida, é questionável se temos sucesso ao enriquecer seu conteúdo e ao ampliar nossa percepção sobre ele; é mais provável que projetemos nestas diferentes formas de regeneração urbana as características da conceituação dominante da *gentrification* (MALOUTAS, 2012, p. 41-42).

Nesse contexto, para delimitar os contornos do conceito de gentrificação na América Latina, é necessária uma análise mais aproximada da realidade local para evitar o risco de desconsiderar as especificidades locais e de aplicar de maneira irreal o conceito ao objeto de estudo. Em resumo, aqui, a gentrificação é precedida de políticas públicas e envolve setores públicos e interesses de investidores privados, com o objetivo de ordenar o espaço urbano e aproveitar as possibilidades de mercado⁴². Citando um exemplo de análise desse fato no Brasil, Rolnik (2015) revela:

Temos visto no Brasil exemplos desse processo, como o caso do Rio de Janeiro no projeto Porto Maravilha, a maior parceria público-privada do país. Nesse caso, vimos o Mercado prescindindo do Estado para fazer política. As empresas elaboraram o projeto e o Estado entrou para fazer a mediação e construir as normativas de regulação do projeto; daí o consórcio tem acesso ao fundo público e executa a obra. Podemos chamar isso de democracia direta do capital, uma metáfora para dizer que a nossa ideia de democracia direta caiu, e quem está executando isso é o Mercado, ao desqualificar o Estado e os partidos políticos (ROLNIK, 2015).

⁴²Ainda, para Janoschka e Sequera (2014), as políticas públicas implementadas na maioria das cidades da América Latina, ao longo dos últimos anos, visam a transformar áreas de baixa renda. Embora haja variações desse processo entre países, cidades, áreas da cidade e ao longo do tempo, geralmente ele resulta em mudanças significativas na vida urbana e na estrutura social.

O fenômeno estaria relacionado a diferentes modos de intervenção urbana relativos à revitalização de áreas antigamente industriais após o seu esvaziamento, com forte viés mercadológico. Após o abandono da região central pelos antigos moradores seguido da busca desses por espaços mais nobres da cidade e da apropriação da região central pelas classes populares, ocorreria o retorno das elites ao centro em razão de políticas de revitalização e a retirada daquela população mais pobre que a ocupava, em uma espécie de alternância entre as classes: “são ordens de comando excludentes que fazem das classes populares, presenças recusadas” (BUONFIGLIO, PENNA, 2011, p. 117).

É nesse ambiente de tensões políticas que se estabelecem, em contraponto ao regime neoliberal e à lógica mercadológica das cidades, movimentos que reivindicam seu espaço na cidade, que trazem à discussão estratégias de resistência por justiça social e que sonham em ter o direito à cidade não só como o direito à vida urbana renovada (LEFEBVRE, 2001b [1968]), mas também como o direito a participar dos processos decisórios acerca da produção e do excedente nos processos de urbanização (HARVEY, 2013 [1982])⁴³. Ambos os autores baseiam sua teoria na ideia de que a cidade é produzida por meio de relações sociais de poder e que o acesso à cidade e ao espaço urbano é desigual e hierarquizado. Enquanto Lefebvre (2001b [1968]) argumenta que o direito à cidade é um direito político e social que permite aos habitantes participar na produção do espaço urbano e na construção de uma cidade mais justa e democrática, Harvey (2013 [1982]) destaca a importância da luta pelo direito à cidade como um instrumento de resistência contra o capitalismo e de reivindicação de uma cidade mais equitativa e inclusiva.

Nessa reivindicação, os habitantes engajados em experiências reivindicativas exercem aquilo que Holston (2013) chama de “cidadania insurgente”⁴⁴, a qual – diferentemente do modelo tradicional de cidadania, baseado na ideia de Estado-Nação – estaria fundamentalmente expressa na luta dos cidadãos pela aquisição e manutenção de seus direitos políticos e econômicos em contextos de desigualdade e exclusão. Nos termos do autor:

⁴³A ideia de direito à cidade aparece no contexto das manifestações de maio de 1968 ocorridas na França, tendo como expoente Lefebvre (2001b [1968]), ao criticar o processo de urbanização desenfreada, que transformou as cidades em mercadorias. Na mesma perspectiva, Harvey (2013 [1982]) apresenta o direito de os cidadãos se manifestarem sobre a cidade que querem viver.

⁴⁴Nas palavras do autor (HOLSTON, 2013, p. 62), “O sentido de ‘insurgente’ que utilizo para estudar esse emaranhado não é normativo. Não tem valor moral ou político inerente. Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas”.

As ruas das cidades misturam novas identidades de território, contrato e educação a outras qualitativas, como raça, religião, cultural e gênero. Suas multidões catalisam essas novas combinações nos ingredientes ativos de movimentos políticos que desenvolvem novas fontes de direitos e agendas de cidadania relacionadas às condições mesmas da vida na cidade. [...] Nesse processo, as cidades se tornam ao mesmo tempo o lugar a substância, não apenas das incertezas da cidadania moderna, mas também das suas formas emergentes (HOLSTON, 2013, p. 49).

Assim, a ideia de cidadania insurgente proposta por Holston (2013) destaca a atuação cidadã como prática de resistência e luta contra a opressão e a exclusão social. Segundo esse autor, a cidadania não é apenas um direito formal, mas também uma maneira de participação ativa e de questionamento da ordem estabelecida, podendo caracterizar as ações políticas dos moradores de ocupações e assentamentos populares – como o Assentamento Habitacional 20 de Novembro – como expressões de cidadania insurgente, já que eles lutam por seus direitos na produção do espaço urbano e na construção de uma cidade mais justa e democrática. A tal conceito de cidadania, pode-se, ainda, somar o conceito de “cidadania performativa” proposto por Isin (2007), no sentido de que essa seria uma prática cotidiana e performativa dos cidadãos, como a participação política, o uso do espaço público, a construção de redes sociais e o desenvolvimento de uma consciência coletiva.

Ambos os conceitos destacam a importância da participação política e da ação insurgente para a restauração e manutenção da cidadania. Enquanto a cidadania insurgente destaca a resistência contra a opressão, a cidadania performativa destaca a importância das ações cotidianas dos cidadãos para a construção da cidadania. Assim, a cidadania é um conceito complexo que é fortemente influenciado pelo contexto da cidade. Na cidade, as principais contradições resultantes de uma economia baseada em empresas privadas controladas por uma elite financeira se confrontam com uma economia orientada para atender às necessidades da sociedade como um meio de reprodução da vida biológica e social (MARX; FEDOZZI; CAMPOS, 2022). Como resultado, os repertórios⁴⁵ coletivos se tornam uma luta política pela

⁴⁵Quando falo em repertório, estou a me referir a um padrão de organização e de ação mobilizado pelos sujeitos coletivos nas ações políticas que desenvolvem (MARQUES; MARX, 2020). A propósito do conceito, Clemens destaca a ideia de repertório organizacional, que seria o “conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis” aos sujeitos e que “integra o vocabulário teórico dos estudiosos de organização sensíveis à diversidade de forma com o arcabouço cognitivo ou cultural dos ‘repertórios de ação coletiva’ postos em evidência pelos teóricos do movimento social sintonizados com a variação histórica” (CLEMENS, 2010, p. 165).

recuperação de territórios e pela reivindicação do direito à cidade como "queixa" e "exigência". Esses termos são explicados por Harvey (2013 [1982]) ao interpretar Lefebvre (1968):

A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre [1968], conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e a eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2013 [1982], p. 11).

Como as cidades “fornecem a densa articulação das forças globais e locais em resposta a qual as próprias pessoas pensam e agem na política” (HOLSTON, 2013, p. 48), os sujeitos e movimentos sociais a que estão relacionados passam a exercer a cidadania dessa maneira diferenciada. Dentro das próprias contradições do capitalismo, os cidadãos que não conseguem adentrar ao mercado formal pela falta de rendimentos, tentam resolver sua necessidade básica de moradia por meio do acesso a domicílios improvisados ou domicílios rústicos. Destacam-se ações sociais em andamento que permitem avistar a possibilidade de produzir um novo espaço que seja mais compatível ao desenvolvimento de sua população, erigido por laços de solidariedade e não exclusivamente sobre o mercado:

Um olhar mais cuidadoso pelos interstícios das grandes cidades pode nos revelar tanto o recrudescimento da fragmentação e da violência como, paralelamente, diversas expressões socioespaciais de resistência, como é o caso, por exemplo, de certos bairros e vilas que, face ao dinamismo da urbanização/metropolização, fazem frente, até certo ponto, aos seus impactos como pequenas cidades, nas quais perduram sinergias importantes entre os seus moradores e destes com o lugar de vivência (BAGGIO, 2006, p. 23).

Sendo as cidades “historicamente atravessadas por essas contradições, então serão nelas que se formarão espaços para a contestação das relações de poder⁴⁶ hegemônicas” (CABRAL, 2018, p. 29). Se, de um lado, os agentes estatais relacionados ao poder institucional editam leis em prol do mercado, do outro, parcelas expressivas da população civil se mobilizam na luta contra o modelo empresarial e

⁴⁶A análise das relações de poder aqui apresentadas parte da conceituação trazida por Foucault (1977), para quem o corpo seria o objeto central da política, que a coloca em funcionamento, define seus modos de reprodução e dispõe sobre modalidades de discurso. O autor se utiliza da noção de “biopolítica” para fazer a relação entre o poder e o corpo social na modernidade, afirmando ser possível analisar historicamente as diferentes técnicas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações. Posteriormente, essa noção é retomada por Mbembe (2018), como será analisado adiante.

reivindicam direitos básicos, dentre os quais, o direito à cidade. E, um dos modos por meio do qual tais sujeitos reivindicam seu espaço na cidade é realizando ocupações.

A cidade de Porto Alegre, assim como outras cidades do Brasil, tem um longo histórico de movimentos populares por moradia e de ocupações de terrenos e edifícios abandonados para a construção de assentamentos. Durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreram algumas ocupações de terrenos principalmente na zona sul da cidade, muitas das quais foram lideradas por grupos religiosos, como a Igreja Católica, que buscavam oferecer moradia para os mais pobres (BUONFIGLIO, 2007).

A década de 1970 foi marcada por um grande aumento nas ocupações de terrenos, impulsionadas pelo crescimento da população urbana e pela falta de políticas habitacionais adequadas. Algumas das ocupações mais significativas desse período incluem a Ocupação da Vila São José, na zona norte da cidade, e a Ocupação da Vila Tronco, na zona sul. Durante a década de 1980, ocorreram diversas ocupações lideradas por movimentos sociais e sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC). Esses movimentos buscavam pressionar o governo a criar políticas habitacionais mais adequadas para a população mais pobre (BUONFIGLIO, 2007).

As primeiras ocupações com caráter organizativo teriam se iniciado na zona norte de Porto Alegre por volta de 1987 em conjuntos habitacionais vazios, por famílias em suas demandas individuais. Na década de 1990, houve o surgimento e o aumento das ocupações de prédios abandonados no centro de Porto Alegre, especialmente na região conhecida como "Cidade Baixa". Inspirado nas experiências realizadas no centro de São Paulo, um grupo de policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul resolve ocupar o prédio abandonado do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP), nascedouro da Ocupação 2 de Junho (BUONFIGLIO, 2007).

Durante a década de 2000, as políticas habitacionais em Porto Alegre começaram a mudar, com o aumento dos investimentos em programas de habitação social, consoante já explicitado anteriormente. Alguns movimentos sociais passaram a atuar mais diretamente na construção de conjuntos habitacionais em parceria com o governo, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). No entanto, ainda ocorreram diversas ocupações de terrenos e prédios abandonados nessa década, como a Ocupação Lanceiros Negros, na região central da cidade (BUONFIGLIO, 2007).

Em 2002, o MNLM ocupou um antigo prédio no centro da cidade por alguns dias, como marco da utilização de ocupações como repertório de luta coletiva. Em 2003, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ocupou o prédio da concessionária Carro do Povo, próxima à estação Farrapos do Trensurb. Em 2005, o MNLM ocupou outro prédio no centro histórico, na Avenida Borges de Medeiros, onde outrora funcionava uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e que se transformou no Assentamento Urbano Utopia e Luta, além de um prédio na Rua Caldas Júnior, esquina com a Avenida Mauá, onde se conformaria a Ocupação Saraí (SANCHES, 2021). Essas ocupações foram lideradas por movimentos sociais e coletivos de moradores, que buscavam revitalizar o centro da cidade e oferecer moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Na década de 2010, houve uma intensificação das políticas habitacionais em Porto Alegre, com o aumento dos investimentos em programas como o PMCMV. Alguns movimentos sociais, como o MNLM, continuaram atuando na construção de conjuntos habitacionais em parceria com o governo, mas também houve ocupações de terrenos e edifícios, como a Ocupação Mulheres Mirabal⁴⁷, em 2015, efetuada por um grupo de mulheres que ocupou um prédio no centro da cidade e a Ocupação Pandorga⁴⁸, em 2016, em um prédio localizado no bairro Cidade Baixa que pertencia à União (SANCHES, 2021).

A intencionalidade de tais ocupações é “evidenciar o problema estrutural de falta de moradia digna e a possibilidade de destinação de prédios abandonados para habitação” (SANCHES, 2021, p. 28), resultado de um processo histórico que se materializa. De fato, as ocupações em áreas centrais e em regiões alvo de intervenção financeira têm colocado em evidência a exclusão promovida pelo sistema capitalista e a precariedade de suas condições de vida. Elas tomam para si, por meio de uma estratégia de reivindicação, o papel de garantir aqueles direitos que não são atendidos pelo Estado e de, com isso, reconhecer seu direito a estar ali. Nos dizeres de Agier (2015, p. 492), “a ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”⁴⁹.

⁴⁷A ocupação foi assim batizada em homenagem às irmãs Mirabal, ativistas políticas dominicanas que foram torturadas e assassinadas durante a ditadura de Rafael Trujillo, na década de 1960.

⁴⁸A ocupação recebeu esse nome em referência ao brinquedo tradicional de Porto Alegre, a pandorga, que é um tipo de pipa.

⁴⁹Agier (2015) destaca a importância de se considerar as ações e as atuações dos habitantes em espaços urbanos para compreender como a cidade é produzida e como o direito à cidade pode ser garantido.

Partilho, aqui, das perspectivas mencionadas por Fernandes (2013, p. 36-37) a respeito dos estudos sobre as ocupações para fins de moradia: a) um primeiro grupo as coloca como uma tentativa de mobilizar garantias, um exemplo de movimento social em um mundo precarizado: as ocupações seriam parte de uma agenda mínima em termos de direitos, políticas sociais e, principalmente, de ‘reinvenção da política’; b) um segundo conjunto as insere como um elemento de luta urbana de uma população até então oprimida; c) uma terceira perspectiva se refere à política em movimento produzida pelas ocupações em termos de relações e práticas sociais; e, por fim, d) o quarto grupo de estudos tematiza as ocupações como espaços de construção de uma cultura libertária.

A análise do Assentamento 20 de Novembro na presente dissertação será desenvolvida nesse contexto, de exame sobre o processo de fazer cidade de seus moradores e as lutas que enfrentam no ideal de fazer sua moradia no Quarto Distrito, região central, de Porto Alegre/RS: “Ao ocupar, (re)encontram nos centros urbanos, um local de atuação e reivindicação” (SANCHES, 2021, p. 5). Somente com as lutas urbanas pela melhor distribuição da terra no país que se fez avançar a distribuição social da terra e que as ocupações podem servir como exemplo de políticas habitacionais populares (BEDESCHI, BARBOSA, 2020). Muito além de um eventual “problema urbano”, algumas ocupações com elevado nível de organização alteram positivamente a paisagem urbana e se tornam via de acesso a outros direitos, como à educação, à segurança e à liberdade, por exemplo.

1.3. Produção e transformação do espaço urbano pelos seus habitantes

De acordo com autores como Certeau (2003), Massey (2000), Jirón (2017) e Arantes (1994), o espaço não é uma entidade abstrata e inerte, mas sim um produto das interações sociais. Trata-se, portanto, de algo vivo e dinâmico, ou seja, de uma construção social e cultural resultante da interação dos seres humanos com o lugar em que habitam. Partindo, assim, da ideia de que as pessoas produzem e transformam lugares constantemente por meio de suas ações e atuações, passo a tentar compreender como a ação e atuação dos moradores do Assentamento 20 de Novembro se conecta à tentativa de produzir um regime específico de urbanidade.

O lugar, por sua vez, é visto como o resultado concreto dessa modelagem do espaço, pelas ações humanas. Por isso, como argumente Arantes (1994), num

mesmo espaço podem coexistir e se tensionar múltiplos lugares. Ingold (2015) argumenta que o conhecimento é produzido por meio da interação dos seres humanos com o mundo natural e com os outros indivíduos, e não é transmitido de maneira passiva a partir do mundo externo. Em vez disso, o conhecimento é produzido a partir de uma combinação de práticas, hábitos e tradições que são transmitidos de geração em geração. Ainda poderia citar a teoria de Certeau (2003) sobre o uso cotidiano do espaço urbano, a qual enfatiza a importância da construção de narrativas e memórias coletivas na produção do sentido de lugar e pode ser útil para compreender como os habitantes do assentamento se apropriam do espaço público e o utilizam para suas atividades diárias, moldando-o às suas necessidades e desejos, criando assim uma subjetividade na cidade.

Quando aplicada ao caso das ocupações e assentamentos por moradia, essa reflexão aponta para o modo pelo qual os habitantes dessas áreas produzem (intelectual e concretamente) o espaço urbano por meio de suas ações cotidianas, moldando o ambiente para atender às necessidades e desejos da “parte dos que não tem parte” (RANCIÈRE, 1996). Os moradores das ocupações e dos assentamentos populares são, portanto, os principais responsáveis pela produção do espaço que habitam, reconfigurando e adaptando a paisagem urbana para que essa evidencie materialmente a tensão que distingue a cidade como valor de uso e a cidade como valor de troca.

Além disso, o conhecimento dos habitantes sobre o lugar onde vivem é fundamental para entender como eles constroem sua relação com o espaço urbano. Isso inclui o conhecimento sobre os usos e práticas históricas do espaço, bem como sobre as relações sociais e culturais existentes no lugar. Assim, ao compreender a importância da ação e atuação dos moradores em ocupações populares, é possível, como bem mostra Jirón (2010), desenvolver um entendimento mais amplo sobre a dinâmica da produção do espaço urbano e sua relação com as questões sociais, culturais e políticas da sociedade abrangente⁵⁰.

⁵⁰Jirón (2010) define a mobilidade como a prática social de deslocamento diário por meio do tempo e espaço urbano, que permite o acesso a atividades, pessoas e lugares. Assim, a mobilidade urbana, entendida como prática, permite que os habitantes das cidades desenvolvam suas atividades diárias e acessem os recursos e as possibilidades dos espaços urbanos morfológica, funcional e simbolicamente diferenciados e, desse modo, integrem e participem da vida social, política e econômica da cidade. No entanto, a mobilidade não tem apenas um papel funcional, já que, além de oferecer a oportunidade de observar experiências particulares e diversas, as quais questionam a ideia de cidade como uma totalidade integrada e homogênea, surge como uma oportunidade para interpretar como o ambiente urbano é usado e apropriado no exercício da cidadania.

A obra de Massey (2000) complementa e enriquece a perspectiva teórica acima exposta, já que os lugares, na percepção dessa autora, seriam resultados de conexões e interações que não se restringem aos seus limites territoriais. A mesma apresenta três proposições sobre como o espaço pode ser conceitualizado: a primeira é a de que ele é um produto de inter-relações, constituído por meio de interações diretas entre dinâmicas locais e globais; a segunda, de que é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem; e a terceira, de que está sempre num processo de devir, sendo feito, nunca finalizado nem fechado.

O terceiro ponto destacado por Massey é de particular relevância para os interesses dessa pesquisa, porque implica no fato de que a imaginação e os modos de mobilidade são atores fundamentais na constituição do espaço⁵¹.

Ao examinar a relação contrastiva, embora interdependente, que marca a conexão entre a vivência cotidiana dos moradores do Assentamento Habitacional 20 de Novembro e o regime urbanístico produzido pela lógica capitalista, é possível compreender como a ação e a atuação influenciam a produção do espaço, subvertendo a lógica dominante e produzindo lugares de acordo com outros modelos de vivências e perspectivas.

Ao considerar a importância da perspectiva dos moradores, da narrativa e da memória coletiva, com base na vivência cotidiana, no capítulo seguinte, esforçarei-me por mostrar o modo como as forças sociais e políticas globais influenciam na produção do espaço e, ao mesmo tempo, estimulam em meus/minhas interlocutores/as, o desenvolvimento de uma maneira específica de pensar a cidade, da qual se desdobram táticas de luta e resistência que forjam subjetividades e os itinerários urbanos de quem “vive na luta” (PATERNIANI, 2013).

⁵¹Massey (2000) também argumenta que as relações de poder são importantes na produção do espaço, pois afetam a distribuição de recursos e o acesso à terra, influenciando o modo pelo qual o espaço é produzido e usado. De acordo com a autora, as relações de poder são influentes na produção do espaço, pois determinam quem tem o poder de tomar decisões sobre o uso e o acesso ao espaço, bem como sobre como ele é produzido e moldado.

2. ASSENTAMENTO 20 DE NOVENBRO

♪ *Vamo ocupar a cidade, todo espaço vazio.
Sou movimento de luta, com a força do povo, transformar o Brasil.
Vamo ocupar a cidade, o prédio abandonado.
Direito à moradia para as nossas famílias, esse é o nosso legado.
Vamo ocupar a cidade, com a bandeira na mão.
Organizar o trabalho, todo coletivo e sua produção.
Vamo ocupar a cidade, com força e rebeldia.
Dando vida a nossos sonhos,
Resistência e alegria* ♪⁵²

2.1. “Vamo ocupar a cidade, todo espaço vazio”



Figura 1 – Fotografia da fachada atual do prédio.
Fonte: FNA, 2021.

Era dia 20 de novembro de 2006 quando 36 famílias integrantes do MNLM resolveram ocupar um prédio localizado na esquina da Rua Caldas Júnior com a

⁵²Com a canção cuja letra está transcrita, inicia o curta-metragem sobre a Ocupação 20 de Novembro, que ilustra a vivência dos habitantes que nele residem (FNA, 2021). O referido curta foi produzido por meio do projeto ArchiCine, promovido pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) e Câmera Causa e exibido no Congresso Mundial dos Arquitetos, como meio de divulgar o trabalho e a atuação de arquitetos e urbanistas em ações que tenham como foco cidades inclusivas, democráticas e com espaços de maior qualidade, e pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=nSiG9OWRAZw>.

Avenida Mauá, em Porto Alegre⁵³. Como visto no capítulo precedente, a formação de uma ocupação depende de muitos fatores, sendo certo que as “ocupações organizadas” (SANCHES, 2021)⁵⁴, como a que será analisada no decorrer deste capítulo, surgem da necessidade dessas populações de residir em um espaço urbano central e aumentar a visibilidade dos problemas relacionados à questão habitacional.

No caso em tela, assim que a decisão pela ocupação foi tomada coletivamente, as famílias mobilizadas, entre outras coisas, pelos vínculos com o movimento negro e pela correlação que afirmam existir entre a libertação dos escravizados e a questão da terra, chão vital para a moradia e sobrevivência, fazem o ato durante a semana da Consciência Negra. Tal narrativa é, inicialmente, contada por Ezequiel⁵⁵, liderança comunitária, que me é apresentada nas primeiras incursões, como um dos participantes centrais da Ocupação, por ter sido, à época do ato, integrante da Coordenação Estadual do MNLM de Porto Alegre.

As famílias, insatisfeitas com o modo pelo qual lhes era permitido ocupar a cidade, chegaram a esse primeiro imóvel e fizeram o ato político da ocupação. Assim, “compreender o que se passou ali, ao se situar no interior da própria situação, na experiência vivenciada, permite descrever de que modo, em um certo momento, pessoas expressaram uma injustiça” (AGIER, 2015, p. 490-491). A noção de ato político aqui perpetrado, por meio de uma organização popular de um movimento social, coaduna-se com aquela descrita por Paterniani como “uma visão de política ampliada, que extrapola os limites da política institucional” (2013, p. 68). A política se torna, nesse sentido, indissociável da vida de seus moradores.

A referida ação é retratada como parte de um repertório adotado pelo MNLM nas ações coletivas que promove em prol da luta por moradia no centro da cidade (BUONFIGLIO, 2007). A fala de Ezequiel situa a ocupação como uma ação concreta e direta para demarcar as políticas que as famílias gostariam que o governo seguisse, como um exemplo a outras comunidades sobre o modo de preencher o que chama de “vazio urbano”⁵⁶ e reestruturar o centro da cidade, que estaria “abandonado”.

⁵³O histórico desse primeiro prédio ocupado pelas famílias será abordado em narrativa própria mais adiante.

⁵⁴Tratarei dessa questão, de modo concentrado, mais adiante

⁵⁵As falas de Ezequiel aqui retratadas nesse subtítulo foram retiradas de entrevista realizada em 19 de outubro de 2010 (PINTO, 2010).

⁵⁶Villaça (1985) define “vazios urbanos” como aquelas áreas urbanas equipadas ou semiequipadas, em que há grandes quantidades de glebas e lotes vagos, em uma classificação que considera o terreno ou gleba, a dimensão e o tipo de proprietário.

Faço aqui, um parêntese sobre as expressões utilizadas por meu interlocutor, quais sejam: “vazio urbano” e “centro da cidade abandonado”. Sabe-se que o emprego reiterado de tais noções é prática comum do Poder Público e de parte da mídia, por meio de notícias⁵⁷, intencionalmente construídas para normalizar a realização de intervenções urbanísticas em tais regiões. Justamente por isso é preciso ter cautela com seu uso acrítico para fins analíticos, já que tal utilização poderia servir não só para legitimar a ausência e/ou insuficiência de atuação estatal mas também para deslegitimar eventuais críticas à financeirização e à mercadorização de tais áreas. Além disso, o fato de alguns territórios constarem como “vazios urbanos” consiste em uma atividade intencional de seus proprietários, com fins especulativos (GUTTERRES, 2014).

Tais conceitos acabam, por vezes, fundamentando políticas intervencionistas de variadas colorações e de exclusão das pessoas. Especificamente no caso recente de Porto Alegre, o uso de tais expressões tem fundamentado uma série de práticas estatais e privadas no centro da cidade e no Quarto Distrito de intervenção no território, as quais, muitas vezes, significam a expulsão de populações originárias ou pobres que habitavam essas regiões. Muitos espaços urbanos são considerados “vazios” simplesmente porque não atendem aos interesses dos investidores ou não são usados para fins comerciais. Essa visão é problemática, pois reduz a cidade a uma mera *commodity*, em que a utilização dos espaços é pautada pelo lucro e pela rentabilidade. Além disso, essa perspectiva ignora que os espaços urbanos possam ter diferentes funções e significados para diferentes grupos e comunidades, e que nem sempre são mensuráveis ou valoráveis pelo mercado.

Por exemplo, um terreno baldio pode ser considerado um “espaço vazio” do ponto de vista dos investidores imobiliários, mas para as pessoas que vivem nas redondezas pode ser um espaço de lazer e convivência, onde se praticam esportes, cultivam-se hortas comunitárias ou se realizam eventos culturais. Da mesma forma, um prédio pode ser visto como “abandonado” ou como um “espaço morto” do ponto de vista dos investidores, mas para movimentos sociais e coletivos artísticos, pode ser um espaço de resistência e de produção cultural. A visão de que os espaços urbanos devem atender prioritariamente aos interesses do mercado imobiliário e dos investidores é problemática, porque não considera as necessidades e demandas das

⁵⁷Tais reportagens serão esmiuçadas no tópico relativo à análise da região do Quarto Distrito.

diferentes comunidades que habitam a cidade, e pode levar a uma homogeneização e gentrificação dos bairros, em que os espaços públicos e de convivência são substituídos por edifícios comerciais e residenciais de alto padrão. Nesse sentido, é importante questionar a utilização de conceitos considerados autoevidentes e valorizar as múltiplas formas de apropriação e uso dos espaços urbanos pelas comunidades e grupos minoritários.

Pela força que adquirem na gramática política hegemônica, é comum que tal léxico também acabe sendo incorporado no vocabulário dos próprios movimentos sociais, ainda que busquem expressar sentidos distintos. Por esse motivo, não surpreende o fato de Ezequiel mobilizar as mesmas palavras manejadas pelas forças dominantes para legitimar a mercadorização da cidade, todavia, com a intenção de se contrapor a esse projeto.

Em outro momento de sua fala, ele explica que, como a maior parte das pessoas afetadas pelo déficit habitacional em Porto Alegre é negra, indígena ou parda, “nada melhor que casar a ação direta da ocupação em uma data tão revestida de significados libertários e dignificantes”. Marcada para ocorrer às 6 horas da manhã, faltando apenas 7 minutos para a efetivação da ação direta da ocupação, Ezequiel narra que as famílias ainda afinavam os detalhes de uma ação que “compreendeu uma estrutura que desse conta da logística para a instalação de aproximadamente 100 pessoas, ou 60 famílias”. Segue a narrativa reafirmando a rapidez com que a ocupação deveria ocorrer, planejando que “teríamos três minutos para abrir o prédio, entrar e fechar a porta antes da Brigada chegar”, porque, segundo ele, com o uso de uma informação operacional da polícia sobre o tempo que esta leva a agir no caso de urgência, como em um assalto a banco, “demoraria 3 minutos para a Brigada Militar chegar ao local”.

Durante esses três minutos, relembra que os ocupantes descarregaram “45 galões de água, uma geladeira, um fogão industrial, 80 colchonetes, as mochilas de cada uma das pessoas, as dezessete crianças e as ferramentas e equipamentos para adequar o prédio às necessidades”. Além disso, diz que tiveram que colocar as oitenta pessoas para dentro do prédio. A narrativa segue com Ezequiel dizendo que, por todo o nervosismo da hora, que atrapalha esse tipo de operação, tem que haver “uma sincronia de movimentos muito difícil e que depende de comando, treino e muita disposição” e comemora que conseguiram seguir o plano em dois minutos e quinze

segundos, conforme cronometrado à época: “Às 6 horas, todas as pessoas e a carga estavam dentro do prédio”.

O transporte utilizado pelas famílias, conforme ele rememora, era “uma van, um carro e um ônibus”. Não esquece Ezequiel de um detalhe curioso: os companheiros que haviam ficado responsáveis pelo veículo utilizado na ocupação esqueceram de abastecê-lo. O carro falhou a caminho do prédio e tiveram que mudar o trajeto planejado. Apesar do infortúnio, conseguiram efetivar a ocupação às 6 horas, conforme planejado. Desavenças também aconteceram, mas como explicado por ele, quando um reclamava que alguém havia interferido na sua função, Ezequiel respondia que “é como na ocupação, se tem espaço vazio, alguém pode ocupar”.

Organizam a cozinha e a escola infantil, que denominam “Ciranda”. Planejam atividades de rua em função das manifestações referentes à Semana da Consciência Negra. Formam grupos de trabalho para assessorar juridicamente a ocupação e para acompanhar as políticas internas da ocupação. Criam a comissão de visibilidade para trabalhar com a imagem da ocupação a ser divulgada, por meio da qual notabilizam a Ocupação 20 de Novembro do MNLN, “com um desenho, nome da ocupação e do movimento como um logotipo e inscrições de teor ideológico”. Tais “processos conceituais relacionados com a criação desses lugares e as alternantes condições econômicas e políticas” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 7) parecem auxiliar a adoção do prédio como uma categoria de identificação popular e de construção de um símbolo de resistência, ao mesmo tempo que um lugar de moradia, que possibilita a várias famílias, como diz Paterniani (2013), morarem e viverem “na luta”.

Na sexta-feira, já estavam com toda a estrutura montada para receber militantes de outros locais do estado para as atividades da semana de conscientização. Uniram-se manifestantes do MNLN, do MST, associações de pequenos produtores rurais e outras instituições e movimentos da base social, na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para pressionar o Governo pela reforma agrária.

No retorno ao prédio da ocupação, encontraram uma corrente humana da Brigada Militar, impedindo-os de voltar. Sem sucesso, pois além de os militantes que estavam dentro terem saído, em parte, confundindo e amedrontando os policiais, pessoas nos prédios ao redor da ocupação – com quem já haviam construído bom relacionamento e contado a história de seus habitantes – começaram a gritar e jogar objetos na polícia. Rememora Ezequiel que foram entoadas palavras de ordem como

“o povo unido jamais será vencido”, fato “muito emocionante, pois demonstrou a unidade e solidariedade do povo que se uniu aos movimentos sociais naquele momento”.

Ali permaneceram por alguns meses antes de serem removidos. A propósito da desocupação do imóvel, Ezequiel destaca o exagero do uso da força pela Brigada Militar naquele 20 de março de 2007. Em suas palavras:

Ficou marcado ali, no início do governo Yeda⁵⁸, uma repressão e controle muito mais pesados do estado do Rio Grande do Sul com os movimentos sociais de base e demais segmentos populares, concorrendo para uma caracterização estigmatizante, criminalizando-os e tratando problema social como problema de segurança e polícia. Foi a primeira vez que eu vi tamanho aparato de força e enorme contingente policial, inclusive com micro-ônibus blindado, no RS, contra um movimento social. Foi a representação de força inicial do governo Yeda, que mostrou já de início, qual seria o tratamento para lidar com qualquer tipo de contestação social.

Exagero esse contado na história repetida, por muitas vezes, nos encontros na Ocupação:

Era seis da manhã e nós acordamos com os barulhos das sirenes, da marcha e dos cassetetes batendo nos escudos. A Avenida Mauá estava toda fechada e mais de 300 policiais nos cercavam. O batalhão de operações especiais descia a fachada do prédio vizinho de rapel. E aqui dentro estavam umas 30 pessoas, inclusive as crianças. Nós sabíamos que, mais do que garantir a nossa expulsão, eles queriam deixar claro como iam agir nessas situações. Era uma questão de demonstração de força, uma agressão psicológica (CAMP, 2014).

São, de fato, raras as exceções de despejos que ocorrem sem violência ou coerção policial, mas a truculência com que essa ação de despejo foi praticada, em violação de direitos humanos e agressão policial⁵⁹, não é esquecida pelos antigos ocupantes. A prática demonstra que quanto mais atuante e organizada é a população que ocupa, mais o Estado emprega força⁶⁰ para dismantelar as ações que poderiam ser exemplos para o restante da população que não tem acesso ao direito à cidade e à moradia (SANCHES, 2021).

⁵⁸À frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2007 a 2010, Yeda Crusius (PSDB) expressava a direita mais conservadora no contexto político partidário no país. A candidata venceu Olívio Dutra (PT) com aproximadamente 54% dos votos.

⁵⁹Consoante noticiado, “[...] este processo foi brutalmente interrompido no dia 23 de março de 2007, através de uma ordem de despejo marcada por violação de direitos humanos e agressão policial. O grupo formado por famílias, constituídas, sobretudo por mulheres e crianças, foi obrigado a deixar o imóvel, que naquele momento já era chamado de lar” (BEDESCHI, 2022).

⁶⁰Sobre o excesso da força policial e judicial pelo Estado, fica a crítica de Sanches (2021): “estes casos revelam hoje falhas no Estado democrático de direito pensado pela população brasileira em seu período de redemocratização, ainda não plenamente alcançada. Restam resquícios da Ditadura Militar que se consolidou no país no ano de 1964” (*ibidem*, p. 128).

Ezequiel deixa claro, já quando começa a contar sobre a história da comunidade onde habita, que “as coisas não são por acaso”; a história da Ocupação estaria intimamente ligada com a sua própria história e a sua caminhada. Toda a sua experiência teria advindo da prática, “das correrias do dia a dia da cidade” e das leituras sobre a cidade que achava importante de um ponto de vista que considera “meio utópico”, pois, nas palavras dele, “nós tínhamos uma ousadia”:

A [Ocupação] 20 de Novembro está empossada dentro de um processo de rebeldia reprimida que na realidade está em certa posição de provocar a sociedade e a opinião pública que a gente pode ousar mais, de que é possível construir novas formas de vivência.

Como vemos na passagem destacada acima, o próprio Ezequiel constrói uma potente reflexão a respeito do vínculo embrionário que articula sua vida à sua luta e que, em muito, reforça a proposta defendida pela dupla Telles e Cabanes (2006), ao refletir sobre a importância das trajetórias de vida para as análises voltadas ao entendimento dos conflitos sociais contemporâneos. No dizer dos autores:

No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário [...] (TELLES; CABANES, 2006, p. 15).

A representação que Ezequiel tem sobre o que a Ocupação significa para o Movimento (MNLM) vai ao encontro da ideia de “utopia experimental”⁶¹ de Lefebvre (2001a [1905]), também sintetizada pelo pensamento de Harvey (2013 [1982]), segundo o qual a luta pelo direito à cidade transforma tal ambiente em uma incubadora de ideias e de movimentos revolucionários a partir do exercício imaginativo de como seria a vida urbana ideal. A partir do momento em que as famílias se uniram em vontades coletivas e passaram a disputar o espaço urbano, reivindicando o direito à cidade, elas esposaram um desejo, o qual se tornou uma exigência e um objeto de luta, e experimentaram, com isso, a idealização de uma utopia. O direito à cidade deixa, a partir disso, de ser apenas o que está inscrito no Estatuto da Cidade como diretriz da Política Urbana e passa a ser movimento.

⁶¹Como conceitua Singer, “A utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser outro mundo. Nesse sentido é que essa expressão é também ambígua e contraditória: utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E esta coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante porque é um elemento fundamental de combate a desesperança” (SINGER, 1999, p. 74).

Explica Ezequiel que uma das condições impostas para que a reintegração de posse do prédio da Rua Caldas Júnior ocorresse foi a de que os habitantes pudessem ocupar outro imóvel ocioso pertencente ao Poder Público:

Como a questão da Copa do Mundo estava sendo decidida, pensando que se o Brasil for escolhido, então Porto Alegre vai sediar jogos nos campos do Grêmio e do Inter, pegamos um terreno ao lado do [estádio do] Internacional, já nessa estratégia de que nós, em um dado momento, teríamos capacidade de negociação com relação à necessidade de moradia das famílias.

A intenção inicial da Prefeitura após aquele despejo era a de enviar os então habitantes a um galpão localizado na Vila Cruzeiro – região periférica da cidade. Contudo, a partir de mobilizações, as famílias conseguiram a transferência para um prédio semidestruído e abandonado da antiga Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM) na área mais central da cidade, próxima ao Estádio Beira Rio⁶², como meio estratégico de terem suas demandas por habitação atendidas. Isso porque, sabendo que uma possível Copa do Mundo no Brasil se aproximava e que, caso isso acontecesse, Porto Alegre seria escolhida para sediar jogos, optaram por ocupar um imóvel ao lado de um estádio, na esperança de que a próxima remoção os levasse a um lugar definitivo.

⁶²O Estádio leva esse nome por estar situado às margens do Rio Guaíba.

2.2. “A Copa dos 20 de Novembro”⁶³



Figura 2 – Fotografia da casa sendo derrubada, com os seguintes dizeres: “A copa do mundo é aqui e nós para onde vamos?”.

Fonte: FNA, 2021.

O País havia sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de futebol no ano de 2014⁶⁴, o que trouxe à tona o discurso sobre a “necessidade” de o Poder Público produzir mudanças consideráveis para as metrópoles brasileiras, que precisariam se “readequirir” ao grande fluxo de pessoas⁶⁵. O visível e o invisibilizado estiveram presentes nas críticas e nas defesas à realização dos eventos, que compunham os argumentos dos discursos governamentais (GUTTERRES, 2014). Em Porto Alegre, as notícias referiam que a cidade passaria por “melhorias” em prol do progresso:

Porto Alegre vai mudar. Até 2014, quando a cidade receberá cinco jogos da Copa do Mundo, pelo menos 10 obras devem estar concluídas de Norte a Sul. Além destas, outras melhorias estão previstas, sendo que algumas já estão em andamento, com a promessa de modernizar a capital gaúcha (LOPES, 2012).

⁶³É esse o título do documentário que, segundo o Movimento, “retrata a história de luta e resistência das primeiras famílias chutadas pela copa em porto alegre”, realizado pelo MNL M, pela Ocupação 20 de Novembro, pela Cooperativa 20 de Novembro e pela Liga de Direitos Humanos. Conforme descrição, “O documentário A Copa dos 20 de Novembro apresenta o paradoxo de uma cidade que se prepara para sediar o maior evento internacional de futebol, a Copa do Mundo, sem estar preparada para acolher com dignidade os seus cidadãos. O filme reconstitui a trajetória e a mobilização dos integrantes da Ocupação 20 de Novembro pela efetivação do direito à moradia, à cidade sustentável e a necessidade de reforma urbana” (OCUPAÇÃO, 2012a). O documentário pode ser visto no canal de YouTube da Ocupação: <https://www.youtube.com/watch?v=2JsRIBNZgMc>.

⁶⁴Em 2006, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) votou pela inscrição do Brasil como único país candidato à sede do evento e, em outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) ratificou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014 (FOLHA ONLINE, 2007).

⁶⁵As críticas aos reflexos internos da realização da Copa no país eram facilmente vistas nas falas de qualquer militante pela habitação popular.

Tal cenário não passou despercebido pelos moradores da Ocupação, já que tais mudanças estariam necessariamente relacionadas à prática de “limpeza” urbana para remover a pobreza da visão dos turistas nas ruas e nos entornos dos estádios (FÁVARO, 2011).

É da história de formação das cidades brasileiras o processo de segregação e disciplinamento dos corpos e dos espaços, que visa a limitar a circulação de determinadas pessoas em detrimento de outras⁶⁶. Era evidente que a justificativa de “readequação” das cidades, por meio de “obras de mobilidade urbana”, de “urbanização, regularização e integração de assentamentos precários” e de “revitalização de espaços degradados”, em razão do evento esportivo acabaria por normalizar o discurso público e oficial de que era necessário erradicar favelas, ocupações, moradores de rua e qualquer outro modo de habitar o meio urbano que fugisse ao “padrão” preestabelecido (GUTTERRES, 2014).

Traço, aqui, um paralelo ao ocorrido em outras metrópoles brasileiras, como foi o caso do Rio de Janeiro⁶⁷, em que houve o retorno das remoções⁶⁸ “como forma de intervenção estatal nas favelas” (MAGALHÃES, 2016, p. 301):

A relação entre as favelas e o restante da cidade, elaborada pelo enquadramento dominante acerca do problema, acabaria por definir moralmente estes territórios como expressando o fato de que as cidades que as possuíssem seriam heterogêneas e, por isso, problemáticas. O que a elaboração atual procura introduzir de novidade em relação ao tratamento deste problema seria, como proposta para corrigir esta situação, a possibilidade de erradicação que, como já afirmado, havia sido deslocado como forma de intervenção do Estado nestas localidades nas últimas décadas, quando a urbanização passou a figurar como a ação mais importante (*idem*).

⁶⁶Seriam eles os “atingidos”, sujeitos que sofrem os inconvenientes das reformas e das políticas urbanas que promovem sua exclusão de certas áreas da cidade (GUTTERRES, 2014).

⁶⁷Recordo-me, aqui, da produção brasileira “Mormaço”, filme em que a protagonista, uma advogada, defende os desabrigados da Vila Autódromo, região que sofreu intervenções urbanísticas pelo Poder Público em razão das Olimpíadas, e adoce enquanto vê o próprio prédio onde reside ser esvaziado pela especulação imobiliária. O longa pode ser visto por meio de cadastro na página do Itaú Cultural, de forma gratuita, em: <https://www.itauculturalplay.com.br/>.

⁶⁸A política de remoções não é exclusiva da prática brasileira. As remoções ocorridas nas cidades-sede da Copa na África do Sul também denunciaram o legado deixado pelo evento esportivo: “a ‘cidade de lata’, que existe ainda nos dias de hoje. Nela, estão pessoas que moravam em favelas, nas ruas da Cidade do Cabo, que recebeu os jogos da Copa do Mundo de 2010, e foram despejadas e removidas para um local que ficou conhecido como ‘cidade de lata’. São Imigrantes, pobres e mendigos que a organização do Mundial procurou esconder dos visitantes, totalizando 10 mil pessoas, que vivem em condições deploráveis, sem saneamento básico ou qualquer tipo de amparo do Estado” (FÁVARO, 2011, p. 21-22).

Assim, os projetos imobiliários seriam favorecidos em prol das comunidades, enfatizando o “espetáculo urbano como mercadoria” (HARVEY, 2008 [2005], p. 194). No cenário de Porto Alegre⁶⁹, as denúncias eram de que as políticas públicas pensadas para a Copa do Mundo não apresentariam elementos de redistribuição, mas contribuiriam para aumentar a extrema desigualdade socioespacial da cidade. Isso porque a transposição de um modelo empresarial à cidade a transformaria em uma mercadoria: “como eu posso ‘vender’ minha cidade para o mundo, mesmo que para isso deva passar por cima das conquistas do seu povo e da soberania do Estado” (FÁVARO, 2011, p. 23).

A esse respeito, Rolnik⁷⁰ já refletia, em 2010, que aquilo que acontecia em Porto Alegre, “mostra, na verdade, que a Copa de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários” (RAQUELROLNIK, 2010).

A questão da Copa e a questão das obras seriam, na visão dos próprios moradores, assim como na percepção de Ezequiel, algo correspondente a “uma disputa ideológica de formatação de cidade, relação de vivência cotidiana no entorno dessas localidades”⁷¹. Quando as obras do estádio do Sport Club Internacional se iniciaram, ele relata que o Poder Público começou a colocar pressão para que saíssem. Naquele momento, em 2011, ainda não sabiam para onde iriam, já que projeto de reassentamento definitivo das famílias elaborado pelo MNLM em 2007, consistente na reforma de um prédio da União, que pertencia à extinta rede ferroviária, destinado pelo Governo Federal para a construção de moradia de interesse social, não apresentava avanço (FÁVARO, 2011).

Para o Secretário da habitação de Porto Alegre à época, Humberto Goulart, “esse povo ocupou, então não tem direito nenhum, então já tá bom demais se ganhar uma casa em qualquer lugar que seja” (*apud* FÁVARO, 2011, p. 38). Considerando, contudo, o arcabouço jurídico e constitucional que protege o direito social à moradia e à cidade, não deveria importar o modo pelo qual as famílias detinham a posse do

⁶⁹O trabalho de Gutterres (2014) compara os processos de remoções no Rio de Janeiro e em Porto Alegre e aponta que aquela teria sido a cidade com maior número de remoções, seguida desta.

⁷⁰Fruto da tese de livre docência e oriunda das reflexões que teve em razão de ter figurado como relatora para o Direito à Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas (ONU), ver a seguinte obra de Rolnik, em que aborda o processo de financeirização das cidades, seu impacto sobre os direitos à terra e à moradia e seus efeitos nas dinâmicas socioespaciais urbanas: ROLNIK, 2019.

⁷¹Em fala retirada do documentário que dá título a esse tópico (OCUPAÇÃO, 2012a).

imóvel, especialmente em se tratando de um bem público que estava sem qualquer destinação. Sua situação deveria ser equacionada e um novo local teria de ser provido.

Os moradores da então ocupação faziam parte de uma parcela da população que buscava conciliar suas perdas sociais cotidianas com a noção de um bem comum que nunca os beneficiava: “A gente está lutando pra conseguir um apartamento ou uma casa pra morar. A gente sabe que, se a gente conseguir, a gente vai ajudar outras pessoas. Eu acho importante que as pessoas se conscientizarem de ser assim”, dizia um dos ocupantes⁷². Havia, portanto, uma consciência de que a mobilização popular como instrumento de pressão era necessária para que os então ocupantes conquistassem as demandas propostas.

Conseguiram, posteriormente, a promessa da Prefeitura de que elas apenas seriam removidas se o fossem para um local definitivo. No ano de 2012, a antiga moradia foi demolida, levada embora pelas máquinas, em um processo filmado pelos moradores da então Ocupação⁷³:

Ontem (16/11/12), vi o lugar onde vivi os últimos 5 anos da minha vida ser colocado abaixo.. registrei em vídeo o momento em que a máquina destruiu o cantinho que foi nosso lar por quase 6 anos... vi todos aqueles azulejos caindo e fiquei lembrando de quando os pintei, um a um, com todo carinho com um baita barrigão, preparando aquele lugar pra receber minha filha Dandara... sem palavras... não deu pra segurar a emoção e as lágrimas...” (Ceniriani Vargas da Silva⁷⁴)

Ontem foi a remoção definitiva das famílias da Ocupação 20 de Novembro, que residiram na área municipal que fica ao lado do Estádio Beira-Rio em Porto Alegre por quase 6 anos... o imóvel antes abandonado pela prefeitura teve vida e cumpriu sua função social no período em que esteve ocupada pelas famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM... agora será entregue a exploração privada de lucros... esse é o significado da Copa do Mundo na nossa cidade e no Brasil...

Foi naquela construção colocada abaixo que a Ocupação 20 de Novembro passou a se estabelecer formalmente perante o Estado, sendo constituída na figura de uma cooperativa de trabalho, conclusão que retiro da seguinte fala de Ezequiel: “A gente foi ao lado do Internacional, lá é onde se funde esse método de organização cooperativista, lá a gente consolida e funda juridicamente a instituição e lá a gente cria

⁷²Fala de um dos moradores da Ocupação sediada no entorno do Estádio Beira-Rio, no mesmo documentário (OCUPAÇÃO, 2012a).

⁷³Um dos vídeos que mostra a utilização de retroescavadeira na demolição do prédio ocupado pode ser visto no canal de YouTube da Ocupação: <https://www.youtube.com/watch?v=0s4-ZuQ30Mo>.

⁷⁴Fala retirada do documentário que dá título a esse tópico (OCUPAÇÃO, 2012a).

mais quatro núcleos [do MNLM] na cidade”⁷⁵. A contar desse momento, passo a me referir ao prédio pelo nome de Assentamento, como os moradores passaram a se intitular após a conquista de um lugar definitivo para sua moradia.

2.3. “Não é meramente para resolver o problema de moradia”

Originariamente construído para ser um hospital da extinta Rede Ferroviária Federal, o prédio ocupado pelas famílias esteve desocupado por 50 anos, está com a reforma licenciada e aprovada pela Caixa Econômica Federal e aguarda a liberação de recursos pelo Governo Federal, conforme sintetizado na seguinte reportagem jornalística:

Após anos de lutas dos movimentos sociais por habitação, caso do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), em março de 2016, a Cooperativa 20 de Novembro - criada na luta por moradia em 2006 - recebeu a concessão do direito real de uso do edifício, uma vez que ele é de propriedade da União, com direito de uso para habitação de interesse social. Através dessa concessão, a cooperativa, que gerencia o prédio, pode apresentar o projeto de recuperação do edifício, em conjunto com o escritório AH! Arquitetura Humana. A recuperação do prédio é apoiada pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (Saergs), através do programa Morar Sustentável, com patrocínio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS). (LESINA, 2018).

A escolha de tal lugar, novamente, não se deu ao acaso, como referia Ezequiel⁷⁶. As famílias, segundo ele, tiveram a opção entre ir para o Bairro Menino Deus ou para o prédio acima citado, mas optaram por este exatamente porque localizado no Quarto Distrito, região em relação à qual já sabiam que havia um projeto de amplificação em andamento. Explica que o debate que se fez entre os integrantes do Movimento (MNLM), na época da opção, era no sentido de que, como se consideravam militantes do direito à cidade, tinham que estar onde eram necessários e tinham que “pautar na cidade algo que ficasse o tempo inteiro martelando a questão da semana do povo negro”.

⁷⁵Apesar de os moradores não saberem me informar com certeza o momento em que a nomenclatura Ocupação deu lugar ao nome de Assentamento, ao que tudo indica, o processo de formalização das famílias em torno de uma cooperativa e de luta para a conquista de um imóvel definitivo marcou tal passagem temporal importante, em que a sensação de perenidade no processo e no modo de habitar foi se estabelecendo.

⁷⁶Na fala ainda retirada de entrevista realizada em 19 de outubro de 2010 (PINTO, 2010).

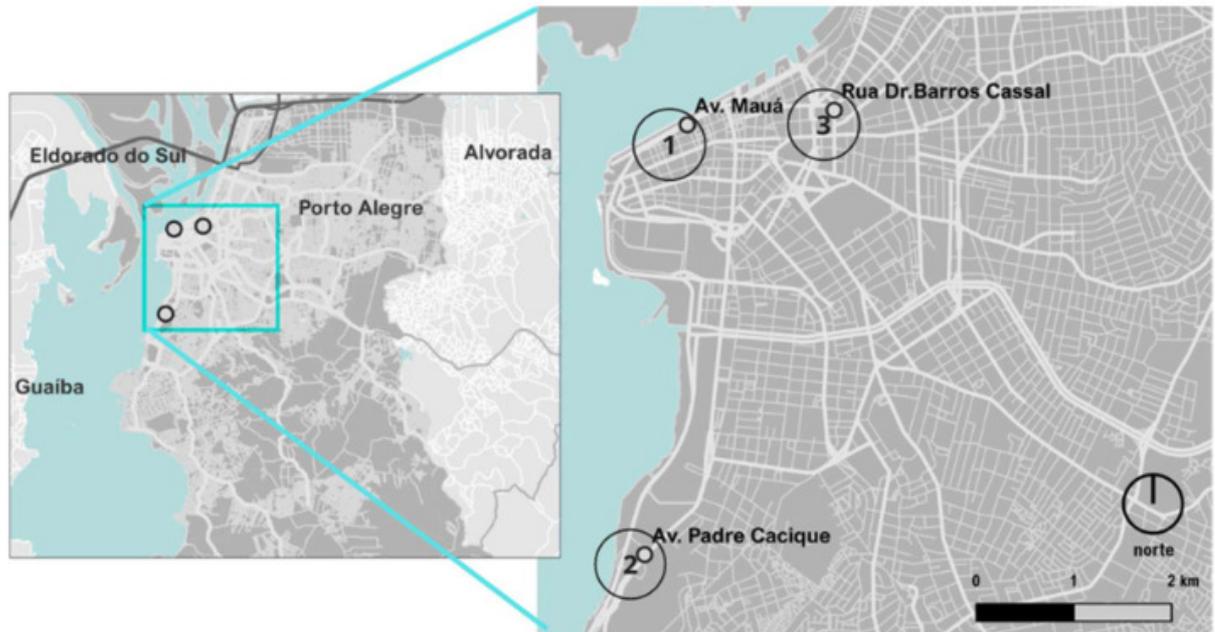


Figura 3 – Mapa do Assentamento 20 de Novembro: primeira localização na Avenida Mauá, esquina com a Rua Caldas Júnior; segunda localização na Avenida Padre Cacique; terceira localização na Rua Barros Cassal, esquina com a Avenida Farrapos.
Fonte: ALFONSIN *et al.*, 2021.

No início do Século XXI, as populações pobres foram retiradas dos centros urbanos, mas elas não esqueceram que é no centro que está a materialização do poder, pois é onde estão os serviços, os pontos de debate e protestos, e o olhar da mídia (SANCHES, 2021). Assim, as famílias objetivaram o centro, “disputando programas e políticas públicas para que famílias de baixa renda tenham direito a morar dignamente no centro da cidade” (PATERNIANI, 2013, p. 27). Se, nos dizeres de Ezequiel, “em pleno centro da cidade tu enfrenta a exclusão e a falta de acesso ao direito de se comunicar, imagina a galera que está na periferia e nos territórios mais distantes”.

A narrativa segue com Ezequiel explicando que a escolha do território guardava íntima relação com o modo de viver que o Movimento (MNLN) pregava, pois “tinha tudo a ver com o meio que a gente estava vivendo e com o que a gente queria fazer do ponto de vista de inclusão social”. Queriam, com isso, ser um projeto de modelo e criar uma “âncora de projeção” para o bairro “como um exemplo e ir se envolvendo com as camadas mais populares para começar a criar uma rede de resistência no local e na comunidade”.

Tomando os termos utilizados por Ibarra (2022), a articulação das famílias parece se enquadrar em uma espécie de “trama comunitária” que, em contextos urbanos, denomina a iniciativa que, partindo do comunal, propõe-se novos mundos:

“as tramas comunitárias são as diversas e enormemente variadas configurações coletivas humanas que dão sentido e povoam o espaço socionatural” (IBARRA, 2022, p. 96).

Assim, o ato de ocupar na região central da cidade demonstra uma luta ao direito à moradia e exemplifica uma trajetória de luta de resistência e sobrevivência, conforme afirmado por Ezequiel:

A gente historicamente na luta popular que a gente construiu ao longo dessa caminhada aí no Brasil. A gente trabalhou, de várias formas, várias dinâmicas, várias formas de incidência pra fazer movimentos que dialogasse ou que provocassem algum tipo de reflexão nessa relação que se dá muitas das vezes do ilusionismo, de as pessoas não se perceberem muitas vezes que elas também são parte de um processo que é excludente. E muitas vezes um processo de ocupação de um prédio é pra resolver o problema de moradia, mas também é pra trazer a problemática pra população, pra que a população abra um debate. A partir desse debate, a partir desta comunicação, se construa, aí, uma nova saída, uma nova alternativa.

Depois de descrever tais situações, faz uma reflexão: “Perguntam por que fazer uma ocupação e dizem ‘ah, o pessoal tá só pela casa’”, seguida com uma reprimenda: “É um erro pensar desse jeito, porque é para provocar opinião, provocar uma reflexão a partir de uma ação concreta”. E emenda com mais algumas observações sobre os motivos que os levaram a realizar a ocupação: “Não é meramente para resolver o problema de moradia, mas, também, para criar um debate na cidade e provocar uma reflexão sobre o problema”.

Explica que além de pensar na questão habitacional, houve um processo de “amadurecimento e de construção de consciência coletiva”, já que o Assentamento se iniciou pela reunião de todas as pessoas em um processo coletivo, com cozinha e banheiro de uso comum. Somente depois é que houve um processo transitório de individualização, de cada um ter o seu apartamento individual, mas sem perder “aquela lógica da coletividade, de entender de que há uma possibilidade da forma de compreender o complexo do projeto todo”. Novamente partilhando dos termos usados por Ibarra (2022), a lógica coletiva descrita parece se assemelhar à “economia comunal”, em que os recursos e a terra são de propriedade coletiva, embora sejam distribuídos e utilizados de modo privado, e o poder político está ancorado na coletividade.

Em tal processo reflexivo, Ezequiel parece construir para o grupo o que Desouza (2012) denomina como “ideologia coletiva”, ou seja, um conjunto de valores

relacionados ao fortalecimento da solidariedade e comprometimento entre os sujeitos e a organização que compõe e que, no caso, é o Assentamento:

- (a) Um conjunto de valores fundamentais, identificados pelo grupo, que orienta as atividades da organização. Os valores centrais que também asseguram a manutenção da ideologia da organização.
- (b) A adoção de uma abordagem holística, em que os indivíduos que compõem a organização são considerados tão importantes quanto a própria organização, a qual ajuda a fortalecer o laço coletivo, propagar o espírito coletivo e possibilitar o funcionamento coletivo.
- (c) Na organização coletiva, o indivíduo e o grupo estão inter-relacionados e, como resultado, todo indivíduo é importante para o grupo. A construção de equipes, portanto, é um componente importante da organização coletiva. O foco nos exercícios de construção de equipe (i) ajuda na construção de laços entre os membros, (ii) permite que os membros se familiarizem com o background e a ideologia de todos os membros, (iii) confrontem opiniões diferentes, personalidades e outros conflitos interpessoais que possam surgir e (iv) permite que os membros localizem e articulem suas próprias necessidades dentro dos objetivos maiores da organização (Desouza, 2012, p. 388).

Sua narrativa segue com Ezequiel dizendo que o assentamento marca a passagem de um processo transitório para um processo definitivo: “a gente agora tá assentado, assentaram as pessoas e, aqui, elas vão ficar consolidadas”. Ainda que sejam politicamente engajados, prefere não ver o Assentamento associado a nenhum governo específico: “aqui é um assentamento, o que quer dizer que não é o ‘condomínio do governo X ou do governo Y’, mas que é fruto de uma luta, é fruto de uma forma de construção, de conquistas, de retomada do território”.

Ao falar sobre a retomada de território, declara que tem buscado o seu retorno “às origens indígenas” e que, a partir das reflexões advindas de tal busca, começa a “acreditar que é necessário, em vários campos da cidade - parados e abandonados - a retomada daqueles povos que já tiveram ali anteriormente”. Tais falas me remeteram ao que Viveiros de Castro (2016), em aula pública durante o ato “Abril Indígena”, na Cinelândia/Rio de Janeiro, explica quanto ao “ser indígena”:

[...] Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um povo. Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma população controlada (ao mesmo tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 188-189).

Em contraposição ao ser simplesmente cidadão, o ser indígena estaria muito além do sentido etimológico dos dicionários⁷⁷, de que assim o seriam todos aqueles nascidos na nossa terra. Esse modo de ser teria referência estreita com relação de pertencimento que os sujeitos indígenas detêm com a terra: “são eles que pertencem à terra e não o contrário” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 190)⁷⁸. Ezequiel e seus companheiros de luta, muito mais do que nascidos cidadãos e indígenas por definição, reconhecem-se como pertencentes à terra e reivindicam seu direito de se estabelecer nela, exercitando novamente a prática da cidadania insurgente (HOLSTON, 2013).

No mesmo sentido, Isin (2007) considera que os novos movimentos e fluxos globais do capital – independentemente do nome a que se dá a esses processos de “globalização”, “neoliberalização” ou “pós-modernização” – geraram novos sujeitos de ação, novas subjetividades, novos locais de luta e novas escalas de identificação. Com isso, a cidadania, apesar de ser historicamente entendida como o estatuto legal daqueles que se identificam com o Estado-Nação, passa a ser identificada com a reivindicação de direitos não conquistados, por parte de coletividades subalternizadas. Nas palavras do autor, “os estudos críticos da cidadania nas últimas duas décadas nos ensinaram que o importante não é apenas que a cidadania é um status legal, mas que ela também envolve práticas de fazer cidadãos – sociais, políticas, culturais e simbólicas” (ISIN, 2007, p. 17 – tradução minha)⁷⁹.

De fato, uma ocupação, como bem pontuado por Paterniani (2013) não se resume ao prédio em que se localizada ou aos seus habitantes, mas é composta por eventos, memórias, pelas inúmeras redes e conexões que são feitas, pelos processos judiciais que já enfrentou e por toda a documentação a seu respeito que já foi produzida. Com o Assentamento 20 de Novembro não é diferente. Como se pode ver, a ideia do Movimento (MNLM) sempre esteve relacionada à união de pessoas que lutam por moradia na região central de Porto Alegre, mas não meramente pela

⁷⁷Segundo nota do próprio autor, “a palavra indígena vem do latim *indigēna*, *ae* ‘natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria’, derivação do latim *indu* arcaico (como *endo*) > latim clássico *in-* ‘movimento para dentro, de dentro’ + *-gena* derivação do radical do verbo latino *gigno*, *is*, *genūi*, *genitum*, *gignere*, ‘gerar’; Significa ‘relativo a ou população autóctone de um país ou que neste se estabeleceu anteriormente a um processo colonizador’ ...; por extensão de sentido (uso informal), [significa] ‘que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra; nativo’” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 188).

⁷⁸No mesmo viés, ver estudo de Crepalde (2014) sobre o significado simbólico dos territórios indígenas ao povo Kaiowá.

⁷⁹“[...] critical studies of citizenship over the last two decades have taught us that what is important is not only that citizenship is a legal status but that it also involves practices of making citizens – social, political, cultural and symbolic”.

questão da moradia. Na explicação fornecida por Ezequiel isso fica claro quando salienta que o objetivo desde a primeira ocupação era o de criar um debate na cidade e provocar uma reflexão sobre o problema, demarcando que o assentamento da população e a consolidação no prédio é fruto de uma luta, de construção, de conquistas e, principalmente, da retomada de um território que já pertenceu àquele povo.

Compreender tal experiência se mostra importante para podermos avançar socialmente, vislumbrando novas possibilidades sobre o habitar essa metrópole.

3. “SEGUIR LUTANDO E APRENDER FAZENDO”: o Quarto Distrito e seus atores

*Só a luta muda a vida*⁸⁰.

Antigo abrigo das primeiras instalações industriais da cidade de Porto Alegre, o Quarto Distrito abrange áreas de cinco bairros da capital (São Geraldo, Floresta, Navegantes, Humaitá e Farrapos) e está centrado nas adjacências da Rua Voluntários da Pátria. A proximidade com o rio⁸¹ Guaíba além da posição próxima à entrada da cidade fez com que a região fosse cenário de atividades produtivas importantes como as relacionadas ao comércio atacadista, aos depósitos e às indústrias. O desenvolvimento da indústria propiciou forte êxodo rural no Estado do Rio Grande do Sul e atraiu trabalhadores, que ali se estabeleceram:

[...] por seu perfil e vocação de área inserida no encontro das conexões da cidade e por suas características físicas de zona baixa, próxima aos cursos d'água (limitado em duas faces pelo Guaíba e pelo Gravataí) possuía os requisitos ambientais fundamentais para a atração de um complexo industrial, potencializados através da proximidade com a estrada de ferro, cujo traçado e linhas foram definidos considerando os atributos das condições topográficas e geográficas da área [...]. Coube à rua Voluntários da Pátria a função de eixo principal de concentração destes estabelecimentos, que, a partir de 1880, foram intensificados. A história do 4º Distrito, assim como da rua Voluntários da Pátria, esteve muito ligada ao Porto da cidade, já que o comércio e as indústrias instalados na área dependiam da movimentação dos navios (GUARNIERI, 2020, p. 84).

Esse aglomerado urbano era assim denominado, segundo explicado pela professora Leila Mattar em sua pesquisa de doutorado sobre a região, em decorrência do “Acto nº 7”, de 1º de dezembro de 1892, que dividiu a cidade de Porto Alegre em distritos. Posteriormente, por meio do Decreto nº 115, a classificação passou a se dar por zonas urbana, suburbana ou rural, além de distritos e seções. Ao surgir a divisão em bairros, a nomenclatura de distrito caiu em desuso, mas a antiga região industrial permaneceu sendo reconhecida Quarto Distrito (MATTAR, 2010, p. 44).

⁸⁰Frase pintada em muro do Assentamento 20 de Novembro, vide figura 17, p. 108.

⁸¹Ainda persistem dúvidas sobre a nomenclatura do Guaíba como rio ou lago: enquanto alguns pesquisadores defendem a primeira denominação, consagrada pelo uso popular, outros alegam que erros históricos levaram a ela. Para não alongar a discussão, prefere-se utilizar só “o Guaíba”, conforme referido por Souza (2020): “Diante do impasse, muitos propuseram chamá-lo apenas de ‘Guaíba’, sem “rio” nem “lago”, já que para os porto-alegrenses o quase mar de água doce (mas meio barrenta) que banha a capital gaúcha é quase um membro da família – além de Patrimônio Ambiental da cidade e um ícone tão onipresente na paisagem local quanto a cuia e o chimarrão”. Ainda sobre o tema, Devos (2007, p. 23-30), discute, em tópico de sua tese de doutorado, as diferentes definições sobre o ambiente geográfico das águas do Guaíba, com base na ideia de “ambiente técnico-cultural”, cunhada por Leroi-Gourhan (O Gesto e a Palavra, 1975).

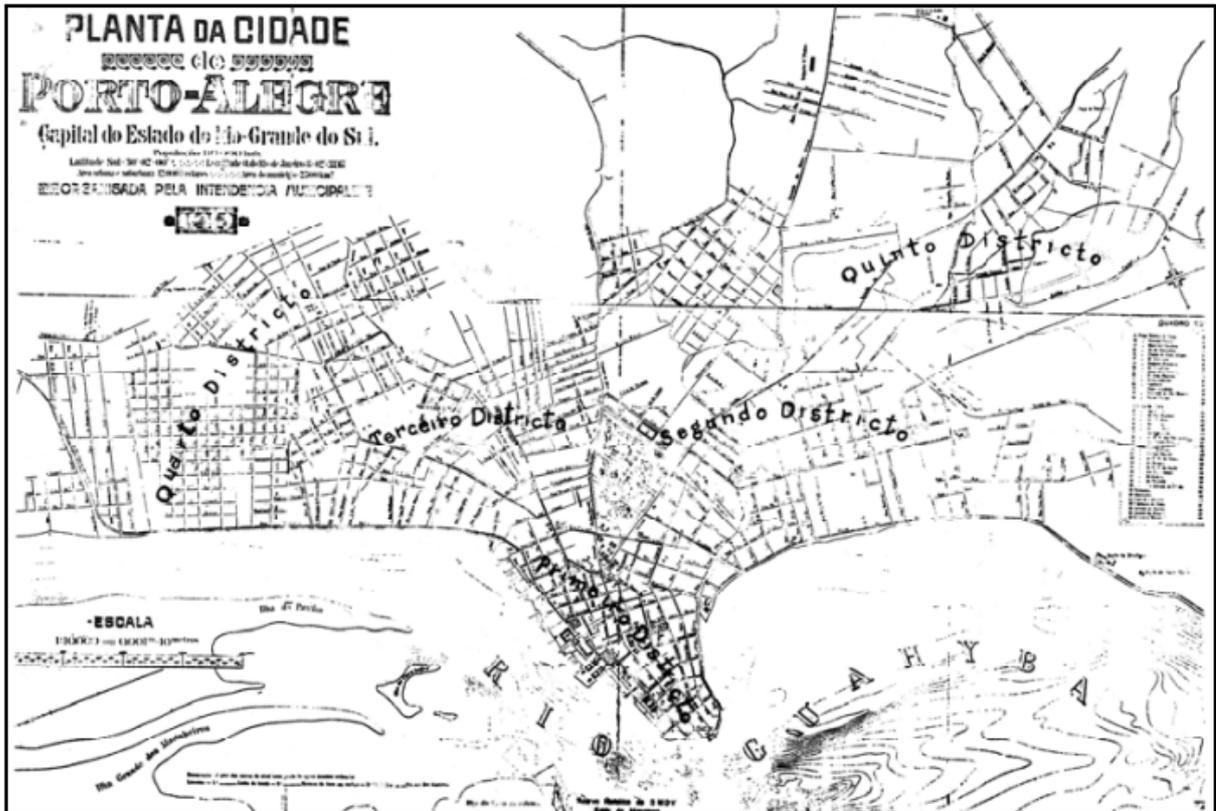


Figura 4 – Mapa de Porto Alegre, de Alexandre Ahrons, de 1916, com indicação dos distritos.
Fonte: MATTAR, 2010, p. 44.

No entanto, escapando das formalidades de tal delimitação oficial, a autora refere que, para os moradores da área como no caso do memorialista Guido Mondin, por exemplo, a nomenclatura de tal região como Quarto Distrito possuía uma categoria “toponímica de enraizada expressão sentimental”⁸²:

Minha querência é todo um bairro, curioso bairro que se confunde com um Distrito. Para se falar nele menciona-se um Distrito que, por sua vez, é soma de muitos bairros. Curioso é ainda que, para configurar meu bairro, além de denominá-lo de Distrito, por ele entendo restritamente dois bairros - São João e Navegantes, o que não traduz obviamente qualquer alijamento dos demais. São João e Navegantes eram o que entendíamos então por 4º Distrito - e que queríamos como um arrabalde só. Na memória dos remanescentes ainda é assim. Contudo, São João ficou mais longe do São João de que vou contar histórias, pois ele é hoje São Geraldo. Navegantes era só Navegantes, nele incluindo-se o que agora é também um bairro - a vila Dona Teodora.

Com nostalgia dos tempos de infância e de adolescência no bairro industrial, que Mattar presume ter ocorrido “nas primeiras décadas do século XX, embora nas

⁸²Relato de Mondin, morador do Quarto Distrito, retirado de MATTAR, 2010, p. 45.

crônicas, não haja referência à [sic] datas”, a lembrança de que o local “é, de certa forma, um lamento pelos tempos desaparecidos”⁸³.

A história oficial⁸⁴ da região se inicia quando imigrantes alemães chegam ao sul do país e resolvem ficar na denominada estrada do Caminho Novo, erguendo suas residências e instalando oficinas, como uma primeira semente de indústria. A zona de chácaras era povoada em uma mistura de pessoas e economia (CANOFRE, 2017). O fato de o Quarto Distrito se localizar próximo aos cursos d’água e à estrada de ferro explicam a razão de o seu território ter sido reputado o mais apropriado para situar o setor industrial. Em 1907, o viajante Arthur Dias já avistava a potencialidade da região: “o casario recobre as encostas como um manto variegado em cujas franjas os armazéns, os barracões e as pontes marítimas (trapiches), descem sobre a parte baixa até o cais”⁸⁵.



Figura 5 – Cartão postal de 1908 de Porto Alegre, mostrando os trapiches sobre o Guaíba.
Fonte: MATTAR, 2010, p. 55.

Na segunda metade do Século XIX, tais chácaras passam a dar lugar para o movimento decorrente da chegada da linha férrea. O então Caminho Novo se transforma em Avenida, a qual é batizada de Voluntários da Pátria como meio de

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ Digo oficial pois é sabido que as terras brasileiras foram originariamente habitadas por povos indígenas. Especificamente quanto à região do Quarto Distrito, não encontrei estudos anteriores, razão pela qual me valho das informações oficiais.

⁸⁵ Relato do viajante retirado de MATTAR, 2010, p. 55.

“homenagear”⁸⁶ os veteranos da Guerra do Paraguai (CANOFRE, 2017). Em 1895, “a Empresa Territorial Porto-alegrense iniciou os trabalhos de loteamento em áreas do 4º. Distrito, através da abertura de ruas de chão batido” (MATTAR, 2010, p. 58). Assim, com o novo projeto de loteamento, as antigas chácaras são desmembradas e novas residências são formadas.

São os “imigrantes burgueses” que passam a ditar as regras de estruturação do espaço urbano, já que, como protagonistas da economia comercial, estabelecem seus negócios e suas residências na região. São as forças preponderantes da elite que ali se estrutura que orienta “o sentido e a direção das transferências de funções e atividades, levando a cabo o processo de deslocamento territorial para os novos bairros, criados por novas frentes de expansão imobiliária” (BUONFIGLIO, PENNA, 2011, p. 118).

Em paralelo ao crescimento da região do Quarto Distrito, o centro da cidade de Porto Alegre passa por um processo de higienização, promovido pelos governantes no intuito de torná-lo um “espaço nobre, limpo e moderno” (FÁVARO, 2011, p. 48). Segundo dados do recenseamento de 1909, havia na cidade 1210 cortiços, os quais, na lógica da época, deveriam ser esvaziados e ter seus habitantes realocados em regiões que vinham sendo ocupadas pelas camadas mais baixas da população, como os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, ou próximos às fábricas, onde, por intermédio do trabalho, “pudessem abandonar os vícios e a ociosidade” (*idem*).

No decorrer dos anos, são promovidos sucessivos aterros das margens do Guaíba para que se pudesse instalar e aumentar o porto da cidade de Porto Alegre, fato que alterou a fisionomia urbana da capital. Em 1911, inicia-se o projeto de construção do cais da Praça da Alfândega (MATTAR, 2010). Um novo viajante, Domenico Bartolotti, em 1930, ao se deparar com o cenário de uma comunidade em

⁸⁶Apesar de o nome de batismo da referida rua ser, por vezes, reproduzida como uma homenagem aos veteranos de guerra, faço um parêntese para a explicação de Viveiros de Castro, em texto intitulado “Os involuntários da pátria”, quanto a nomenclatura utilizada para a também Rua Voluntários da Pátria existente em Botafogo, no Rio de Janeiro: “Seu nome provém de uma iniciativa empreendida pelo Império em sua guerra genocida (e etnocida) contra o Paraguai — o Brasil sempre foi bom nisso de matar índios, do lado de cá ou de lá de suas fronteiras. Carente de tropas para enfrentar o exército guarani, o Governo imperial criou corpos militares de voluntários, ‘apelando para os sentimentos do povo brasileiro’, como escreve o verbete da Wikipedia sobre a iniciativa. Pedro II apresentou-se em Uruguiana como o ‘primeiro voluntário da pátria’. Não demorou muito e o patriotismo dos voluntários da pátria arrefeceu; logo o Governo central passou a exigir dos presidentes das províncias que recrutasse cotas de ‘voluntários’. A solução para esta lamentável ‘falta de patriotismo’ dos brancos brasileiros foi, como se sabe, mandar milhares de escravos negros como voluntários. Foram eles que mataram e morreram na Guerra do Paraguai. Obrigados, escusado dizer. Voluntários involuntários” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 192-193).

crescimento, composto por fábricas, chácaras e moradias misturadas a tambos de leite e animais pastando, dá-lhe a percepção de ter “surgido há pouco, num terreno pantanoso e de bosque, agora corrigido e transformado em hortas, pomares e jardins”⁸⁷.

Ao se recordar da Avenida Minas Gerais, composta por chácaras e tambos, Mondin lamenta⁸⁸, com nostalgia, o progresso que fez surgir a Avenida Farrapos e, por conseguinte, resultou “apagando a avenida Minas Gerais e depois, violentando aquele microcosmo rural”. Também menciona a linha tênue que separava a área urbana da rural e dava à região “um aspecto aldeão, um agreste tranqüilo”⁸⁹. Antigas vivências assim ficaram na memória daquele antigo morador⁹⁰:

Agora, a engenharia construiu muradas, aterrou espaços e a visão de outrora entrou em agonia. Já não se anda de bonde margeando o rio, gozando-lhe a quietude matinal, refletindo a ilha fronteira, as embarcações preguiçosas espelhando-se nas águas, porque o Guaíba ficou lá atrás, aprisionado, oculto.

Em 1941, a região do Quarto Distrito foi intensamente atingida pela maior enchente já registrada na capital, que deixou parte de Porto Alegre inundada pelas águas do Rio Guaíba por quase trinta dias (GUTTERRES, 2014) e que deixou o legado de um mito de monstruosidade e mistério das águas em relação às margens da cidade (DEVOS, 2007). Após a cheia, a cidade passou, tanto por razões econômicas quanto afetivas, a um processo de reconhecimento dessa face assustadora do rio⁹¹.

Após a tragédia, os planos de modernização da cidade passaram a incluir a construção de taludes, os quais afastariam por muitos metros a Avenida Voluntários da Pátria da beira do, seu até então vizinho, Rio Guaíba (GUTTERRES, 2014). Conforme destaca Oliven (1980), tal fato teria auxiliado na construção de um bairro

⁸⁷Relato do viajante retirado de NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 198, *apud* MATTAR, 2010, p. 55.

⁸⁸Em: MONDIN, 1987, p. 20, *apud* MATTAR, 2010, p. 65.

⁸⁹Fazendo-se um paralelo ao que ocorria no restante do país, Levi-Strauss, em visita à São Paulo da década de 1930, associava referências modernas como o “único e inacabado arranha-céu - o rosado Martinelli”, por exemplo, a características provincianas: “Pastagens para vacas estendem-se junto de edifícios de betão, um bairro surge como uma miragem, avenidas ladeadas por residências luxuosas são interrompidas de ambos os lados por ravinas nas quais corre, por entre bananeiras, uma torrente lamacenta que serve ao mesmo tempo de nascente e de esgoto a casebres feitos de argamassa com estrutura de bambu, os quais se pode ver a mesma população negra que no Rio, acampava no cume dos morros. As cabras correm ao longo das vertentes” (LÉVI-STRAUSS, 2007, p. 92).

⁹⁰Em MONDIN, 1987, p. 140, *apud* MATTAR, 2010, p. 70-71.

⁹¹Como referido por Gutterres (2014, p. 141), tal imaginário sobre o Rio está ligado ao cotidiano de trabalho e urbanidade, na região do Quarto Distrito, já que a orla sul do estuário permaneceu com sua dinâmica de veraneio, sem impactos negativos após 1941: “ali a natureza evocada pelo rio bucólico, manso e balneável, por vezes aristocrático, permaneceria inalterada”.

com menos prestígio social que os bairros vizinhos. O autor também chama a atenção para a diferença entre “fábrica” e “indústria”⁹² e como ela estaria relacionada a uma “reestruturação das relações sociais” na sociedade que se formava, afirmando que o Quarto Distrito era um lugar híbrido, onde as indústrias e as fábricas dividiam o espaço com ruas de chão batido, matadouros pequenos para abastecimento local, trapiches de pesca localizados entre trapiches de desembarque de mercadoria, zonas alagadiças (banhados), vida rural com criação de bichos e plantação de hortaliças junto às casas.

Com o cais da Praça da Alfândega, construído no período compreendido entre 1912 e 1941, prolongado em direção à Navegantes entre 1941 e 1970 (MATTAR, 2010) e a construção da Avenida Castelo Branco, o acesso ao Rio Guaíba por parte da população que ali vivia e trabalhava foi completamente transformado. A relação do Quarto Distrito, enquanto espaço de itinerários de trabalho, foi reconfigurada e até hoje passa por transformações, sendo o enobrecimento uma dessas apontada por Gutterres (2014).

Após a enchente, muitas famílias abastadas foram buscando moradia em regiões afastadas dessa área do rio, que foi sendo cada vez mais associada à pobreza, violência, tráfico e prostituição - classificações morais usadas para desqualificar o espaço (GUTTERRES, 2014). Associada à decadência dos serviços de navegação, ao advento de transportes rodoviários e à construção do porto de Rio Grande, tais fatos culminaram na conclusão e no esvaziamento das obras portuárias da capital. O auge da industrialização da região parece ter sucumbido sobretudo pela “política rodoviária, imposta pelos sucessivos governos, que priorizou os transportes rodoviários, sufocando primeiro o porto e, em seguida, aniquilando a rede ferroviária” (GUARNIERI, 2020, p. 83). Como consequência, o histórico e as vivências da região do Quarto Distrito foram se modificando.

Tal processo, contudo, não é particular da cidade em análise, já que foi observado em estudos sobre o centro das metrópoles brasileiras⁹³. De fato, até os anos 1950, a região central das cidades brasileiras era ocupada pelas camadas sociais mais abastadas da sociedade e, por consequência, era onde havia emprego, moradia e consumo, já que era onde a riqueza circulava. No caso de Porto Alegre, as

⁹²Enquanto a fábrica se referia a uma produção de baixa escala, em produção mecanizada e distinta do trabalho artesanal, a indústria estaria ligada ao cenário de consumo do Século XX (RUBEN, 1980).

⁹³De acordo com Marx (2022a), esse processo é semelhante às tendências que ocorriam em outros cemitérios industriais de outras cidades do mundo, a exemplo de Detroit, nos Estados Unidos.

ondas migratórias trouxeram para a região central “imigrantes burgueses”, os quais se estabeleceram com comércio e residência no centro e arredores. Contudo, especialmente no final da década de 1960, a expansão urbana é freada e uma nova configuração geográfica da região central é estabelecida (BUONFIGLIO, PENNA, 2011).

Como retratado por Canofre (2017), em reportagem sobre a gentrificação na cidade de Porto Alegre:

[...] De antigo bairro-cidade pulsante, que reunia o porto, a linha férrea, imigrantes e operários, cervejarias e indústrias têxteis, um planejamento urbano moderno, a região virou uma mistura heterogênea de vazios urbanos, bairros de classe média e vilas que retratam os problemas sociais esquecidos pelo poder público. Uma amostra recortada da história da própria capital gaúcha. Na discussão sobre planejamento urbano, planos diretores, polos de tecnologia, déficit de moradias, especulação imobiliária e a tal gentrificação, o 4º Distrito equaciona passado, presente e o futuro em jogo para Porto Alegre.

É difícil precisar um motivo e uma data de quando o declínio da região ocorre, mas o certo é que o Quarto Distrito foi perdendo a relação direta que tinha com o Guaíba, que muitas pessoas foram abandonando a região e que a Prefeitura foi, nos dizeres da jornalista, “deixando o antigo motor desligar” (CANOFRE, 2017). Houve, ainda, uma maior rigidez no zoneamento e usos da região pelo Plano Diretor de 1959, reduzindo os espaços residenciais no território. Foi a partir de 1970 que o abandono se intensificou, que a região foi se deteriorando e que a paisagem anteriormente de expansão industrial deu lugar a prédios abandonados. Muitos dos antigos habitantes acompanharam o “progresso” da cidade e acabaram migrando para bairros mais seguros e com mais qualidade de vida, já que, pela sua desvalorização frente ao mercado, a região passou a abrigar moradores de rua e servir de ponto para o tráfico de drogas e a prostituição (CAMPOS; ABALOS JÚNIOR; RAPOSO, 2021).



Figura 6 – Fotografia da Avenida Voluntários da Pátria.
Fonte: CANOFRE, 2017.

Ainda, na reportagem sobre a região, Canofre (2017) registra o senso comum de quem hoje vê a Avenida Voluntários da Pátria e não consegue imaginar que a região servia como passeio e foi palco de antigos desfiles de políticos, já que seu cenário é formado por montes de lixo, prédios abandonados e carros apressados, dirigidos por pessoas que por ali passam rápido, sequer olhar. O caminhar atual pelo Quarto Distrito revela uma gama de diferentes sociabilidades em tons visivelmente marcados, que, apesar de sempre existentes, foram aprofundados pelo passar do tempo.

Tais constatações são reveladas, inclusive, pelo olhar dos atores sociais que vivem na região, consoante pode ser visto na seguinte entrevista realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁹⁴:

Para as pessoas, por exemplo, que não conhecem o projeto, né, [...] vem trazer pro território do 4º Distrito olha um prédio abandonado, que não tem pintura, não tem acabamento, é uma obra abandonada por cinquenta anos, e é essa visão que a maioria das pessoas que passam na frente acaba

⁹⁴ Que pode ser vista no livro resultado da última etapa da pesquisa “O Quarto Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta”, em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/246937/001148083.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

carregando, né? Só aqueles que têm a oportunidade de ouvir ou tem o interesse de conhecer de fato o que significa conseguem mesmo compreender (MARX, 2022a, p. 98).

Como resultado de estudo realizado durante a gestão do prefeito Alceu Collares (PDT), entre os anos de 1996 e 1998, e publicado em 2000 pela Prefeitura da cidade, já na gestão de Raul Pont (PT), o Quarto Distrito já apresentava “2.962 unidades habitacionais irregulares, com uma média de 3,9 pessoas por família, o que perfaz um total de 11.552 habitantes nesta região” (GUARNIERI, 2020, p. 86). Além disso, dados do IBGE de 2010 apontavam que eram sete mil imóveis potencialmente abandonados na região do Quarto Distrito, fato que levou o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurar inquérito para que se promova o cadastramento de tais imóveis para sua futura desapropriação e regularização pelo Poder Público (SANCHES, 2021).

É de se destacar, contudo, que apesar de as condições históricas acima narradas terem contribuído para o esvaziamento da região, elas sozinhas não justificam o abandono sofrido. Como lecionam Buonfiglio e Penna, o declínio da área está, em muito, relacionado a uma escolha de uma elite que decretou a sua obsolescência e foi em busca de novos espaços e equipamentos urbanos, fazendo com que as antigas edificações, “testemunhos da riqueza material e simbólica” (BUONFIGLIO, PENNA, 2011, p. 118), fossem paulatinamente convertidas em ruínas, trazendo à realidade o fenômeno da gentrificação.

Do período de potência ao de decadência⁹⁵, várias foram as propostas de “revitalização” apresentadas. O efeito da associação entre o declínio econômico e a posição central da região criou o cenário propício para que, nos últimos anos, ela voltasse ao radar das estratégias de desenvolvimento urbano, como sintetiza Pereira, em tese sobre a região portuária do Rio de Janeiro, em raciocínio que pode ser replicado aqui:

Os portos das grandes cidades industriais despontaram como espaços privilegiados para a aplicação dos prognósticos do pensamento urbanístico emergente na virada do século. Ícones de uma época em que a produção se concentrava em grandes conglomerados urbano-industriais, o esvaziamento das zonas portuárias dessas cidades despontou como sintoma emblemático da crise do regime de acumulação fordista, e também como um campo fértil para novas estratégias de acumulação impulsionadas pela chamada

⁹⁵A decadência aqui referida se relaciona à decadência das atividades industriais e portuárias da região, que vem atraindo investimentos privados para sua revitalização, justamente por suprir dois dos grandes desejos atuais de uma camada média urbana: a vista, próxima ao Rio Guaíba, e a mobilidade, em razão da proximidade ao centro da cidade (GUTTERRES, 2014).

"destruição criativa" desses espaços. Geralmente dispo de fartos estoques de terrenos estrategicamente localizados e relativamente baratos, além de um patrimônio arquitetônico peculiar, essas áreas tornaram-se um foco privilegiado da atenção de empreendedores e planejadores urbanos, transformando-se numa espécie de balão de ensaio de novas estratégias de acumulação relacionadas à produção do espaço (PEREIRA, 2015, p. 166).

A antiga zona portuária, com preços depreciados e uma oferta de infraestrutura, mostrou-se alvo para a abertura de uma nova frente de negócios imobiliários "inovadores", "descolados" e "artísticos", que contam com incentivos fiscais e urbanísticos do poder público municipal, dentro da lógica da gentrificação de regiões chamadas de decadentes (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022). A área se tornou abrigo atual de empreendimentos cujos contornos revelam novas reestruturações urbanas baseadas numa "economia criativa"⁹⁶, assim explicada por Winckler e Abalos Júnior (2022, p. 52):

Já no que se refere à economia criativa, recorremos ao clássico *The Rise of the Creative Class* (2002) de Richard Florida. O sociólogo e economista norte-americano aponta para uma relação intrínseca entre economia e criatividade que tem como palco o surgimento de novos bairros criativos. Florida (2002) evidenciou como as "classes criativas" se caracterizam por serem conglomerados de pessoas "talentosas e criativas" que, em sua teoria, evidenciam o crescimento de alta tecnologia. Neste sentido, nosso olhar se deu para o empreendedorismo criativo fomentado no bairro Floresta, buscando dialogar com atores sociais comprometidos com as novas dinâmicas criativas de empreendedorismo neste território.

O mais novo plano de "regeneração urbana" para a região, chamado de +4D, foi iniciado em 2021 e tem como uma de suas propostas a alteração de normas urbanísticas, com o objetivo de promover a densificação de algumas áreas. A título de exemplo de norma alterada, há a previsão de concessão de descontos e isenções no valor de compra do "solo criado"⁹⁷ para empreendimentos que atendam aos requisitos elencados na legislação, de modo a permitir que, em determinadas áreas, novas edificações possam construir além do limite legalmente previsto sem precisarem pagar nada em troca (MARX, 2022a).

O Quarto Distrito passou a contar, assim, com a chegada de novos moradores e a instauração de uma nova dinâmica, muito em razão de interesses financeiros e mercadológicos que passaram a ver a região como um potencial a ser desenvolvido

⁹⁶ Processo que os referidos autores afirmam se aproximar ao que ocorreu no bairro de Poblenou em Barcelona por meio do projeto 22@ (WINCKLER; ABALOS JÚNIOR, 2022).

⁹⁷ O solo criado é um instrumento descrito no PDDUA de Porto Alegre, "que permite que uma edificação possa ser construída além do limite pré-estabelecido para aquele lote, mediante pagamento ao município" (MARX, 2022a, p. 92).

na cidade: “De centro da minoria, este espaço fora passando paulatinamente à condição popular de centro da maioria” (BUONFIGLIO, PENNA, 2011, p. 119). Em uma das entrevistas do GPSUIC, efetuada com uma representante da classe criativa da região, haveria uma certa preocupação com o processo que suas iniciativas poderiam desencadear, como a gentrificação: “não adianta, querendo transformar um bairro, querendo atrair negócios, investidores, vão ser negócios de pessoal de fora” (WINCKLER; ABALOS JÚNIOR, 2022, p. 63).

Outro entrevistado⁹⁸, citado como representante da classe criativa, entende que os projetos de revitalização estariam relacionados a interesses comerciais e que o termo “economia criativa” seria de tempos em tempos, “chacoalhado”, a fim de privilegiar o mercado imobiliário (WINCKLER; ABALOS JÚNIOR, 2022, p. 64):

Tu chegas no poder público, todo mundo sorri, todo mundo acha lindo, chega semana que vem, aparece outra necessidade e eles não podem. Não to falando de má fé eu to falando da natureza de como funciona, ainda mais do Brasil, a questão do poder público, é muito broxante. [...] eu estou bem decepcionado com o uso do poder público com tudo que eles prometem que vão fazer e eles não fazem exatamente como dizem, né? Pior eles fazem muito menos e demora muito mais. Eu já vi melhorar. Não alaga todo dia que chove, a segurança melhorou de uma certa forma, mas essa questão do da economia criativa é um é um jargão muito aberto.

Tais entrevistas também buscaram a relação entre os atores sociais e o Poder Público, “principalmente em relação à participação nas transformações sociourbanas em curso na região” (MARX, 2022a, p. 106), tendo um deles recordado os processos de maior participação popular ocorridos na cidade, à época em que o PT estava à frente do governo, como o OP, afirmando que, nesses novos projetos, a participação popular parece não ocorrer do mesmo modo:

Então, é preocupante a minha perspectiva em relação a isso. Se a gente tivesse num outro tipo de dinâmica, de participação, né? aberta, também, porque, sim, a gente não sabe quando acontece essas reuniões. Eu só consigo saber quando eu vejo no jornal, enfim, não passa... pelo menos nunca vi, o (nome de ator) nunca me falou, porque se tivesse ele tinha me falado. Um panfleto ali, como uma acontecia, né? No orçamento participativo, que passava um carro de manhã, "vai ter reunião do 4º Distrito". A gente tentaria colocar mais a nossa participação nesse projeto. Então, a minha impressão é preocupante, né? A gente quer ficar ali, né? Quer demarcar esse lugar (*ibidem*).

Apesar de um crescente projeto de “modernização”, habita a região uma população composta, predominantemente, por pessoas que são, não raras vezes,

⁹⁸No trabalho do GPSUIC.

“propositadamente invisibilizadas, ocultadas, marginalizadas, deixadas de fora dos recorrentes projetos e estudos de ‘revitalização do 4º Distrito’” (GUARNIERI, 2020, p. 83). Prochnow (2020), citando Solà-Morale (1996), afirma que a região não pode ser vista como uma tela em branco, pois é rica em histórias e influências do que dela restou, como um “terrain vague”⁹⁹: um terreno aberto para novos processos. Tal cenário fez surgir, em 2019, o Fórum Popular do Quarto Distrito, o qual reúne moradores, trabalhadores e apoiadores das causas populares da região e busca cotidianamente o apoio em redes sociais¹⁰⁰ em campanhas que demonstram a resistência de sua população na permanência no território (MARX; MOROSO; FEDOZZI, 2022).

É nessa região, mais especificamente na parte sul do Quarto Distrito, próximo à divisa do bairro Floresta com o Centro Histórico, que se localiza o prédio do Assentamento 20 de Novembro, apontado¹⁰¹ como uma iniciativa coordenada por “mulheres guerreiras que querem construir um processo coletivo com uma visão de dentro pra fora e não de fora pra dentro” (TAVARES; SOUZA; WINCKLER, 2022, p. 75).

3.1. De ameaça a modelo: circulando com o Assentamento



Figura 7 – Imagem do projeto da fachada do prédio.

⁹⁹“Terrain vague” faria referência aos “locais que suscitam a memória de um passado ainda não apagado pela cidade contemporânea, correspondendo a lugares residuais, como decorrência da especulação imobiliária ou à sua margem” (PROCHNOW, 2020, p. 298).

¹⁰⁰Ver, por exemplo, o Instagram do Fórum, em: <https://www.instagram.com/forum4distrito/>.

¹⁰¹Em outra entrevista no âmbito do GPSUIC.

Fonte: AH! Arquitetura humana (s.d).

O Assentamento 20 de Novembro busca, como pode perceber, transformar o local em que está situado em um "território de resistência", onde seus habitantes resistem às imposições socioeconômicas pela formação de um território que simboliza um avanço social e o fortalecimento de um senso comunitário. De acordo com Sanches (2021), os "territórios de resistência" retratam um modo de vida não hegemônico que decorre da necessidade de seus habitantes sobreviverem coletivamente.

Como categorizado por Sanches (2021), os "territórios de resistência" retratam um modo de vida não hegemônico que decorre da necessidade de seus habitantes sobreviverem coletivamente. Em uma análise sobre as ocupações no Centro Histórico de Porto Alegre, a autora salienta que lutar por um território é fundamental para a consciência de existência e do direito de estar em algum lugar, especialmente em um lugar construído a partir do modo de vida dos habitantes (SANCHES, 2021, p. 170), numa lógica que dialoga com o Assentamento ora em análise.

Isso porque, apesar de ter se estabelecido sob as limitações do sistema econômico, o Assentamento e seus habitantes resistem às imposições socioeconômicas pela formação de um território que simboliza, para eles, um avanço social e o fortalecimento de um senso comunitário. Tal território se tornou um espaço de ensino e troca que permite a formação de uma identidade coletiva e comunitária, "onde pessoas resistem política, social, econômica e/ou culturalmente" (SANCHES, 2021, p. 173).

Para concretizarem o sonho de terem as famílias assentadas cada uma em um apartamento no prédio, entraram em contato com um escritório de arquitetura com experiência em movimentos populares para fazer um projeto sustentável ambiental e economicamente, a ser financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).

A conversa com Karla¹⁰², uma das sócias, revela que o encontro dos ocupantes com o escritório mencionado se deu por iniciativa dos moradores, que entraram em contato pelo Facebook. Eles disseram, à época, que queriam um projeto sustentável,

¹⁰²Que data de 20/07/2021.

“então fizeram chamada no Facebook¹⁰³ e uma das integrantes do escritório, Paola, viu e foi até a cooperativa, pois não a conhecia”. Após o comentário, Karla destaca que ela própria já conhecia o prédio do Assentamento, devido à relação de militância e política que carrega em sua trajetória de vida. A partir de então, foi que diz que se iniciou a parceria que perdura até hoje.

A atuação conjunta, com o compartilhamento de vontades comuns de diferentes atores, parece seguir a lógica de organização e de socialização nos moldes em que referido por Marques e Marx (2020), no sentido de que tais prática valorizam “a descentralização da informação e de enriquecimento do aprendizado coletivo, reforçam os laços afetivos” e “ressaltam a importância do trabalho colaborativo” (*ibidem*, p. 21), como mecanismos para potencializar e fortalecer as relações entre os atores sociais¹⁰⁴ e suas decisões consensuais.

A arquiteta continua a explicação dizendo que, com o apoio de outro profissional da área que trabalha com o MNLN, os ocupantes do prédio conseguiram, por meio da Cooperativa que constituíram, habilitar-se no Ministério das Cidades e acessar o recurso do Governo Federal, concedido por meio da Caixa Econômica. Foram longos dois anos, como rememora, até conseguirem a aprovação do projeto junto à Prefeitura de Porto Alegre, o que se mostrou como primeiro desafio, já que o prédio contava com mais de 50 anos e precisava ser transformado em mais de 40 unidades habitacionais à luz da normativa existente.

Para adequar o antigo prédio inicialmente pensado para ser um hospital à moradia com apartamentos de dois dormitórios, afirma ter sido um grande “quebra-cabeças”, mas que, “pelo menos”, não havia problemas estruturais, já que a edificação seria “uma fortaleza”, “um sistema de vigiar e punir com tijolos enormes”, em referência ao panóptico examinado por Foucault (1977)¹⁰⁵.

¹⁰³Como mencionam Marques e Marx (2020), “as novas experiências organizacionais e de ação da sociedade civil, emergidas nos últimos vinte anos no Brasil, se valem mais da internet e das tecnologias de comunicação do que qualquer outra organização social, fazendo dela seu principal canal de comunicação no processo de mobilização dos ativistas e apoiadores, na divulgação das campanhas de protestos, e na disputa pelo enquadramento social” (p. 15).

¹⁰⁴A expressão ator social aqui utilizada na acepção conferida por Goffman (1959), no sentido de ser um indivíduo com alto grau de interação com os demais, principalmente na vida cotidiana.

¹⁰⁵De fato, construído nos anos 1950 para abrigar um hospital, o modelo arquitetônico adotado à época observava uma tipologia disciplinar, de controle e vigilância: “Tratar os leprosos como pestilentos, projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamente, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões – isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento da educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias

Com a Prefeitura, lembra que travaram um embate até conseguirem retirar a exigência de que houvesse estacionamento. O escritório fez um estudo mostrando que aquele lote estava numa área servida por todos os serviços e redes e que a mobilidade urbana estava garantida, com o que arremata: “não tinha cabimento ter a exigência de vagas para aquele prédio!”.

Também tiveram que justificar o fato de “abrir o prédio para a cidade”, já que o projeto não tinha grades nem muros, em uma interface que é o que chama de “semipúblico”. Cita que transformam o desnível da rua numa escadaria, a qual servirá de arquibancada voltada para um prédio e uma parede cega, onde já aconteceram “projetos” e onde imaginam que vão poder ocorrer novas atividades culturais¹⁰⁶ promovidas pelos habitantes. Chama o referido ambiente de “largo cultural”.

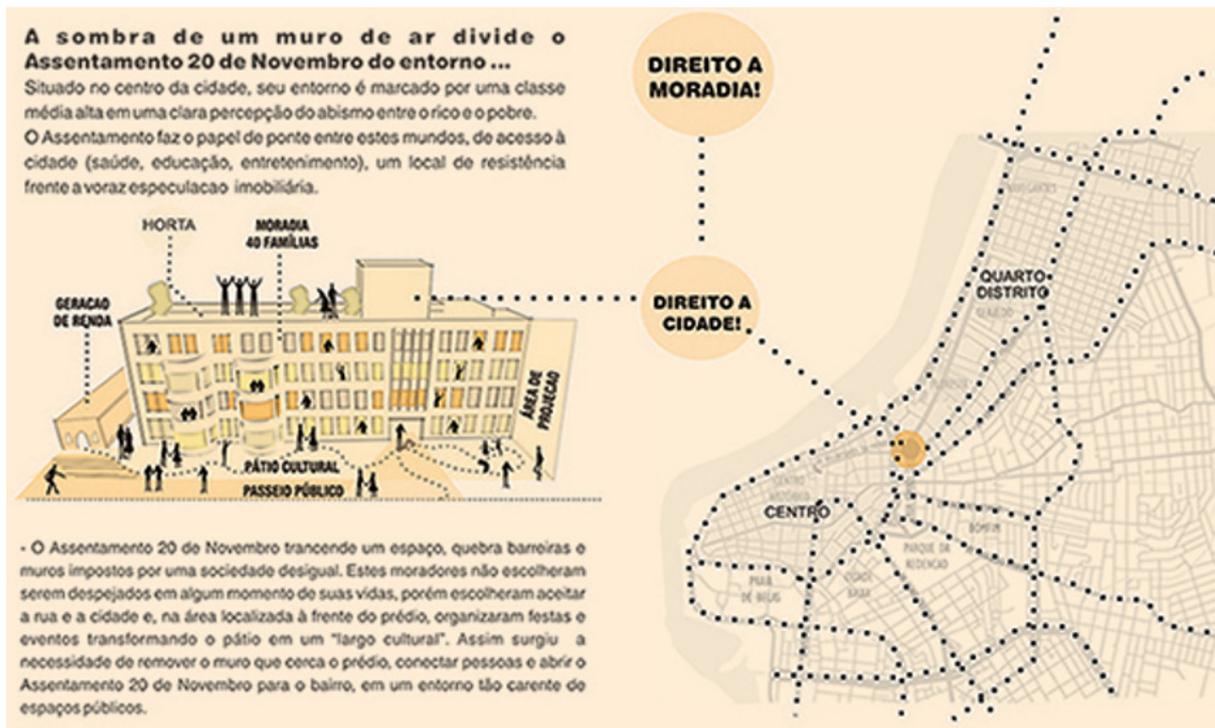


Figura 8 - Explicativo do projeto 01.
Fonte: AH! Arquitetura humana (s.d).

de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele, onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.)” (FOUCAULT, 1977, p. 176).

¹⁰⁶A cultura aqui pensada como “as formas de associação e sociabilidade que caracterizam coletivos que se mobilizam em prol do patrimônio da cidade”, no sentido que “faz agrupar coletividades que tenham, em maior ou menor medida, um engajamento para questões culturais, como o carnaval, teatros, cinemas, exposições, shows e afins” (WINCKLER; ABALOS JÚNIOR, 2022, p. 52).

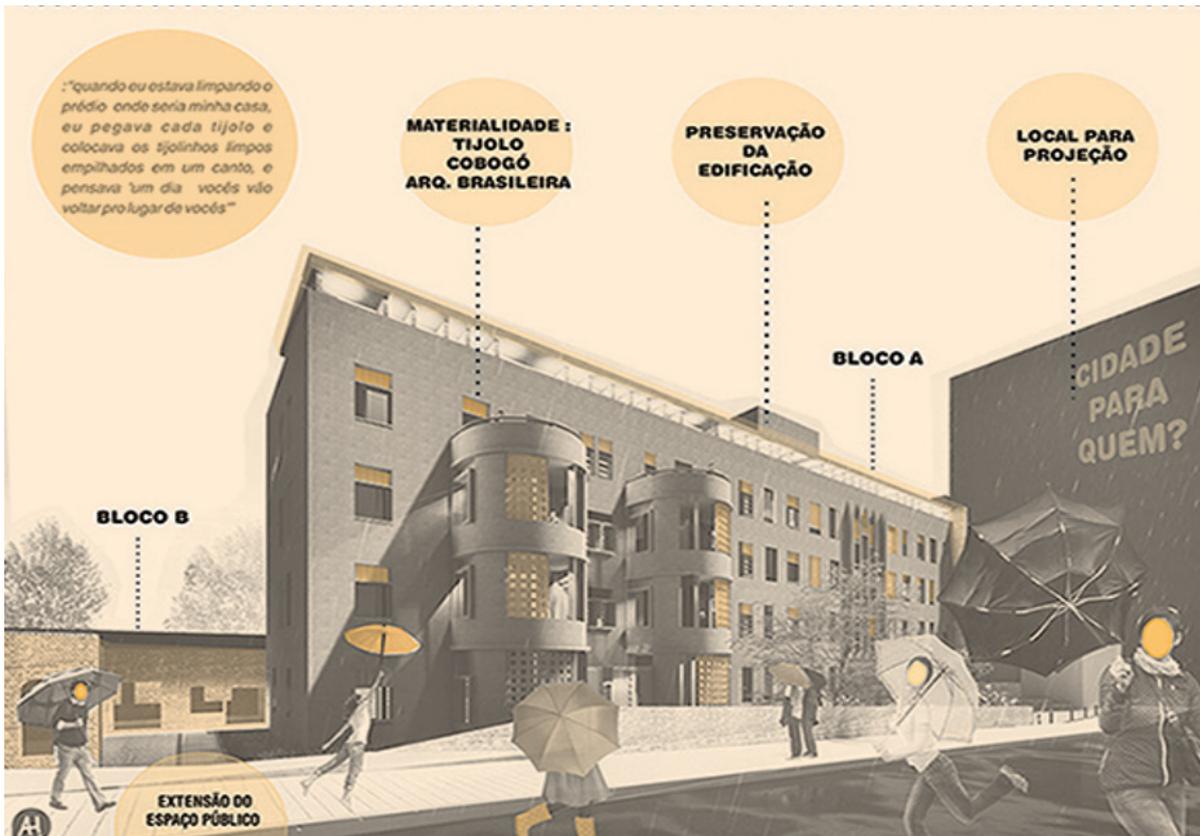


Figura 9 – Explicativo do projeto 02.
Fonte: AH! Arquitetura humana (s.d).

As ilustrações do projeto mostram uma entrada em que as grades hoje existentes dão lugar à passagem que conduz os pedestres da rua para dentro do prédio, em um espaço para conexões. A luta transcende os limites do próprio espaço físico, pois os muros que separam as fronteiras sociais e culturais são transpostos da mesma forma que o projeto prevê a retirada das grades físicas que separam a moradia e a rua, já que “seus moradores consideram e se apropriam dos espaços externos como parte indissociável do seu habitat e como meio de integração com a rua e a cidade” (FLECK, 2018).

Não tinha sentido, na visão da arquiteta, discursar sobre o direito à cidade e encher aquele espaço de vagas de estacionamento numa área servida de infraestrutura, do mesmo modo que não teria sentido propagar narrativas que enaltecem ações coletivas e, na hora de materializar o projeto, não promover essa integração e dinamismo entre o público e privado que foi proposta. Não se tratou, pois, de criar um projeto para depois ser aplicado, mas de um plano que surgiu exatamente dos moradores.

Paola, a arquiteta que iniciou a interação virtual com os moradores¹⁰⁷, também fala sobre o papel que o movimento social e o Assentamento pretendem construir na cidade a partir dos conhecimentos técnicos contratados:

O movimento social carrega esse papel importante. São pessoas que realmente compreendem o papel do Assentamento no centro da cidade e lutam por isso. Nós, enquanto arquitetos, estudamos na academia a compreensão de que uma cidade sem muros se torna muito mais humana. Mas, isso partir dos moradores, reflete exatamente essa realidade.

Quanto à estética, Karla menciona o cuidado em manter características já existentes. Isso porque, quando os atuais ocupantes ingressaram no prédio, já havia os vãos onde ficariam as janelas. Eles, então, foram arrecadando as janelas que conseguiram e instalando, da maneira que podiam, “tapar os vãos”. Diz que os espaços eram enormes, 1,50mx3m, e que as janelas arrecadadas tinham de 1,20mx1,20m ou 1,40mx1,20m, o que fez com que os moradores tapassem os espaços com tijolo, criando o que chama de uma “característica importante e peculiar da forma de morar”. A autoconstrução¹⁰⁸ aqui pode ser vista como um elemento importante naquilo que Holston (2013) chamou de cidadania insurgente, na medida em que ela foi sendo utilizada como alternativa à inércia estatal na produção de uma alternativa para a permanência em tal território e, conseqüentemente, de uma experiência mais digna na cidade.

Continua a narrativa explicando que tentaram trazer isso para dentro do projeto quando foram trabalhar com as janelas do Assentamento, partindo do seguinte princípio: “vamos manter os vãos e trabalhar a distribuição dos apartamentos a partir deles e mantê-los, dando essa característica”. Deixam com isso já demarcado, no projeto, que ali existia uma janela pensada para ser inicialmente “uma coisa”, mas que, pelo ato de seus moradores, foi transformada em outra. O fechamento dos espaços é feito com os mesmos materiais já existentes na ocupação do prédio, em uma espécie de “estética da ginga”¹⁰⁹. São, o que chamam, de as “sutilezas do projeto”.

Outro desafio teria se apresentado na necessidade de mobilização e envolvimento dos moradores na elaboração do projeto arquitetônico e na afinidade

¹⁰⁷Em FLECK, 2018.

¹⁰⁸A autoconstrução, conforme teorizada por Gutterres (2014), seria fonte criadora de autonomia aos sujeitos face à representação hegemônica da cidade legal e formal a que eles estariam subordinados.

¹⁰⁹Referência à obra de Jacques (2001), na qual formula a hipótese de que “as favelas têm uma estética própria”.

que deveria haver entre os técnicos e o corpo político da construção. O papel do escritório, segundo narra, teria sido resolver as questões mais técnicas, operativas e de gestão, porque, no tocante ao resto, “os moradores de lá é que são os mestres, eles nos ensinam”.

Desse modo, narra que esboçaram, a partir das demandas dos próprios habitantes, os quais queriam produzir moradia no centro da cidade como um local de resistência à especulação imobiliária, “uma proposta de reforma que garantisse eficiência e ao mesmo tempo fosse promotor de uma justiça urbana que não violasse os princípios da cooperativa” e ultrapassasse os limites do espaço físico e social.

A fala da arquiteta, no sentido de que os moradores ensinavam aos técnicos aquilo que queriam ver no projeto de sua moradia se coaduna com a hipótese de que “usuários também são designers” (IBARRA, 2022). Ao trabalhar com o Coletivo Santa sem Violência (CSSV) – um grupo de moradores do Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, “que se mobilizou para criar lugares de discussão, realizar intervenções nas ruas e, em geral, buscar coletivamente alternativas à realidade que o bairro estava vivendo” (*ibidem*, p. 186), Ibarra narra que o fato de os moradores do referido bairro não serem apenas receptores de algo que foi planejado com antecedência por outras pessoas a instigou na investigação de como eles se engajavam na criação do próprio bairro.

Partilho de tal instigação ao saber que os próprios moradores do Assentamento externaram a estética e o uso político que queriam presentes no projeto de reforma do imóvel. Citando Ingold (2012), Ibarra (2022) explica que os usuários e, aqui, em analogia que faço, os moradores do Assentamento, são “praticantes habilidosos”, os quais, em suas práticas, apropriam-se de objetos cotidianos com habilidade e os transformam:

[...] Para ele [Ingold, 2012], os objetos projetados não determinam seu uso, pois as pessoas não ‘usam’ os objetos, mas improvisam à proporção que as dificuldades se apresentam. [...] Esses objetos são realmente coisas não terminadas, mas continuadas no uso. [...] Até que tudo esteja colocado, não se pode dizer, com precisão, para que serve cada item. [...] Nesse sentido, podemos fazer uma crítica ao conceito tradicional de usuário e concluir que os usuários são também designers ou que há design nas práticas da vida cotidiana.

Uma calçada que abre espaço para um largo cultural. Um desnível entre a rua e a entrada do prédio que dá lugar a uma arquibancada. Uma parede cega de outro prédio que serve para projeções. Fatos que indicam que os moradores não só usam

os espaços, mas também os criam por meio do seu uso. Eles acreditaram que é no contato com as outras pessoas e com o espaço público que se entra em sintonia com os ideários acerca do direito à cidade e se pode pensar a situação da moradia.

Tais características indicam a formação de um “território de resistência” (SANCHES, 2021) a partir do Assentamento ante as diferentes experiências entre os atores sociais entre si e com o entorno que o circunda. Além disso, demonstram a existência de um modelo de urbanismo imaginado sendo colocado em prática e realizado concretamente por essas pessoas que fazem o Assentamento todos os dias. Atualmente, contudo, elas estão aguardando o governo liberar o recurso para executarem a obra e materializarem todo esse processo.

3.2. Por dentro do Assentamento: algumas cenas etnográficas

Como visto, ao ocupar um espaço abandonado e transformá-lo em um lugar habitável, essas famílias estão exercendo o direito à cidade e se apropriando do espaço urbano para suas vivências cotidianas. Além disso, considerando que o Assentamento também pode ser visto como uma forma de circulação de pessoas e de ideias, já que as famílias que ocupam o prédio têm relações e conexões com outros grupos e movimentos sociais, possibilitando a troca de experiências e a construção de novos projetos coletivos para a cidade, passo à análise de algumas cenas etnográficas¹¹⁰ construídas durante a minha incursão a campo.

3.2.1. “E finalmente temos o ‘papel’”¹¹¹

Com data de 12 de junho de 2017, o contrato de cessão sob regime de concessão de direito real de uso firmado entre a União e a Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro é registrado no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre. No percurso de conquista de tal direito, a lei passou a ser um ativo para os

¹¹⁰Utilizo-me das cenas etnográficas para ilustrar e contextualizar as análises teóricas e as reflexões críticas acerca das experiências dos/as meus/minhas interlocutores/as.

¹¹¹Esse é o título da postagem do Facebook do Assentamento 20 de Novembro em que constante a imagem do “papel” que deu aos seus habitantes o direito de habitar o prédio, e que pode ser vista em: <https://www.facebook.com/assentamento20denovembro/photos/a.512397808934372/831158500391633/>.

habitantes do prédio, que a utilizaram em seu favor, tal como as elites sempre o fizeram¹¹².

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA
PORTO ALEGRE
www.lamanapaiva.com.br
João Pedro Lamaná Paiva
Registrador

Página 1 de

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei e por assim ter sido pedido, que revendo neste Serviço Registral o Livro nº 2 - Registro Geral, verifiquei constar na matrícula o teor seguinte:

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA - P. ALEGRE
LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

157.941
MATRÍCULA

PORTO ALEGRE, 03 de dezembro de 2003

FIL. 1 MATRÍCULA 157.941

Imóvel: Área II, com 1947,50mq em formato irregular, com as seguintes medidas: frente a leste, com 56,83m pela rua Barros Cassal, lado ímpar; lateral direita ao sul, com 34,13m, com sucessores de Ophir Barcellos e outros; lateral esquerda ao norte, por uma linha quebrada de 03 segmentos, o primeiro, no sentido leste-oeste com 16,50m, o segundo no sentido norte-sul, com 2,00m e o terceiro, no sentido leste-oeste, com 17,50m, com a área I, de propriedade de União Federal, e fundos a oeste, com 57,55m, com sucessores de Dlívio dos Santos Netto.- Bairro: Floresta.- Quarteirão: ruas Dr. Barros Cassal, Conceição, avenidas Alberto Bins e Farrapos.-
Proprietária: União Federal.-
Origem: 3-BA fls. 27 número 46.396 datada de 21 de junho de 1950.-
Abertura de Matrícula: Ofícios números 640/2003 GAB/GRPU/RS e 703/2.003/GAB/GRPU/RS, datados de 29 de setembro de 2003 e 19 de novembro de 2003, ambos da Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul, oriundos do processo número 05065.000239/2001-38 (Desmembramento).-
Protocolo nºs 605300, 605301, 605302 de 25.11.2003.-
URE=Nihil A escr. autorizada: *Enodrigues*

R-1/157.941(R-um/cento e cinquenta e sete mil e novecentos e quarenta e um), em 12/6/2017.-
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO, COM ENCARGO - Nos termos do contrato de cessão sob regime de concessão de direito real de uso firmado em 21 de março de 2016 e do aditivo de 1º de junho de 2017, firmados com base na Portaria nº 10, de 5 de fevereiro de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria do Patrimônio da União - SPU-RS), publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2016, onde figura como cedente a UNIÃO, representada pela Secretaria do Patrimônio da União, pertencente à estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com CNPJ/MF sob número 00.489.828/0015-50, representada no contrato pela superintendente Rose Carla Silva Correla e no aditivo pelo superintendente Antônio Carlos Nunes Jung; e, como cessionária a **COOPERATIVA DE TRABALHO E HABITAÇÃO 20 DE NOVEMBRO LTDA.**, com sede administrativa na Rua Doutor Barros Cassal nº 161, sala 13, Bairro Floresta, com CNPJ/MF sob número 13.330.734/0001-80, registrada na JUCERGS sob NIRE 4340009967-1, representada no contrato por Antônio Ezequiel Antunes de Moraes e no aditivo por Cenirlani Vargas da Silva e Isabel Siqueira Oliveira, fica constando que **o imóvel objeto desta matrícula foi cedido, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, de forma gratuita e com encargos, com o objetivo de implantar e manter no local empreendimento habitacional de interesse social.** O contrato anteriormente referido possui várias condições, originárias da Portaria nº 10, de 5 de fevereiro de 2016, do Ministério do Planejamento,
CONTINUA NO VERSO

Figura 10 – Fotografia do Registro da Concessão de Direito Real de Uso Gratuito com Encargo.
Fonte: ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO, 2017.

¹¹²Nesse caso, como afirmado por Holson (2013), em analogia ao caso pelo autor analisado em São Paulo, a utilização da lei não se expressaria numa tentativa de corromper a cidadania, como feito pelas elites brasileiras, mas como um modo de se incluir nela.

Após sair do Registro de Imóveis localizado no Centro Histórico de Porto Alegre e voltar para o prédio do Assentamento com o “papel” acima retratado na mão, Ni relata¹¹³ as sensações que teve e as lembranças que tal ato simbólico significou em sua vida: “confesso que fiquei bem emocionada ao sair do Registro de Imóveis depois de 1 ano de idas e vindas para registrar a concessão do prédio da Barros Cassal para a Cooperativa 20 de Novembro”.

Ceniriani, é moradora do Assentamento 20 de Novembro, em Porto Alegre, coordenadora do MNLM do Rio Grande do Sul e presidenta da Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro. Mais conhecida pelo apelido Ni, ela nasceu e cresceu em ocupações, e continua, ainda hoje, na luta pelo direito à moradia digna (RADICIONE, 2021). Ni recorda, a esse respeito, que possui lembranças de quando era criança e acompanhava seus pais em mobilizações comunitárias e reuniões do Orçamento Participativo da cidade. Expulsa do campo na década de 1980, a família veio ocupar um cantinho no Morro em Porto Alegre e permitiu que a moradora formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprendesse, desde cedo, que, em suas palavras: “Nós que nascemos pobres temos que lutar para garantir nossos direitos e nos somar ao máximo possível de pessoas”.

Ela vive no prédio com o marido e suas duas filhas, que a acompanham nas reuniões e desde cedo aprendem sobre a importância da luta, inclusive política. Já em 2018, após o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, a visita da jornalista Giovana demonstrava o engajamento dessa moradora e de duas filhas: “a mais nova, Tainá, pediu para usar a camiseta do MNLM no dia da entrevista” (FLECK, 2018).

A vitória em conseguir o “papel”, conforme narra, foi compartilhada com a filha mais velha, Dandara¹¹⁴, de quem recebeu um “sorriso e o abraço gostoso” ao mostrar o “papel”, já que a menina “se preocupava tanto com o tal ‘papel’ que não assinavam nunca ‘pra que nunca mais ninguém tirasse nossa casa’”. Tal como refere Magalhães (2019), mencionando o trabalho de Das e Poole (2004), o agenciamento de tal

¹¹³Na página do Facebook do Assentamento, onde compartilha a imagem do registro (ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO, 2017).

¹¹⁴O nome escolhido por Ni para a sua primeira filha homenageia uma referência importante para o movimento negro e feminista, pois Dandara foi companheira de Zumbi dos Palmares. Sintetizo aqui a trajetória explicitada por essa personagem histórica no seguinte trecho de cordel: “O quilombo dos Palmares por Zumbi foi liderado. E, nesse mesmo período, dizem que ele foi casado com uma forte guerreira, que tomou a dianteira pelo povo escravizado. Foi Dandara o seu nome [...] Mas Dandara não queria um papel limitador, ser a mãe que cozinhava, tendo um perfil cuidador. As batalhas lhe chamavam e seus olhos despertavam pelo desafiador. Guerrear pelo seu povo era o que lhe motivava. O sonho da liberdade para todos cultivava [...]” (ARRAES, 2020).

documento parece revelar que há diferentes práticas pelas quais o Estado é constantemente experimentado.

A alegria retratada por Ni demonstra um ar de alívio, mas também de satisfação, por ter reconhecida a trajetória do que fala ter sido 1/3 de sua vida na luta. Continua assim o desabafo:

[...] tantas lembranças..tantas lutas, tantas pessoas que contribuíram para esta conquista nestes anos todos... desde a ocupação do prédio da Mauá... o despejo... a chegada na padre cacique, naquele lugar sem telhado, nem porta, nem janela, nem água, nem luz, nem banheiros... onde dividimos tantas alegrias e dificuldades por quase 6 anos [...]. Onde fundamos a nossa Cooperativa pra trabalhar e construir as nossas casas [...]. Aí veio a Copa e nos chutou [...] separou nossa grande família [...]. Mas nós seguimos lutando e nos últimos anos foi tanta burocracia que tivemos que aprender fazendo [...].

Ao mesmo tempo em que comemora, contudo, menciona o que chama de “merda que é ter que lutar por um ‘papel’”. Na sua narrativa, tece críticas sobre as dificuldades enfrentadas na luta para que conseguissem ter um “papel” e para que, somente a partir dele, tivessem um direito histórico de moradia garantido naquele território que classifica como sendo de resistência. Questiona, então, como teria a história do nosso país se, caso após a abolição da escravidão, os governantes e legisladores tivessem estabelecido que a garantia da propriedade se daria não pela mera detenção de um título, mas pelo exercício de fato da posse¹¹⁵.

Conclui seu raciocínio com a afirmação de que, de fato, o sistema vigente impõe que tenham os “papéis”, mas que apesar disso, a resposta “sempre será a luta e a resistência, dentro ou fora dele”. E finaliza o raciocínio, com a seguinte reafirmação do movimento social:

Sim, vai ter moradia popular no centro com sustentabilidade ambiental e trabalho solidário!
Uma conquista de muitos lutadores e lutadoras que trilharam este caminho.
Uma conquista simbólica em meio a tantos retrocessos que enfrentamos.
Viva a luta popular! Viva o Assentamento 20 de Novembro!
Reforma Urbana¹¹⁶ Já!

¹¹⁵Aqui, a crítica parece se dirigir à lógica que relaciona o poder à propriedade da terra, mantida e consolidada pela Lei de Terras (ROLNIK, 1997).

¹¹⁶A reforma urbana é parte do campo dos direitos humanos no Brasil pós-1988, defendida no país por diversos atores sociais, políticos e acadêmicos, com o objetivo de transformar a rede urbana brasileira a favor da maioria da população, com os seguintes eixos de ação, conforme referido por Marx, Fedozzi e Campos (2022, p. 235-237): a) “gestão democrática e participativa da cidade”; b) “redistribuição da renda urbana e da terra na cidade de maneira a romper a dinâmica da espoliação urbana”; c) “regulação pública desmercantilizadora (parcial) da produção do espaço urbano construído”; d) “inversão de prioridades na alocação dos recursos públicos em relação aos padrões alocativos que sustentam o modelo da cidade desigual e injusta”; e, e) “universalização do Bem-Estar Urbano e promoção do

Ni revela que o prédio é o lugar onde quer que as meninas cresçam com qualidade de vida e sem o risco de serem despejadas novamente.



Figura 11 – Fotografia de Dandara e Tainá, filhas de Ni.
Fonte: FNA, 2021.

Para Ni¹¹⁷, o Assentamento 20 de Novembro representa não só a conquista da moradia pelas 40 famílias que tiveram o direito de ter um apartamento construído, mas também um projeto de construção de uma comunidade e de uma cidade mais inclusiva e sustentável, a ser fortalecido e reproduzido. É uma política habitacional que não pensa só o “quadrado” onde a pessoa vai morar, mas que traz todo um contexto de ações e de elementos que compõem o que a gente acredita que seja moradia. E daí vai desde a questão ambiental, a questão da geração de renda, a questão da educação infantil. Representa muito no sentido de dizer que é possível: “é possível famílias se organizarem enquanto cooperativa; é possível famílias de baixa renda morarem no centro da cidade e viverem dignamente”.

Seus ocupantes apresentam o Assentamento em seus aspectos positivos por participarem da construção não apenas de sua residência, mas de uma luta coletiva que permeia não só as famílias ali envolvidas, mas todas aquelas que lutam, em todo o país por ter uma moradia digna.

acesso à oportunidades”. Seu contexto ainda ocupa um espaço de monitoramento das relações ainda muito incipientes entre o Estado e sociedade civil.

¹¹⁷Em: JORNAL SUL21, 2018.

Dandara, filha mais velha de Ni, que hoje conta com 13 anos de idade, escreveu uma carta¹¹⁸ quando o prédio da União foi cedido à Cooperativa e o contrato da fase 1 foi assinado com a Caixa Econômica Federal:

Eu tive uma casa que eu perdi, porque queriam construir um estacionamento para a Copa do Mundo. As máquinas destruíram nossas casas, fomos cada um para um lugar e assim não deu mais para brincar de pique-esconde, pega-pega e jogar bola com meus amigos. Destruíram nossas casas, mas não destruíram nossos sonhos.

A casa mencionada pela carta de Dandara é aquela que ocuparam próximo ao Estádio Beira Rio e da qual foram removidas para poder dar lugar às obras da Copa do Mundo. O sonho de Dandara e Tainá, crianças filhas de Ni, é o de ter uma casa da qual não sejam mais removidas, onde tenham um pátio público com um jardim que seja aproveitado como espaço cultural, uma ciranda e uma pracinha onde brincar. Reproduzo um trecho da conversa entre as irmãs¹¹⁹, caracterizadas pelas letras D e T:

D: Olha que lindo que vai ficar o nosso prédio.
 T: Vai ser o mais bonito da rua.
 D: E o nosso pátio vai ser público.
 T Todas as pessoas vão poder aproveitar nosso jardim.
 D: Curtir as festas, os eventos e as feiras.
 T: Vai ter até uma arquibancada, na frente do espaço cultural.
 D: Vamos ter energia solar e uma cisterna para reutilizar água da chuva.
 T: E vai ter uma horta para gente plantar.
 D: Além dos 40 apartamentos vai ter os espaços de trabalho, a cozinha, a biblioteca e um espaço de convivência.
 T: A ciranda e a pracinha, EBA!
 T: Será que vai demorar para começar a reforma do prédio?
 D: A mãe disse que já era para ter começado há mais de dois anos.
 T: Tomara que comece logo. Mana, eu não sei porque tem tanto prédio vazio e tantas pessoas sem casa.
 D: Pois é, Tainá, é por isso que a gente tem que continuar lutando para que todas as pessoas tenham direito à moradia.

O olhar das crianças acima retratado evidencia a angústia pela remoção de um lugar que tinham como lar e, agora, da espera pela reforma de suas novas casas, que tanto anseiam e que as fazem questionar do porquê a cidade de Porto Alegre ter "tanto prédio vazio e tanta pessoa sem casa".

¹¹⁸ Disponível em: FNA, 2021.

¹¹⁹ Retratado no curta metragem sobre o Assentamento (FNA, 2021).

3.2.2. “Vou limpar esses tijolinhos, porque vocês vão voltar pro lugar de vocês”



Figura 12 – Fotografia de parte frontal do prédio do Assentamento.
Fonte: JORNAL SUL21, 2018.

O prédio contava com mais de 40 anos de abandono quando foi ocupado pelas famílias, em uma construção inacabada, com paredes de tijolos à vista e materiais de construção espalhados pelo terreno e por todos os seus andares. Os habitantes foram se colocando nos cômodos em que fizeram seus apartamentos, com algumas reformas custeadas pela Cooperativa de que fazem parte e do trabalho individual de cada um.

Tatiana, uma das moradoras, relata¹²⁰ que, quando chegou ao prédio, não havia “nada”, não havia janelas, eram apenas “tijolinhos” que constituíam as ruínas. Junto de seus filhos, diz que começou a limpar tais tijolos, a juntar as madeiras e os ferros que já estavam no prédio, a pintar e a lixar o que encontravam. Na primeira noite, depois de ter passado uma vida, desde a infância, em ocupações formadas por barracos, estranhou não ter ouvido o barulho da lona batendo.

A moradora já estava habituada a olhar para cima e ver lona, a deitar e ouvir o barulho que o vento fazia no barraco em que morava anteriormente. Então diz que olhava para o teto (e, nesse momento, olha para o teto e faz os sinais da lona

¹²⁰Em depoimento colhido em: FLECK, 2018.

batendo), e reparava a existência de tijolos, em uma nova realidade estava se formando diante de seus olhos:

Daí me deu uma coisa no outro dia de manhã e eu fui limpar o pátio, comecei a limpar os tijolos. Eu pensei: 'vou limpar esses tijolinhos, porque vocês vão voltar pro lugar de vocês'. É a construção da minha vida aqui, que vou ter uma casa depois de 40 anos.

Em sua casa, ela tem uma estante com volumes da Enciclopédia Barsa, uma parede com quadros e fotos de seus filhos, máquinas de costura com pilhas de tecidos. A costureira e artesã, educadora social por formação, é a matriarca de uma das famílias que reside no prédio.



Figura 13 – Fotografia de Tatiana, costureira e moradora do Assentamento 20 de Novembro.
Fonte: FLECK, 2018.

A construção da vida da Tatiana parece estar se concretizando diante de seus olhos, que transparecem a esperança e o sentimento de realização por possuir uma casa feita “de material”, de tijolos, ferros e concreto:

Muda tudo. Chamam de invasão para criminalizar. Mas estar numa ocupação assentada, com um grupo por trás trabalhando para que a tua moradia seja digna. Pra quem já morou em lona preta, hoje eu moro em um apartamento de luxo.’ Ela se diz privilegiada. ‘Hoje, eu moro num assentamento, no centro de uma capital desse país. Isso é muita coisa.

Se, naquela época, a fala era de esperança, atualmente, seus olhos demonstram a preocupação de estar na luta por tantos anos e de não ver a concretização do projeto de moradia sair do papel.

3.2.3. “Não tem mais como suportar essa indecisão”

Em 13 de julho de 2020, a Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro em conjunto com o MNLM e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) elaboram um manifesto, denunciando a “ameaça de violação ao direito à moradia”. Informam¹²¹ que o direito à moradia das famílias do Assentamento Vinte de Novembro está ameaçado pelo descumprimento do contrato firmado entre o Governo Federal e a Cooperativa Novembro referente ao PMCMV- E, que impede o repasse dos recursos financeiros que garantem a reforma do prédio.

Argumentam que a reforma do prédio é uma conquista das famílias que, após 14 anos de luta, nos quais passaram por dois despejos, “assumiram o compromisso da dar um uso social para o Imóvel da União, que não cumpria sua função social a mais de 50 anos, através da transformação deste imóvel em 40 unidades habitacionais”.

Narram que, com a organização das famílias, fundaram a Cooperativa de Trabalho, que se habilitou para a reforma do prédio junto ao Ministério das Cidades em 2013, por meio do PMCMV-E, e fez investimentos para a contratação de parceiros, como “arquitetos, engenheiros, técnico social, biólogos e topógrafos” para o fim de obterem orientações técnicas e sociais para a realização da obra.

Continuam o manifesto contando que a primeira etapa do projeto foi concluída em dezembro de 2018, com a aprovação, pela Caixa Econômica Federal, de todos os aspectos técnicos para a execução da obra, mas que, desde lá, aguardam a autorização para iniciarem a segunda fase do contrato, consistente na execução da obra. Durante esse período, afirmam que a Cooperativa procurou parcerias para garantir a segurança e bem-estar das famílias e conseguiu, do Poder Público Municipal, o pagamento a elas de aluguel social durante a execução da obra.

¹²¹O Manifesto pode ser visto na página do Facebook do Assentamento, disponível em: <https://www.facebook.com/assentamento20denovembro/photos/pcb.1577526995754776/1577526215754854/>.

Mencionam a parceria firmada com o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, a qual permitiu que fizessem alguns projetos complementares visando à sustentabilidade econômica e ambiental da edificação, como a instalação de cisterna e de placas fotovoltaicas, mas reafirmam o caráter de direito fundamental que permeia o direito à moradia digna, a qual deveria ser promovida pelos governantes. Para eles, caso o recurso já estivesse liberado, muitas famílias poderiam ter trabalhado durante o período de pandemia na reforma dos seus apartamentos. Eles estariam ganhando para isso e trabalhando dentro de casa, resguardando sua vida e a de outras pessoas durante o período da crise sanitária¹²²:

Neste momento de calamidade pública a Cooperativa e seus parceiros têm mobilizado esforços para auxiliar as famílias com doações e orientações para acessar o auxílio emergencial, mas estas medidas são meramente paliativas. Em tempos de pandemia, garantir MORADIA torna-se URGENTE para proteger e garantir a segurança e a saúde das famílias. Segundo a Constituição Federal, as ações e omissões de todos os seus agentes públicos geram RESPONSABILIDADES de ordem civil, criminal, administrativa e política.

De fato, diante do cenário de fragmentação das políticas públicas, crise sanitária e recessão, a orientação da política habitacional adotada pelo Governo Federal não só alterou as regras, mas também cortou 98% dos recursos que financiavam as obras das famílias mais empobrecidas, colocando em franca evidência as carências habitacionais (LAHORGUE *et al.*, 2022). A orientação de “ficar em casa” foi um desafio.

Os habitantes também acusam os governantes de naturalizar o risco de vida de suas famílias, “quando represam recursos já contratados e não priorizam os investimentos em moradia”. Com efeito, são muitas as análises que comprovam a necropolítica¹²³ (MBEMBE, 2018) adotada pelo Governo Federal durante a pandemia

¹²²Segundo dados do Observatório das Metrôpoles, “O primeiro caso de Covid-19 aconteceu no dia 08 de março em Porto Alegre e o primeiro óbito em 24 de março. Em 31/03/2020 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre emitiu o Decreto Nº 20.534 decretando estado de calamidade pública e consolidando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre” (SOARES *et al.*, 2020, p. 17).

¹²³Mbembe (2018) relacionou o discurso e o poder teorizados por Foucault (1977) a um racismo de Estado presente nas sociedades contemporâneas, que fortalece políticas de morte. Enquanto Foucault (1977) apresenta a ideia de que o poder é uma rede que atravessa a sociedade, sendo exercido em todas as relações sociais e de que o espaço é moldado pelo poder e pela lógica de controle, Mbembe (2018), em sua teoria da biopolítica, argumenta que o poder é exercido não somente sobre as pessoas, mas também sobre os corpos e a vida em si, tendo como resultado a produção de uma “sociedade da morte”, na lógica necropolítica que controla e limita a vida das pessoas em certos espaços. A necropolítica seria, portanto, o poder de o Estado ditar quem pode viver e quem deve morrer, com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações.

da COVID-19 no Brasil, considerando a negligência em relação às medidas sanitárias e à vacinação, as quais, caso tivessem sido levadas a sério pelo nosso então presidente, teriam poupado grande parte das vidas que foram perdidas¹²⁴. Baseado por uma ótica negacionista, o Governo Bolsonaro adotou um comportamento omissivo e irresponsável quanto às medidas sociais e econômicas necessárias, principalmente para garantir condições de vida e de reprodução social aos segmentos vulnerabilizados de nossa sociedade (FERREIRA, 2021). Retornarei a tratar sobre a questão da pandemia na próxima cena etnográfica.

Apesar de o projeto do prédio do Assentamento ter sido pensado para 40 famílias e de ter se iniciado com 18, apenas 8 estão residindo na edificação. Conforme narra Ezequiel¹²⁵, o combinado que tinham entre si era de que, assim que o projeto fosse finalizado e que recebessem os recursos para a reforma, as famílias se organizassem fora do prédio para que a obra pudesse ser executada. Nesse meio tempo, diz ele, que “algumas pessoas saíram e outras ficaram para uma própria questão de segurança do prédio”, porque seriam elas as próprias responsáveis pela segurança e cuidado da edificação, para que não fosse tomada por outras pessoas nem utilizada como ponto de tráfico, que se mostra forte na região.

A seguinte fala, que transcrevo, exemplifica algumas dessas dificuldades enfrentadas sobre a segurança do prédio e a necessidade de que algumas famílias se mostrem presentes no prédio, ainda que sob condições que considera precárias:

É muito pesado manter um mausoléu desse tamanho, ter que cuidar da segurança de um troço desse tamanho, manter a limpeza de um lugar desse e nem estamos falando do processo intenso cotidiano da ameaça externa que podemos contar de vários tipos, desde alguém entrar correndo na fuga e a polícia vim prende alguém dentro do prédio com arma na mão, na hora das nossas crianças irem para a escola, então quando a gente fala que a periferia não está só lá na questão territorial, distante, ela está colocada aqui.

Continua a narrativa dizendo que, atualmente, os ocupantes vivem em uma “estrutura provisória, cumprindo as exigências técnicas necessárias do ponto de vista de segurança, contando com plano anti-incêndio e extintores”, mas que as famílias

¹²⁴Em estudo elaborado com o apoio do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Oxfam Brasil, publicado em junho de 2021, estimou-se que cerca de 120 mil mortes poderiam ter sido evitadas no primeiro ano de pandemia, caso tivessem sido adotadas políticas mais restritivas de combate à pandemia de Covid-19. O estudo também alerta ao fato de que estava em curso “um verdadeiro genocídio dos mais pobres, à medida que a epidemia avança nas periferias e favelas, nos asilos de idosos, nas aldeias, nas comunidades tradicionais e nos presídios” (WERNECK *et al.*, 2021)

¹²⁵Em entrevista realizada em 15/07/2020 em ALFONSIN *et al.*, 2021.

“não aguentam mais, não tem mais como suportar essa indecisão [do Governo Federal fazer o repasse da verba necessária à construção]”.

Além disso, que o prédio está ligado à energia elétrica com uma conta rateada coletivamente entre aqueles que lá vivem: “eles cotizaram equipe técnica, todos os custos desse imóvel, o imposto deste imóvel”. Traz à reflexão a ideia de que muitas pessoas pensam que o prédio é isento e que os ocupantes não precisam pagar para estar onde estão, o que não seria verdade: “as pessoas têm que pagar o IPTU [imposto predial e territorial urbano] desse imóvel, mesmo não estando morando aqui”. Exemplifica que, pelo fato de a Cooperativa possuir CNPJ, enfrentaram um período de 10 dias sem luz, pois chegaram a ter cobrado o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

3.2.4. “A resistência que precisa estar em movimento”



Figura 14 – Fotografia da manifestação de 13 de julho de 2021, na Rua Borges de Medeiros, com manifestantes segurando faixas, uma delas com os seguintes dizeres: “#ForaBolsonaro Genocida e Corrupto”.

Fonte: JORNAL SUL21, 2021.

Era dia 13 de julho de 2021, quando estava marcada uma conversa para acontecer com Ezequiel por videochamada de “Whatsapp”, que ele atende ao chamado em meio a um forte barulho, de multidão, e com a voz ofegante, por estar se movimentando. “Está me ouvindo agora, está muito alto o barulho? Eu vou dar uma abaixada para ver se (...) eu estou de fone, vou ver se (...) um pouco o som”, assim começa a conversa, com uma certa dificuldade em ouvir exatamente os termos falados por ele, que se encontrava no centro da cidade, na Avenida Borges de Medeiros, em meio à manifestação contra o governo do presidente Jair Bolsonaro¹²⁶.

Dessa possibilidade advinda do formato virtual, em plena pandemia, está a constatação de que a luta não para. Ele explica que estão caminhando, quase chegando no “Largo [dos Açorianos]” e que “no Largo encerra”, no que estimou em cerca de uns dez minutos. Ele deixa o microfone silenciado nesse ínterim. Mais de dez minutos depois, reaparece dizendo que precisava de mais três minutos, no máximo, para chegar em casa, porque ia passar “perto do viaduto e não é legal o microfone na mão”.

Ezequiel avisa quando chega no Assentamento e fala que está esquentando uma “aguinha para tomar um café”. Relata que, agora, pode dar um cumprimento de boa noite com mais tranquilidade, mais calma. Explica que, nesse período de pandemia, tomou seus cuidados e discordou do fato de as pessoas estarem na rua, mas que “enquanto tiver alguém deles na rua tentando ferrar a gente, eu vou estar na rua”. O “deles” aqui utilizado, refere-se precipuamente aos representantes do governo Bolsonaro, que categoriza como genocida, e aos seus defensores, em contraposição ao “nós”, a resistência, que precisa se manter ativa na luta para ter a sua vida preservada¹²⁷.

Com efeito, foram muitos os momentos em que o próprio Presidente da República assumiu posturas contrárias às recomendadas pela Organização Mundial

¹²⁶Sobre a manifestação, ver SUL21, 2021.

¹²⁷Tomando-se por prisma Foucault (1977) e Mbembe (2018), podemos notar que o vírus materializado em corpos individuais assim se instalou pela gestão da vida e da morte das populações durante a pandemia, colocando em cena os significados que a sociedade atribui para as classificações de puro/impuro, público/privado, vida/morte, nós/eles, e acentuando a gestão biopolítica e necropolítica que sempre atuaram no seu território (RIBEIRO, 2021).

da Saúde (OMS), como a aglomeração de pessoas, o aperto de mãos e o não uso de máscaras. Aliado a isso, o fato de o vírus ter sua origem na China levou a alguns aliados do governo sustentarem a hipótese de uma conspiração comunista com o objetivo de beneficiar economicamente aquele país¹²⁸ (ANSELMO; CORREA GARCIA, 2020, p. 168), o que fortaleceu a polarização entre direita e esquerda, assim explicada: “eleitores do então presidente Jair Bolsonaro negavam a doença e/ou a sua gravidade, enquanto seus opositores combatiam veementemente suas atitudes” (FERREIRA, 2021, p. 7).

Apesar de se identificar abertamente como um militante da esquerda, Ezequiel não fez quarentena, ficou na rua e não parou em nenhum momento, porque tinha o entendimento de que, para os trabalhos que estava desenvolvendo, era extremamente importante se manter circulando. Exceto aqueles moradores que tinham mais idade e que precisaram se manter isolados durante o período pandêmico, os demais se mantiveram na luta, porque o Assentamento, para ele, é “a resistência que precisa estar em movimento”. Aqui, a noção de território circulatório se afigura patente, uma vez que Ezequiel se moveu por meio do espaço, indo de um lugar ao outro enquanto mantinha uma conversa virtual. Mesmo em meio à manifestação contra o governo então vigente, ele continuou a se deslocar, mostrando que a luta não para.

O grupo de mulheres que vive no prédio e faz parte da cooperativa de costura, buscou angariar recursos financeiros com a produção de máscaras e outros itens afins (ALFONSIN *et al*, 2022):

¹²⁸A hipótese inicial, de que o vírus seria oriundo de morcegos, provocou rapidamente a circulação de notícias e discursos, claramente etnocêntricos, de que chineses comiam morcegos e que, assim, teriam disseminado a doença, propagando a estigmatização e a prática de reações xenofóbicas ao povo chinês. Recordo-me, aqui, para exemplificar, de um caso amplamente divulgado na imprensa de que chineses foram impedidos de usar elevadores em um prédio comercial de São Paulo (FÓRUM, 2020).



Figura 15 – Fotografias da divulgação de máscara 3D e porta máscaras elaboradas pelas costureiras da Cooperativa 20 de Novembro.
Fonte: ALFONSIN *et al*, 2022.

Tais iniciativas, apesar de não serem novas, tendo em vista o histórico de luta que permeia a vida de quem deseja ter seu direito à cidade reconhecido, podem revelar, nos termos em que referido por Magalhães, “para outros modos de existência, de produzir o comum, ao apostar numa mobilização cujo foco central é a defesa da vida” (2020, p. 84). As máscaras, nesse caso, assumiram diferentes significados, pois além de facilitadoras das relações sociais, na medida em que possibilitaram sair de casa, ir ao mercado, fazer deslocamentos pelas ruas, pegar meios de transporte etc., criaram um modo alternativo de economia e solidariedade. Em diálogo com Latour (1994), Ferreira (2021) afirma que o referido objeto de proteção é uma tecnologia mediadora cuja potencialidade só é concretizada na sua confluência com o humano: “Na mediação técnica entre humanos e máscaras, ambos formam um par dialógico em que as partes isoladas não contêm atributos do todo. Os significados de humanos e objetos existem não isolados, mas numa relação dialógica” (p. 18).

De fato, a pandemia de Covid-19, especialmente no Brasil, país marcadamente desigual, possui consequências distintas em diferentes pessoas e territórios. Isso porque há “diferenças de geração, classe, gênero, raça e lugar de moradia que demarcam as possibilidades de cuidado e de acesso aos serviços médico-hospitalares (e também assistenciais)” (MAGALHÃES, 2020, p. 81), decorrente do fato de que “tanto aquelas possibilidades quanto o acesso a estes serviços são distribuídos desigualmente entre as classes e camadas sociais” (*idem*).

São os habitantes da cidade em relação aos quais a posição social é constituída sob o signo da marginalidade¹²⁹, que se viram desprovidos de condições materiais mínimas (habitacionais, urbanas e sanitárias) para enfrentar a pandemia, já que, muito além de uma grande incompetência no enfrentamento da crise sanitária, o Governo Federal reafirmou sua face mais cruel, ao atacar direitos, desprezar a ciência e os órgãos de pesquisa, aumentar o autoritarismo e, com isso, expor, essa população, sobretudo negra, periférica e indígena¹³⁰, ao risco da morte iminente (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

São, em especial, os seguintes fatores que corroboram a afirmativa de que tais grupos populacionais seriam os mais afetados:

- são os que têm maior dificuldade para se isolar, em função das moradias superlotadas, ficando mais expostos ao contágio;
- são os que correm maiores riscos de morte nos casos de contaminação, devido ao menor acesso aos serviços de saúde e pela frequência maior de doenças pré-existentes e debilidades de saúde em geral; e
- são os que mais sofrem as consequências econômicas agravadas pela pandemia (RIBEIRO, 2020, p. 3).

Sobre a dificuldade em manter o isolamento, Ezequiel destaca, em sua fala, exemplificando com uma mensuração que entende adequada, que “faz isolamento social quem tem apartamento de trinta e seis metros quadrado no mínimo”, ressaltando que “lá na comunidade [no Assentamento 20 de Novembro] não é trinta e

¹²⁹Sobre marginalidade, ainda, aponto aqui as considerações trazidas por Gutterres (2014, p. 36-37), que bem sintetizou a bibliografia sobre o assunto: “Começamos citando o trabalho de Janice Perlman, de 1977, chamado O Mito da Marginalidade, porque nele a autora destaca a existência de uma agência do favelado – mesmo que ainda não tenha sido desdobrada por ela nesses termos. A pesquisa mostra como era hipotética a ausência de integração do favelado no ‘contexto urbano geral’ - contexto que estamos interpretando como a cidade. [...] Em ‘A Máquina e a Revolta’, de 1985, Alba Zaluar reconstrói o campo conceitual das teorias sociais que embasavam as pesquisas que tinham o ‘pobre’ como objeto, e as peculiaridades do pobre brasileiro enquanto objeto de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. [...] É importante também destacar as pesquisas que buscavam evidenciar o projeto de agência dos colonizados diante dos Outros poderosos, e de onde parte a elaboração de uma teoria da agência. Como destaca Ortner (2007b:68) na verdade tratamos aqui de pesquisar ‘nas margens do poder’, pois é nessa condição que se elabora a ‘agência de (perseguir) projetos’, que segundo a autora não está relacionada tanto com o par dominação e resistência, mas a “espectros” de resistências em relações maciças de poder. Nesses debates sobre as margens, não é possível seguir sem destacar a reflexão de Das e Poole (2004) que investe em um debate sobre a marginalidade que é referência para uma geração de pesquisadores preocupados com práticas políticas em áreas desenhadas nessas margens, buscando desvelar as práticas disciplinares que conformam o estado nação”.

¹³⁰Durante o auge da pandemia, órgãos ambientais e indigenistas funcionaram de modo mais restrito e oportunizaram que grileiros, madeireiros e garimpeiros invadissem e expulsassem os indígenas de seus territórios, tornando-os, inclusive, mais vulneráveis ao vírus. É impossível não lembrar, no aspecto, que o Ministro do Meio Ambiente à época, Ricardo Salles, em uma reunião ministerial, defendeu que se aproveitasse o momento para “passar a boiada”, enquanto a atenção da mídia estava voltada para a Covid-19 (FERREIRA, 2021).

seis metros quadrado, lá é cinco metros quadrados, é dez metros quadrados... sai duma porta e cai no beco, uma a porta do outro”.

Era, pois, difícil para que Ezequiel e as demais famílias ficassem isolados, considerando o fato de os apartamentos ainda estarem adaptados e de o prédio contar com inúmeras áreas comuns, de convívio de todos. Conforme já referido, a experiência da pandemia repercute de modo distinto para os diferentes grupos sociais, já que até mesmo as possibilidades de isolamento são diversas para os indivíduos de classe média e alta e para os pobres. Para estes, em sua maioria, trabalhadores informais e autônomos, não há a opção de “ficar em casa”, tornando-os especialmente vulneráveis e reforçando as desigualdades sociais (FERREIRA, 2021).

Utilizando-me da perspectiva da Antropologia da saúde, partilho do entendimento de que as doenças não se resumem a eventos puramente biológicos, mas abrangem todos os demais aspectos da vida social das pessoas e revelam aspectos emblemáticos da sociedade (FERREIRA, 2021; ALVES e MINAYO, 1994; LINDENBAUM e LOCK, 1993). É, por intermédio dos indicadores de saúde e de doenças, que “temos, portanto, acesso à imagem da sociedade, de suas ‘imposições’, tais como o indivíduo as vive. Englobada nesta imagem a doença adquire uma significação. [...] Ela encarna a ‘imposição social’” (HERZLICH, 2005, p. 60).

O advento da pandemia em nosso país escancarou aspectos em que o comportamento adotado pelo Estado provocou dinâmicas de diferenciação, criando um cenário não apenas biológico, mas também político, a revelar as desigualdades estruturais no país em que populações pobres, negras, indígenas e periféricas são negligenciadas (FERREIRA, 2021). Transcrevo, aqui, a seguinte fala de Ezequiel que explicita a total ciência sobre a necropolítica que estava em curso:

Tipo assim, em função da pandemia, cara, é ataque total porque é a galera que vai fazer redução de danos. Então esses que fazem redução de danos tem que ser atacado. Porque tem que morrer, entendeu? Os caras querem realmente que a galera que não tem grana morra. Ponto final. Isso está nítido. [...] Nós temos fadado aí, a realmente a sofrer um total extermínio das comunidades de baixa renda, certo? Dos povos negros, indígenas, a gente nem entra nesse fato porque já está colocado, né? Já está detalhado o caminho do extermínio dos povos indígenas. Então o que a gente tem que fazer é somar, resistir e construir alternativas, né?

Com as falas de que “a gente está no meio da crise e no meio do caos é que a gente tem que se subverter”, Ezequiel expõe que acredita que a transformação “está rolando”. Segundo ele, “não é fácil, é muito difícil, né? Mas está valendo muito a pena sim”. E assim encerramos essa conversa.

3.2.5. “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”

Os grupos de Whatsapp de que faço parte, alguns relativos ao direito à cidade, outros aos movimentos sociais, estavam animados para a “Virada da Habitação”, que aconteceria em treze cidades brasileiras, dentre as quais Porto Alegre. Aqui, a sede de realização do evento escolhida foi o prédio do Assentamento 20 de Novembro, tendo em vista o marco utópico que ele representa para aqueles que lutam pelo direito à moradia na cidade. Assim constava na mensagem encaminhada por Karla:

Dia 6 de agosto das 14h às 18h tu tem um compromisso muito especial: A Virada da Habitação!

A Virada da Habitação é um evento fomentado pela ONG Habitat Para Humanidade e idealizado pela Articulação Colabora Habitação.

O evento tem como princípio, promover o debate e compartilhamento de ações que estão sendo realizadas no tema da moradia digna, por vários atores da sociedade civil, como ongs, coletivos, assessorias técnicas, movimentos de moradia, negócios de impacto, empresas, academia, poder público e entidades de classe.

Vai rolar em 13 cidades ao mesmo tempo, então pra ti, que é de Porto Alegre e região, se liga:

- Quando? Dia 6 de agosto de 2022
- Que horas? Das 14h às 18h
- Onde? No Assentamento 20 de novembro, Rua Barros Cassal 161, bairro Floresta, Porto Alegre, RS
- O que vai ter? Uma roda de conversa massa, com compartilhamento de experiências e penso coletivo para mais ações em prol da moradia digna. E tem mais! Após as 18h vai ter comemoração do aniversário do MNLM (Movimento Nacional de Luta Pela Moradia) com direito a feijoada, cerveja, atração cultural e projetaço!.

Novamente, valho-me das contribuições de Marques e Marx (2020), para quem as estratégias de mobilização e a ação dos coletivos têm demonstrado a construção de narrativas por meio de mídias alternativas. Tais estratégias advindas do uso da internet não seriam novas, mas teriam sido ressignificadas e estariam, a partir de então, intensificado as disputas pelos enquadramentos sociais. Como retratam os autores, “há algumas centenas de anos, os movimentos operários e sindicais, por exemplo, já produziam seus próprios meios de comunicação para informar e mobilizar seus membros e apoiadores”, mas a novidade atual seria “a facilidade e a capacidade de atingir um maior número de pessoas em tempo real proporcionada pela expansão da internet” além da “crescente importância que as redes sociais e o ciberativismo têm demonstrado tanto para os ativistas quanto para os analistas” (*ibidem*, p. 17).

Então, no dia 06 de agosto de 2022, um sábado, dia também em que completava 32 anos o MNLM, os moradores do Assentamento abrem as portas para que coletivos constituídos por advogados, arquitetos, engenheiros, moradores de outras ocupações e apoiadores do movimento nacional pela luta por moradia¹³¹ pudessem expor os desafios e reafirmar o compromisso coletivo do objetivo que comungam.

Combino com a Ana, minha colega, que realiza uma pesquisa sobre o Assentamento 20 de Novembro, a ida até a Virada. Ao chegarmos, o prédio com portões abertos nos espera. Havia cerca de 15 pessoas no largo, dentre elas algumas das mulheres do Assentamento que me eram familiares. Um ambiente predominantemente feminino nos esperava em uma tarde bastante fria no andar térreo do prédio: Ni, Elis Regina e Iolanda subiam e desciam as escadas, ofereciam cartão para a feijoada e conversavam entre si sobre a organização da Virada. Tatiana foi a responsável pela organização das peças de roupas, calçados e acessórios doados para a feira que era montada no espaço.

¹³¹ Foram convidados do evento: Mãos - Arquitetura, Terra e Território; Yapó; Delas à Obra; ONG Acesso; Ksa Rosa; ONG Solidariedade; COLETIVO Autonomo MDC; Misturai; Translab Urb; T.urb.a; Secretaria de Habitação; Secretaria de Obras e Habitação; COMATHAB; Defensoria Pública; Ministério Público; ArqUrb Comunidades UNIRITTER; CPLAB Praticar Urbanas e Emergentes da UFRGS; SAJU UFRGS; IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil; IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico; Gabinete de ATHIS – CAU; SENGE - Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul; ATUA Poa; Observatório das Metrôpoles; Instituto Mari Johannpeter; Campanha despejo zero; Ocupação Violeta, Centro de Referência afroindígena; Cooperativa 2 de Junho; Vila Flores; Fórum 4º distrito; MNLM - Coop. 20 de Novembro; CONAM - Coop. 20 de Novembro; MTST; MLB – Mirabal; Pop Rua (HABITATBRASIL, 2022).



Figura 16 – Fotografia da entrada do prédio.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

“Subindo as escadas, segundo andar, à direita”, recepcionavam e orientavam as mulheres do Assentamento. Subindo as escadas, com paredes de tijolos inacabadas, a pintura me parecia ter sido retocada desde a última vez que estive ali, já que as cores se mostravam mais vivas. Nos corredores do prédio, dizeres que estampam a trajetória de seus moradores e o significado que ocupar tem para as famílias: “só a luta muda a vida”; “quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”.



Figura 17 – Fotografia de parede do prédio, com os seguintes dizeres: “Só a luta muda a vida”.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

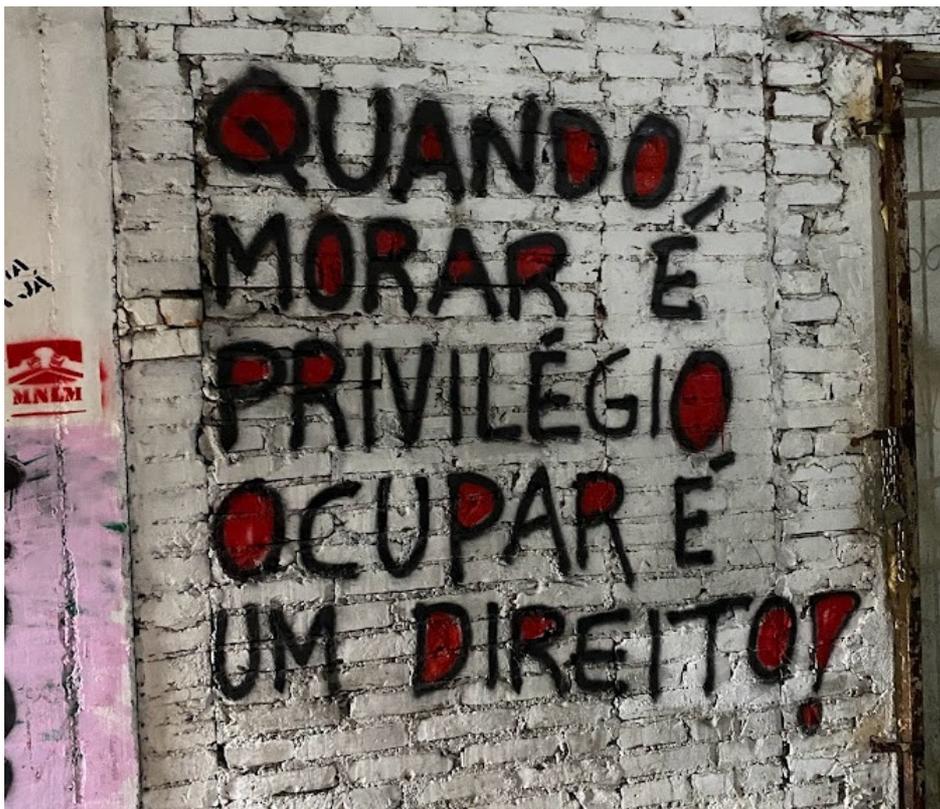


Figura 18 – Fotografia de parede do prédio, com os seguintes dizeres: “Quando morar é privilégio, ocupar é um direito!”.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Ao lado direito de quem subia as escadas, havia uma maquete produzida pelo escritório de arquitetura, com um banner explicativo do prédio, o que faz com que muitas pessoas parem, para olhar, enquanto conversam. Karla está ali, junto de outros arquitetos e arquitetas.



Figura 19 – Fotografia da maquete do “Empreendimento Habitacional Assentamento 20 de Novembro”.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Ao centro do salão, uma mesa com bolachas, bolos e uma térmica de café aguardam o horário do intervalo da tarde. À esquerda, cadeiras de plástico distribuídas em fileiras e voltadas ao palco montado com um projetor, onde todos são convidados a estar. Novamente, em meio às paredes com os tijolos expostos, um ambiente predominantemente feminino se forma à nossa frente.

Fazia cerca de 10°C naquela tarde, que parecia ainda mais fria pelo fato de estarmos no terceiro andar do prédio, em um espaço em que as aberturas para a rua não eram fechadas, em vãos que permitiam a entrada de muito vento.



Figura 20 – Fotografia do palco da Virada da Habitação.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A Virada se inicia com uma dinâmica. Tarjetas e canetinhas são distribuídas para todos que estavam sentados ali para escrever uma ou mais palavras que respondam à seguinte questão: “qual o ingrediente necessário para uma Virada da Habitação?”. Depois de escritas, todas as tarjetas seriam colocadas dentro de uma grande panela, para que fosse feita a “receita”, e ao final, lidas.



Figura 21 – Fotografia da Virada da Habitação.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A ideia do evento surgiu durante a pandemia, momento de incertezas que fez unir um grupo de pessoas que tentava encontrar soluções para atravessar a crise e fortalecer o ecossistema de movimentos sociais que trabalham com a habitação de interesse social no Brasil. A explicação é dada pelo diretor da ONG Habitat Brasil que, por um vídeo, inaugura o evento. Como constava no convite enviado por Karla, ele destaca que o evento acontecia simultaneamente em outras 12 cidades do País além de Porto Alegre, a demonstrar uma espécie de circuito que ligava o restante do país à luta do Assentamento.

Os convidados são instados a responder ao questionamento: “qual é a tua Virada?”. Dentre as respostas, destacou-se a ideia de que a Virada era a garantia de moradia digna, com variações para respostas sobre saneamento básico, sobre habitação na área central da cidade e sobre a necessidade de políticas públicas, matérias que, na sua interlocução, podem produzir resiliência¹³². Tais respostas podem ser pensadas, à semelhança da reflexão trazida por Gutterres (2014, p. 44), a

¹³²Sobre o termo resiliência, Gutterres (2014, p. 44) o apresenta, dentre outros sentidos – utilizando-me aqui daquele que melhor se adequa ao escopo do presente trabalho –, como um modo de enxergar a narrativa como uma reconciliação com a própria história que, “na reestruturação provocada pelo relato, integrariam um projeto de libertação desses sujeitos”.

partir das experiências desses sujeitos na construção de alternativas para a formação de um mundo comum: “e a produção de resiliência enquanto resultado do compartilhamento de um comum, é prática política”.

Ni inicia sua fala exaltando o lugar em que estamos, que é tão especial, porque além de sua casa, é “uma referência de luta por moradia”. Narra o processo de ocupações e despejos por que passaram. Lamenta o fato de estarem há três anos e oito meses licenciados e aguardando a liberação da verba para a reforma, o que atribui “a esse governo, que acabou com a política de habitação do país”. Reafirma o convite para a feijoada e para a comemoração dos 32 anos de aniversário do Movimento (MNLM), que terá bazar, “uma cervejinha” e muita música.

Para ela, a “Virada” é contribuir na organização popular pela garantia ao direito fundamental à moradia, por mais políticas de habitação popular, assim como o apoio às outras ocupações e a resistência aos despejos. Ao final, reitera a frase que encontrei anteriormente nas paredes do prédio e que é entoada por algumas das mulheres que estavam presentes: “quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”.

Apesar de terem um tempo cronometrado para fala, Elis Regina, que ali se apresenta como moradora do Assentamento e participante da CONAM se prolonga na exposição. Sua narrativa se inicia com a resposta de que a Virada consistiria em ter o direito à moradia e à habitação, os quais são “a dignidade humana, porque não existe dignidade sem ter um CEP”, que faz questão de explicar como “código de endereço postal”. A significação que a existência de um CEP carrega em sua fala demonstra o quão importante é ter o reconhecimento de uma moradia como sua: “o quanto vale na vida de um ser humano ter um CEP, onde tu mora, onde é o teu lugar, onde é a resistência da tua luta da tua ancestralidade, da tua vida, enfim, da tua felicidade”.

A moradora continua a fala fazendo a correlação entre o Assentamento e os quilombos¹³³, em razão do lugar de resistência que hoje representa e que acolhe sem preconceitos. Conta que, na época em que havia escravização de seres humanos, aquilombavam-se “todos os tipos de pessoas: negros, brancos pobres, indígenas que se perdiam de suas tribos, ciganos”, cenário que hoje vê se repetir na Ocupação: “são

¹³³De acordo com Moura (2001, p. 103), a formação dos quilombos era consequência direta do sentimento de resistência e rebeldia coletivizado dos escravizados, que deu origem a esse modo de “unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração de valores sociais e culturais” (MOURA, 2001, p.103) em contraposição ao modelo de sociedade latifundiária e escravista estabelecido.

mulheres negras, chefes de famílias, são idosos, crianças, cachorros, que ficam resistindo para ter um espaço para chamar de seu e que sabem da importância da sua origem”. Elis parecia possuir, em sua fala, aquilo que Gutterres (2014, p. 71) cita como “a faculdade de intercambiar experiências”, já que conta sobre o histórico do Assentamento com o cuidado de fazer as relações geracionais com os antigos ascendentes.

Apresenta que a “Virada” também estaria na própria troca estabelecida naquela tarde, em que o lugar dela – “que é gelado, sim, que venta, sim, que a gente tapa de um jeito ou de outro e vai sobrevivendo e resistindo a toda a adversidade da vida que nos é apresentada por um governo genocida” –, abre as portas para que outras pessoas tomem aquele espaço e possam compartilhar dos sentimentos que os transbordam. Sentimentos esses que seriam de abandono (relacionado às políticas públicas), de traição (por parte de um governo que não cumpriu com o contrato estabelecido para as obras do prédio), mas também de esperança, pois acredita que é possível lançar os olhos para o horizonte e ver um novo caminho se formando.

A fala de Elis se preocupa em agradecer a união de todos que ali estão, os quais, segundo ela, apesar de não residirem no prédio, colocam-se no lugar dos moradores, escutam-nos e sonham juntos, mostrando as possibilidades que existem sobre um outro modo de viver. Sua narrativa segue com as frases de que “nós somos resistência” e “nós sabemos a importância de cada um e de cada uma de vocês que ‘tá’ aqui conosco, porque nós sabemos que sozinhos nós não somos nada”, porque só assim, “juntos, fortes, entendendo a dor do outro, que resistimos”.

Rememora, com isso, uma troca de experiência que teve na festa junina do “[Centro Cultural] Vila Flores”¹³⁴. Lá conheceu uma mulher chamada Índia, que mostrou seu trabalho e explicou que era fruto das aulas que teve com o coletivo “Mulheres em construção”. Elis ressalta, contudo, que chamou a atenção não o trabalho por si só, apesar de lindo e imitar o mármore, mas “o brilho no olho daquela mulher”.

O entusiasmo com que Índia mostrou seu trabalho à Elis – fruto do compartilhamento do conhecimento de outras mulheres – foi por ela nos repassado

¹³⁴Complexo arquitetônico localizado Quarto Distrito de Porto Alegre, construído em 1920 para servir como conjunto de “casas de aluguel” na época em que a região estava em expansão industrial, e que hoje “abriga espaços para exposições e escritórios para profissionais da indústria criativa, acolhendo mais de 20 iniciativas em diversas áreas da cultura: arquitetura, artes, design, educação, gastronomia, moda e tecnologia” (WALLIG, 2015).

na fala. Com a esperança em seus olhos que espelhavam aqueles de Índia, Elis diz que a união dos coletivos à Ocupação mostra que existem “outros caminhos” e que eles não estão ali “porque merecem”, como relata muito ter ouvido falar. Estão ali, na verdade, pela falta de políticas públicas.

A seguir, ela encaminha a fala para um tom político, de que a eleição para presidente, que se encaminha para ocorrer esse ano, não se trata de ideologia nem de opinião, mas de uma questão de “vida ou morte”. Fala um pouco do candidato do PT, Lula, e arremata: “Eleger o Lula, hoje, é nos manter vivos, é poder comer todos os dias; e não estou falando em alimentação saudável, estou falando só em comer”.

Muda, então, o tom, com o que imagino que vai encerrar sua fala, pois agradece a presença de todos novamente. Contudo, olha para o fim da sala e, sorrindo, conta que estava ali “muito faceira”, fazendo café logo cedo – e, tirando uma risada de todos nós, diz-se surpresa em já ter feito 18 garrafas de café –, quando uma mulher entra na cozinha e lhe pergunta se ela era “a Regina ou a Zete”. A mulher, que narra ser negra e descreve como uma lutadora “como nós”, diz ser Zinalda. Aponta, então, o dedo para a mulher descrita, que estava sentada mais ao fundo e não consegue conter o choro. Elis lembra que, quando tinha 22 anos e ocupou a primeira terra, Zinalda estava lá ocupando também.

Daí retira a conclusão que faz sobre a importância da luta, sobre a importância do exemplo e sobre a importância do que chama de “não desistência”, pois encontra, mais de 30 anos depois, a referida companheira. As dores que sentem, segundo ela, apesar dos sorrisos e das correrias dentro do prédio para fazerem com que eventos aconteçam, é algo “que vocês não fazem ideia” – e, de fato, não fazemos.

Com a fala de que hoje “nós somos nós por nós, nos ajudamos, nos alimentamos e nos acolhemos”, endossa o desejo de que querem políticas públicas e um Estado que represente o povo brasileiro e as represente. Parafraseando o título do conto de Evaristo (2015)¹³⁵, diz que “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”, um gesto de resistência em favor da vida, com o que recebe muitas palmas e gritos de “fora Bolsonaro” dos presentes.

¹³⁵No conto “A gente combinamos de não morrer”, Evaristo (2015) narra situações cotidianas que se relacionam com a experiência social de pessoas negras e que denunciam as estratégias de violência coordenadas pelo Estado como mecanismo de controlar e acabar com os corpos periféricos. O texto, com forte viés antirracista, traz a reflexão sobre as consequências da naturalização de políticas de extermínio para os grupos minoritários.

Nesse meio tempo, entre uma fala e outra, um cachorrinho distrai a atenção dos presentes. Passa correndo entre as cadeiras, como se estivesse procurando por alguém, aceita alguns carinhos que vão sendo oferecidos, e retorna ao que parece ser sua busca. Ouço Dona Ioiô, que estava em pé, mais ao lado direito do salão, próxima ao café, explicar que era o cachorro da Ni e que estava a procurando.

As falas de Elis pela necessidade de políticas públicas e de atuação estatal são endossadas por quase todas as posteriores. Digo quase, porque uma, de uma senhora de cujo nome não me recordo, que se apresenta como assistente social e membra da CONAM, destoa um pouco das demais. Inicia a fala compartilhando a experiência da Ocupação onde vive há 31 anos, no Morro da Cruz, zona periférica da cidade de Porto Alegre, com orgulho de que “todas as melhorias foram feitas pela comunidade” e que “não existe nenhum investimento público na nossa ocupação”. Narra que, da união inicial de 22 mulheres, fundaram uma Associação e que, juntas, “dentro das nossas possibilidades”, já aprenderam a “bater nível” e estão reformando o prédio. Endossa a fala de que “não adianta ficar parada esperando a atuação do Estado”, porque “a gente tem que se virar”¹³⁶. Faço, aqui, uma pequena digressão para referir que é exatamente pelas dissonâncias e suas contestações, proporcionadas pelos encontros, que uma “rede de contestação”¹³⁷ no debate sobre as noções de moradia adequada e de moradia popular, reativa às ações propostas pelo Estado para os seus territórios, é formada e fortalecida.

Essa fala destoante recebe um aparte. Um dos participantes lembra que esteve naquela mesma semana na Assembleia Legislativa da cidade para cobrar dos Deputados Estaduais uma força atuante sobre as demandas de moradia e impedir projetos de lei que visem a flexibilizar as regras urbanísticas. Marcelo, morador de Campo Novo, na Zona Sul da Capital, junta seu relato a este, na explicação do que chama ser “a razão de estar aqui”. Diz que, em 2016, viu-se obrigado a lutar pela moradia, porque teve “o caminhão na porta de casa, sem saber onde a família ia morar” mas, com a ajuda de muitas organizações, viu a comunidade resistir à ordem

¹³⁶Rememoro, com suas falas, o alerta feito por Butler no que diz respeito ao agir autônomo em condições de precariedade (2018, p. 22): “A fantasia do indivíduo capaz de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições de precariedade acelerada, se não de indigência, cria a perturbadora suposição de que as pessoas podem, e devem, agir de maneira autônoma sob condições nas quais a vida se tornou insuportável”.

¹³⁷Sobre tais redes, Gutierrez (2014), escreve que as interações promovidas por encontros que reúnem pessoas de diferentes contextos, lugares e tradições proporcionam um acúmulo de vivências pessoais em experiências interpessoais.

de despejo. Depois, em 2018, narra que percebeu que “não podia mais ficar sentado no sofá”, mas tinha que dividir a experiência com aqueles que “ainda estão à mercê” de tal situação. Continua a narrativa afirmando que se soma, então, na Virada, como líder comunitário para questionar o cenário da cidade hoje. Antecipa que, na dinâmica do início da tarde, colocou na tarjeta a palavra “ocupar”, seguindo da seguinte explicação que transcrevo:

Quando eu falo ocupar, não é só ocupar o local. A gente tem que começar a ocupar os lugares onde os caras estão criando as máquinas pra não deixar a gente defender as pessoas que estão à mercê de despejos, que estão necessitando de ajuda. É essa máquina que a gente tem que começar a ocupar. Então uma ideia que eu tenho é que a gente, como liderança, como organização, se organize pra ocupar esses espaços e poder votar contra as máquinas que eles estão fazendo para tirar o povo dos grandes empreendimentos que eles querem fazer e jogar o povo todo para o fim da fila.

Com o reconhecimento da legitimidade de cada uma das lutas por moradia, saneamento, participação popular, mobilidade, segurança alimentar (e tantas outras), é como se a potência de articulação entre os participantes e os movimentos tivesse um salto de qualidade na capacidade de resistência aos ataques aos direitos sociais, que pode ser sintetizado com o seguinte excerto de Marx, Fedozzi e Campos (2022, p. 240-241):

[...] qualifica enormemente os movimentos anteriormente esboçados que são de resgate, reconstrução e proposição do novo. Isso porque a reunião dos corpos, territórios e reivindicações fragmentadas ganha uma nova força em uma aliança para levar uma luta que se reconhece como partilhada: a luta pelo direito à cidade como um comum, que possa ser desfrutado por todos, todas e todes em condições que melhorem a qualidade de vida da população como um todo.

Além dos moradores da Ocupação 20 de Novembro, dois moradores da Ocupação 2 de Junho¹³⁸ se fazem presentes no prédio, um projeto de moradia -no centro de Porto Alegre, que também demarca a desigualdade na cidade e fala de resistência. Um deles compartilha a dor de ver as pessoas morando na rua sabendo que existem prédios vazios na cidade. Algumas outras falas ainda continuam com a tentativa de buscar desconstruir a ideia – ainda presente no imaginário de alguns, como o da assistente social que vive na Ocupação no Morro da Cruz – de que somos autossuficientes e não necessitamos de ninguém. Essa lembrança constante a outros

¹³⁸Ocupação anteriormente mencionada, que se situa no antigo prédio do IAP por esposas de policiais militares do Rio Grande do Sul, no Centro Histórico de Porto Alegre, que ali começaram a se estabelecer em 1999.

atores de que é preciso conversar e se engajar me faz pensar na “força comunal” citada por Ibarra (2022), que se faz presente no Coletivo por ela estudado e é reafirmada aqui na necessidade da força de todos.

Ao final das falas, a receita da panela é lida: “ocupação”, “moradia”, “resistência”, “luta”, “empatia”, “políticas públicas”, “liderança”, “amor”, “união”. São essas as palavras que mais se repetem nas tarjetas escritas por todos nós. Observar a resiliência presente em cada um dos relatos e sintetizada em tais expressões foi uma maneira de tentar entender as dificuldades e desafios em distintos momentos de luta como “inerentes às estruturas de poder e suas práticas” (HOLSTON, 2013, p. 35) e, também, como “uma forma de insurgência e de transcendência, mesmo que restrita a formação das subjetividades desses sujeitos, e não como ação direta, ou resistência dura a dominação” (GUTTERRES, 2014, p. 45).

Eventos como esse parecem servir ao fim de rememorar o passado de luta, vivenciar o presente de incertezas e dar esperanças ao futuro, em uma relação de complementariedade que parece se aproximar ao método da esperança de Miyazaki (2004). O referido autor estuda a esperança na vida do povo Suvavou – descendente de povos originários das terras de Suva, capital de Fiji – que, desde o final do Século XIX, exige, sem sucesso, do governo uma indenização por suas terras, mas mantém viva a esperança de ter esse direito garantido para as futuras gerações (*apud* IBARRA, 2022, p. 122):

Para Miyazaki, em Suvavou a esperança foi replicada de um momento para o outro e “essa réplica foi mediada pelo impulso recorrente de reintroduzir uma perspectiva retrospectiva no presente” (MIYAZAKI, 2004, p. 128). A esperança como método, para ele, consiste em replicar o passado, o imediato ou o distante. Ele diz que “o método da esperança, em outras palavras, é uma herança performativa da esperança” (MIYAZAKI, 2004, p. 128). A esperança, em Suvavou, apareceu em diferentes terrenos e seu povo experimentou cada momento de esperança como novo, não como algo já experimentado, ao menos naquele momento (IBARRA, 2022, p. 124).

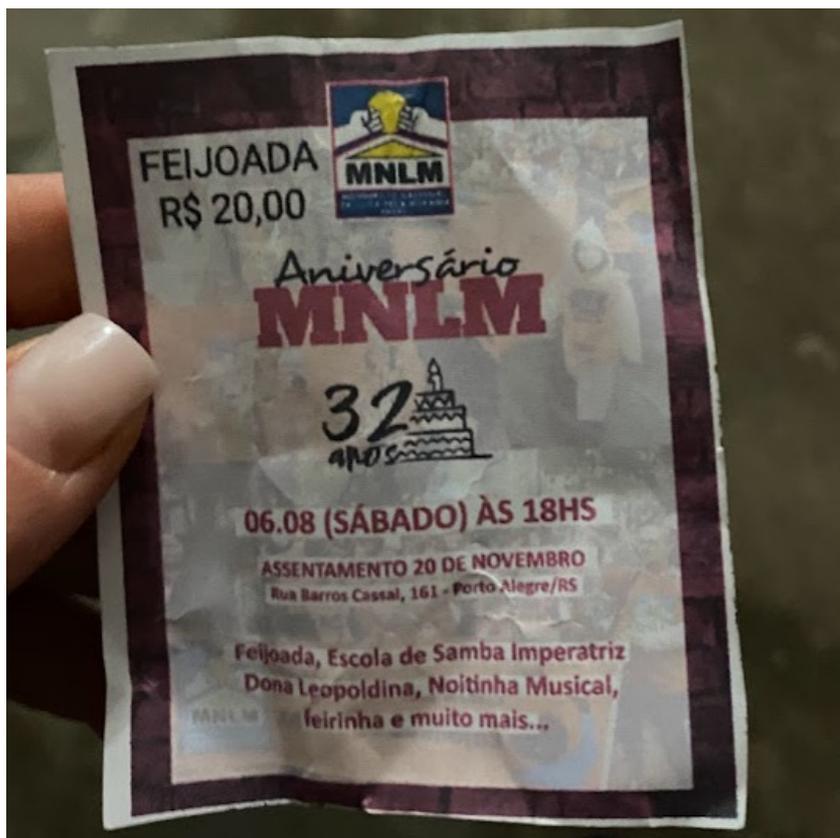


Figura 22 – Fotografia do ingresso da feijoada, com referência ao aniversário do MNLN.
Fonte: Arquivo Pessoal, 2022.

Retornamos então para o andar de baixo, aproveitando a luz do dia que ainda se fazia presente, onde somos esperados ao som de música. “[...] Salve o navegante negro que tem por monumento as pedras pisadas do cais [...]”. Ao som de o “Mestresala dos mares” – uma canção que ganhou notoriedade na voz de Elis Regina e exalta a figura do marinheiro João Cândido Felisberto, o “Almirante negro” – os grupos se estabelecem nas mesas e cadeiras de plástico colocadas no andar térreo do prédio para ver o “projetaço”¹³⁹ na parede externa da Ocupação.

¹³⁹Para maiores detalhes a respeito dessa modalidade de ativismo-artístico, ver Aderaldo (2018).



Figura 23 – Fotografias do “projetaço” na parede do prédio do Assentamento 20 de Novembro (1)
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 24 – Fotografias do “projetaço” na parede do prédio do Assentamento 20 de Novembro (2).
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Sentei-me à mesa com outras três colegas pesquisadoras; ao lado, integrantes do MNLM juntam as cadeiras em um círculo; outras mesas são compostas por arquitetos e engenheiros, enquanto as crianças brincam na pracinha sob o olhar de Dona Ioiô. Um candidato a Deputado Federal pelo PT chega ao prédio, acompanhado de alguns apoiadores, e se junta à multidão. Sei que se trata de um político, pois um dos jovens que o acompanha começa a distribuir adesivos aos que estavam ali.

Apesar de o largo cultural ainda não estar pronto, já que a obra espera os recursos advindos do Governo Federal, o espaço – do jeito que está, com um chão que mistura pedras britas com cimento e tijolos expostos – já se destina a ser palco para eventos culturais, a promover o encontro daqueles atores que se unem em prol

da luta por moradia e, nos dizeres de Miyazaki, a ser palco de um processo de recuperar a esperança: “[transformando] um momento presente caracterizado por uma perspectiva retrospectiva em um cheio de esperança” (MIYAZAKI, 2004, p. 120 *apud* IBARRA, 2022, p. 122)”.

3.3. “O teto sobre nós não é rooftop”¹⁴⁰

A história do Assentamento 20 de Novembro começa, conforme dito, com o processo de ocupação em 20 de novembro de 2006 do prédio localizado na esquina da Rua Caldas Júnior com a Avenida Mauá e que, por alguns anos, serviu de moradia para a Ocupação Saraí.



Figura 25 – Fotografia do prédio da Ocupação Saraí.
Fonte: JORNAL SUL21, 2018.

Construído nos anos de 1940, com financiamento do extinto BNH para ser servir a moradias populares, o projeto inicial acabou não se concretizando. O imóvel pertenceu à Caixa Econômica Federal até ser leiloadado para um empresário da Capital, que o revendeu em 2006. O prédio ficou conhecido na mídia como o local que serviu

¹⁴⁰Esse é o título da reportagem de BEDUSCHI (2022), que apresenta o histórico do prédio que serviu de berço à então Ocupação 20 de Novembro, que, por anos, abrigou a Ocupação Saraí e que, atualmente, está sendo reformado para se tornar o “Cais Rooftop”.

de “túnel para assalto”¹⁴¹, pelo histórico de ter sido utilizado, naquele ano, por assaltantes que cavaram um túnel em direção às agências da Caixa Econômica Federal e do Banrisul localizadas na Praça da Alfândega, visando a promover um grande assalto aos referidos bancos¹⁴². Tal fato é destacado na narrativa de Ezequiel pelo medo que tinham de serem relacionados a organizações criminosas.

Posteriormente, foi leiloado à iniciativa privada, mas passou anos sem função, conforme retratado por Beduschi (2022):

Foi em meados dos anos 2000 que o imóvel até então de propriedade pública foi repassado para iniciativa privada a preço de banana. A nova proprietária, uma família de joalheiros ligada a uma iniciativa de empreendimentos imobiliários, manteve a situação ociosa da edificação aliada aos seus interesses exclusivamente especulativos. Ou seja, um contrassenso ao que rege a nossa constituição federal que exige a garantia da função social da propriedade.

O imóvel foi ocupado por quatro vezes pelo MNLM, sendo a primeira no dia 20 de novembro de 2006 – como já tratado anteriormente – e a última, em 2013, que deu origem à Ocupação Saraí. Preocupados com sua permanência no prédio, os ocupantes obtiveram em 2014, pelo então governador Tarso Genro (PT), a declaração do imóvel como bem de interesse social, abrindo a possibilidade para uma futura desapropriação do prédio e para a construção de um projeto de habitação popular com que tanto sonhavam.

No entanto, o proprietário do imóvel recursou a oferta de R\$ 2 milhões pelo prédio e não houve sua desapropriação (SANCHES, 2021). O decreto estadual acabou sem efeito quando da troca de administração para o governo de José Ivo Sartori (MDB) (WEISSHEIMER, 2022). Com a desistência da desapropriação pelo Estado, a Justiça determinou a reintegração de posse ao proprietário em setembro de 2015, medida cumprida em 2021 que fez com que as 24 famílias tivessem que retornar à luta.

Das conversas iniciais que tive com Ezequiel, sempre deparei que era um grande defensor do modelo de luta que se delineava pela Ocupação 20 de Novembro:

¹⁴¹ Vide as seguintes manchetes sobre o prédio e sobre a ação criminosa ocorrida em período anterior à ocupação: “Túnel cavado pelo PCC em Porto Alegre começa a ser fechado” (AGENCIA ESTADO, 2006); “Quadrilha comprou prédio por R\$ 1,2 milhão para fazer assalto” (EXPRESSO DA NOTÍCIA, 2006); “Relembre: Prédio ocupado por manifestantes no centro da Capital já serviu de esconderijo ao PCC” (GZH, 2011).

¹⁴² “O fato foi que a Polícia Federal descobriu que sob aquela edificação, uma das maiores facções criminosas do país cavara um túnel de 80 metros cuja intenção estava bastante clara: atravessar a Caldas Júnior, passar por baixo da Siqueira Campos até chegar à sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e claro, limpar os cofres públicos” (BEDUSCHI, 2022)

um prédio vazio no centro da cidade ocupado por famílias que, com o trabalho engajado feito em conjunto com arquitetos, engenheiros e representantes do Poder Público, criaram um projeto de habitação social. Chamou a minha atenção, no entanto, que no dia marcado para a “Virada da Habitação” ele não se fez presente, apesar de residir no prédio. Tal fato acendeu em mim uma dúvida interna e me fez questionar os motivos que o fizeram não estar com os demais.

Durante todo aquele sábado em que estive na Ocupação, não me saía a dúvida de onde estava o Ezequiel. Ninguém, até então, havia tocado no nome daquele que se apresentava e que era apresentado como um dos líderes comunitários mais atuantes no MNLM. Questionei Ana, minha companheira de pesquisa que estava ao meu lado, de quem obtive a explicação de que Ezequiel estaria desgostoso pelo uso mercadológico de projetos de habitação popular em relação aos quais tanto lutava o Movimento, muito em razão do ocorrido com o primeiro prédio ocupado pelas famílias, que irá se tornar o “Cais Rooftop” da capital.

A partir disso, fui à pesquisa desse cenário que se delineava em minha frente.

Embora a forte atuação e engajamento político dos moradores para a construção de um modelo de habitação e de aproveitamento de aportes do escritório de arquitetura para a formulação do prédio como uma utopia urbana, um recente empreendimento chamado de Cais Rooftop trouxe uma espécie de descrença para alguns dos participantes do MNLM, evidenciando o forte desafio daqueles que lutam por ocupações em áreas centrais e a comprovar o cenário que Sanches (2021) assim descreve:

Por um lado, alcançam maior visibilidade e apoio na construção de sua ocupação nos centros urbanos. Por outro, lidam com diversos agentes públicos e privados que disputam a centralidade urbana, visto como espaço que concentra atividades e movimento, caracterizando-se pela animação e relacionando-se com densidade, acessibilidade, diversidade, disponibilidade de infraestrutura e serviços (SANCHES, 2021, p. 99-100).

Apesar de a reforma de prédios ociosos ser menos custosa que a construção de novos empreendimentos habitacionais às margens da zona urbana, a prática na região do Quarto Distrito da cidade tem demonstrado que se privilegiam as remoções em benefício da especulação imobiliária. Tal prática acaba por gerar lucros à iniciativa privada, às empreiteiras e às incorporadoras tanto na disputa pela área central da cidade quanto na aquisição de terrenos situados nas regiões periféricas da cidade:

Quando ocorrem os despejos e prédios localizados nos centros voltam a ficar vazios, abre-se uma nova possibilidade de compra e venda ou qualquer tipo de negociação financeira. Quando ocorrem as remoções, [...] abre-se um novo ponto de acesso na cidade e valorizam-se áreas periféricas (SANCHES, 2021, p. 102-103).

De símbolo de luta pela moradia em Porto Alegre, o prédio que deu origem à Ocupação 20 de Novembro e que serviu de lar para as famílias da Ocupação Saraí passou, na visão dos integrantes do Movimento (MNLM) e atores sociais engajados com a luta por moradia, a exemplo de uma especulação imobiliária que teria sido promovida pela própria Prefeitura. Teria sido coincidência – “ou não” –, que aquele prédio palco simbólico de luta por moradia fosse agora o noticiado como o primeiro empreendimento a ser enquadrado nas novas regras Plano Diretor da cidade (WEISSHEIMER, 2022).

Segundo um funcionário do Poder Público¹⁴³, que expõe sua visão de porque a região seria tão visada pelo Poder Público e pelo setor privado:

Isso se dá por conta de coisas que já tão ali há milênios, resquícios de um desenvolvimento urbano que hoje tá diferente, mas também por um movimento de hype assim, um movimento de moda, que tem a ver com outras tendências internacionais que a gente vê em outras cidades, outras metrópoles, de conseguir transformar áreas degradadas em áreas modernas e que atraem pessoas das artes, pessoas da cultura, indústria criativa (TAVARES; SOUZA; WINCKLER, 2022, p. 74).

No dia 19 de janeiro de 2022, a Prefeitura de Porto Alegre, tendo à frente o Prefeito Sebastião Melo, autorizou o enquadramento do projeto do Cais Rooftop à nova legislação que instituiu o Programa de Reabilitação do Centro Histórico (WEISSHEIMER, 2022). Com o programa, segundo a Prefeitura, “a administração do município pretende trazer ao cotidiano atual o sentido de ‘coração da cidade’, valorizando sua imagem e estimulando a população a respeitar e viver esse espaço de origem da nossa capital” (2021, p. 20), a corroborar o entendimento que o Estado se uniu às entidades privadas para o gerenciamento do espaço urbano:

Se durante longo período a dinamização econômica das cidades causou o esvaziamento dos centros urbanos, no início do século o capital financeiro encontrou apoio, de novo, nos centros habitados sobretudo por populações de classes alta e média (SANCHES, 2021, p. 100).

Conforme o projeto, “serão oito andares de pequenos apartamentos, todos com frente para a rua, um mercado autônomo no térreo e um restaurante no terraço com vista para o Guaíba e acesso ao público” (WEISSHEIMER, 2022).

¹⁴³Em entrevista realizada para o GPSUIC.

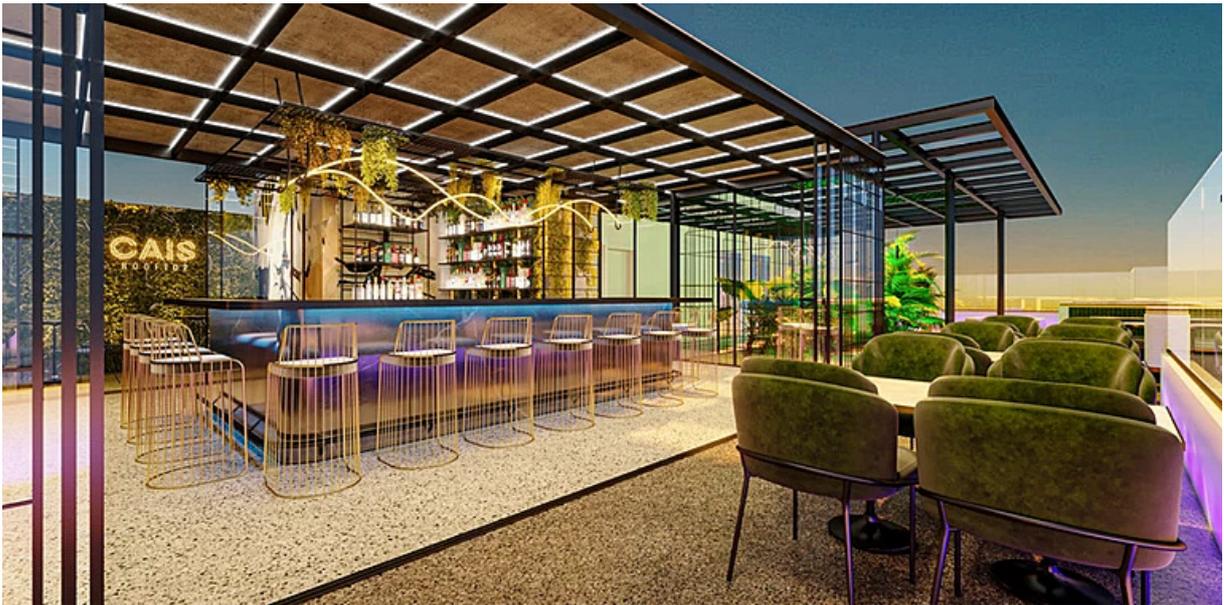


Figura 26 – Imagem do terraço no projeto do Cais Rooftop.
Fonte: WEISSHEIMER, 2022.

A venda do imóvel para a iniciativa privada e a remoção das famílias da Ocupação Saraí, de um edifício originalmente pensado para atender a demanda social de moradia urbana digna e bem localizada, parecem, aos olhos daqueles que lutam, comprovar que existe um processo de “financeirização da moradia” (ROLNIK, 2015) e “mercadorização da vida” (BAGGIO, 2006) em pleno vapor na região central de Porto Alegre, reacendendo o receio também dos habitantes da Ocupação 20 de Novembro de perderem os direitos até então conquistados:

Mas parece ironia do destino, que aquilo que foi concebido para fins de moradia social (a partir de dinheiro público, não podemos esquecer) encontrava-se em situação de abandono. Portanto, ao deparar-se com aquela famigerada expressão “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente”, lembre-se deste caso, pois é exatamente sobre isto (BEDUSCHI, 2022).

Evidencia-se, aqui, “uma das principais contradições que existe no sistema capitalista: a apropriação privada dos bens produzidos socialmente, regra concernente a todas as mercadorias, incluindo habitação” (SANCHES, 2021, p. 12).

Os arquitetos envolvidos com o Movimento (MNLN) lamentam¹⁴⁴ que as famílias “produziram projetos, ideias e debates sobre outros modelos de moradia popular e sobre uma cidade mais justa e solidária”, mas após uma negociação sem êxito com a Prefeitura, “tiveram que retornar para a periferia, à margem da atenção

¹⁴⁴Em: WEISSHEIMER, 2022.

do Estado e das políticas públicas”. Para eles, o prédio que serviu para lutas sociais se converteu em um produto voltado às classes de maior poder aquisitivo, “criando barreiras para a permanência dos públicos de menor renda”.

As chamadas jornalísticas progressistas, contudo, destacam o que consideram ser um avanço econômico da região, com a “modernização” de um prédio que serviu “De túnel para assalto a ‘ponto de encontro porto-alegrense’ [...] o primeiro prédio revitalizado no Centro Histórico” (SILVA, 2022). O prédio, aqui, muito antes de ser lembrado pelas lutas urbanas travadas pelo MNLM, é associado à ação criminosa ocorrida em 2006, corroborando o medo que atingia Ezequiel de ter o prédio que foi berço da Ocupação 20 de Novembro associado a organizações criminosas.

De fato, consoante afirmado por Holston (2013), o processo de expansão da cidadania não é estável e o processo de aquisição de direitos à cidade pode sofrer revezes, já que provoca reações contrárias por parte de uma elite social ainda acostumada com as desigualdades. Com a evolução da cidade de Porto Alegre e o projeto de expansão e revitalização da região do Quarto Distrito, o prédio ocupado que outrora estava sem função social passou a ter valor imobiliário e se sobrepôs à área inserida no planejamento urbano municipal voltado à construção de equipamentos públicos e privados. Como indica Vainer (2002) esse tipo de ação, calcada na exploração do sentimento de pertencimento, possibilita o surgimento e a afirmação de um “patriotismo urbano”, que acaba por ocultar os conflitos e abrir caminho para a transposição do espaço social à lógica da acumulação capitalista.

Procuero Ezequiel para uma nova conversa e, naquela semana após a Virada da Habitação, pude perceber que a sua feição revela a descrença na atuação do MNLM, que, após quase 15 anos de luta e inúmeros estudos técnicos e sociais sobre daquela primeira edificação¹⁴⁵, perdeu o direito de ocupar aquele prédio e o viu ser entregue à iniciativa privada sob a ideia de modernização.

Questionado sobre a minha inquietação a respeito de sua participação no Movimento, ele ressaltou que continua militando, “fazendo as mesmas coisas que fazia antes”, mas de maneira individual, não dentro de nenhuma organização, porque está cansado dos antigos repertórios e das influências financeiras sobre o mercado

¹⁴⁵“Para garantirem seu direito à moradia, realizaram a Ocupação e buscaram apoio externo de assessoria jurídica. Além disso, realizaram diversas atividades políticas e culturais abertas ao público. Uma delas marca a história da ocupação e da cidade: a campanha Defesa Pública da Sarai [...] que uniu música, arte e cultura à luta da moradia e impulsionou um abaixo-assinado online a favor da desapropriação do prédio” (SANCHES, 2021, p. 108).

imobiliário da cidade. Para Ezequiel, haveria a necessidade de o Movimento se reinventar para conseguir enfrentar o que ele denomina de “dinâmica da manutenção da mais-valia através da especulação imobiliária” e do controle do mercado da terra das cidades.

Sua fala de descrença demonstra alguém cansado da luta nos moldes em que feita e que não mais acredita que os repertórios até então adotados estejam corretos: “as famílias que eram para estar morando aqui [na Ocupação 20 de Novembro], ainda estão vivendo de aluguel ou com parentes, tiveram que enfrentar uma pandemia e se endividaram”. Segue esposando seu entendimento de que o modelo proposto para a ocupação pode servir tanto “para o bem quanto para o mal”, já que os projetos implementados pelo MNLM foram deturpados pelo “outro lado” – o lado do mercado imobiliário, referindo-se ao Cais Rooftop.

E encerra dizendo que, para ele, ainda falta a compreensão de quem está nos movimentos do quanto o sistema econômico tem o controle da lógica habitacional da cidade e escraviza aqueles que lutam pela moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, procurei apresentar um pouco da história e algumas das vivências cotidianas das famílias que residem no Assentamento 20 de Novembro, com o objetivo de compreender a lógica subjacente às práticas e aos modos de organização desse coletivo bem como o seu papel enquanto ator político relevante nas lutas em torno da política habitacional da cidade de Porto Alegre.

Por meio das questões orientadoras, procurei investigar como as experiências e a trajetória de luta de alguns e de algumas habitantes do Assentamento permitem entender a maneira como os sentidos concernentes à política habitacional e à própria cidade são disputados bem como os efeitos de tais disputas na efetiva implementação das ações governamentais nesse campo.

Em um primeiro momento, portanto, busquei problematizar a questão da falta de habitação como resultado de um processo histórico politicamente construído. Conforme vimos, desde a colonização, a concessão de grandes parcelas de terras foi instrumentalizada politicamente para concentrar a riqueza e o poder nas mãos dos proprietários de escravizados e de grandes latifundiários. Após a abolição da escravidão e a promulgação da Lei de Terras em 1850, o direito à posse de terra foi dissociado da exigência de uso e ocupação, o que perpetuou a concentração fundiária e fortaleceu os conflitos urbanos. A terra passou a ser vista como uma mercadoria, ampliando as desigualdades existentes.

O processo de industrialização no Brasil no final do Século XIX e início do Século XX, por sua vez, provocou o crescimento dos centros urbanos, com as indústrias demandando mão de obra, e a falta de moradias acessíveis gerando novas alternativas para acomodar os trabalhadores. A estrutura de financiamento da habitação criada após o golpe militar de 1964 buscou construir condições para o desenvolvimento de um mercado imobiliário que se mostrava dinâmico, nos marcos dos interesses capitalistas. Foi só a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que o direito à moradia passou a ser reconhecido como um direito social e um dever do Estado, o que significou um marco importante para o avanço na política habitacional brasileira.

Voltando ao presente, no cenário específico de Porto Alegre, após dezesseis anos de uma experiência de administração popular, ligada à FP, a cidade enfrenta um período de desdemocratização das políticas públicas, com a adoção de um modelo

de planejamento urbano mais voltado para os negócios. O novo estilo de gestão foi muito criticado por priorizar os interesses de empresas privadas da construção civil em detrimento dos objetivos de políticas públicas urbanas, refletindo uma tendência global de erosão da democracia. O mercado imobiliário da cidade também foi identificado como sendo controlado por uma elite associada ao capital financeiro, que tem produzido milhares de unidades habitacionais de alto padrão nos últimos anos.

Em meio a tensões políticas, surgem movimentos que reivindicam o direito à cidade como uma prática de resistência contra a lógica da financeirização da moradia. Muitos cidadãos sem renda suficiente para entrar no mercado formal buscam resolver a necessidade básica de moradia por meio de domicílios improvisados e precários. No entanto, há também expressões socioespaciais de resistência por meio de ocupações, as quais lutam por construir um espaço mais compatível com o desenvolvimento da população, baseado em laços de solidariedade. Por meio da frase recorrente, pronunciada pelos meus/minhas interlocutores/as, a saber, “quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”, o direito à cidade é colocado em evidência.

Nesse contexto, os habitantes engajados em experiências reivindicativas exercem uma "cidadania insurgente" (HOLSTON, 2013), na medida em que lutam pela aquisição e manutenção de seus direitos políticos e econômicos em contextos de desigualdade e exclusão extrema. As cidades, por sua vez, tornam-se o lugar e a substância dos novos modos emergentes de cidadania.

Como visto, a ênfase antropológica ganha especial relevância pelo fato de distinguir “espaço administrativo” e “espaço vivido”, lembrando-nos que o espaço não é algo fixo e inerte, mas sim um resultado ou um produto das interações sociais e culturais dos seres humanos com o ambiente em que vivem. Isso implica dizer que as pessoas têm um papel ativo na produção e na transformação do espaço por meio de suas ações. Diante disso, cabe dizer que pesquisar o espaço do Assentamento 20 de Novembro implica não somente em estudar o lugar onde seus habitantes vivem, mas também e, sobretudo, analisar as territorialidades que são construídas a partir dessa experiência associativa vivida. Ou seja, mais do que o ambiente onde essas pessoas vivem, interessa entender o espaço que elas produzem a partir de suas práticas.

Desse pensamento, busquei situar a atuação dos moradores do Assentamento Habitacional 20 de Novembro como um modo de exercício do direito a uma cidade que também estava sendo (re)inventada a partir da própria luta, já que eles buscam participar da produção do espaço urbano e construir um sentido alternativo de lugar,

escapando da epistemologia “sedentária” responsável por configurar a ideia hegemônica, que associa os espaços marginalizados a problemas isolados e autocontidos a serem corrigidos por meio de intervenções pontuais, ao invés de tomar essa marginalidade como um efeito direto do modelo urbanístico dominante.

Conforme aprendi, mediante o contato íntimo com a pedagogia militante do movimento associativo pesquisado, em verdade, o problema da marginalização está no modelo urbanístico adotado, já que é ele que toma o espaço urbano como um bem exclusivo de poucos e que, para manter tal exclusividade, depende da produção da marginalidade de muitos. Nesse sentido, conforme mostra Aderaldo (2017; 2018), em pesquisas sobre coletivos que militam em torno do tema da comunicação popular, a “periferia” deixa de ser pensada como “o outro” da cidade ou como um mero desvio acidental de percurso para ser concebida como um instrumento sistematicamente produzido pelo “centro” para conservar os privilégios de uma pequena parcela de habitantes.

Fruto de uma ação política e conectado à tentativa de produzir um regime contra-hegemônico de urbanidade, o ato de ocupar foi sendo reiteradamente praticado pelas famílias que foram, por mais de uma vez, removidas. Partindo do primeiro prédio ocupado, o qual posteriormente serviu de moradia para a Ocupação Saraí e hoje foi transformado no Cais Rooftop, passando pelo prédio da antiga FEBEM e, ao final, pelo Quarto Distrito da cidade, todos os movimentos experimentados pelas famílias ao longo dos anos permitiram examinar o Assentamento 20 de Novembro não apenas como um lugar ou um produto inerte na morfologia urbana de Porto Alegre, mas como um processo de “fazer-cidade” (AGIER, 2015) em que “o movimento é essencial [...] como construção permanente” (*ibidem*, p. 491).

A articulação das famílias em torno do Assentamento pode ser vista, nesse sentido, como uma espécie de “trama comunitária” (IBARRA, 2022), que consiste em uma iniciativa coletiva que busca criar possibilidades a partir do comunal. Nesse contexto, representa uma luta pelo direito à moradia e uma trajetória de resistência e sobrevivência. Segundo uma das falas de Ezequiel, essa luta não apenas visa a resolver o problema individual de moradia, mas também pretende trazer a, assim chamada, “questão urbana” para a população em geral, gerando um debate e possibilitando a construção de novas alternativas para enfrentar a situação de exclusão habitacional.

Como um modelo de urbanismo imaginado e, em parte, realizado concretamente pelas pessoas que fazem o Assentamento todos os dias, o prédio ainda espera pelas obras, as quais, assim como propõem a retirada das grades que dividem a moradia e a rua, visam a transpor as barreiras sociais e culturais que o separam do restante da cidade. Espero, com a análise dessa experiência, ter contribuído para o avanço do conhecimento sobre os movimentos sociais de moradia e fornecido *insights* produtivos para a compreensão de outras lutas semelhantes em outras partes do país que, igualmente, ajudem-nos a reimaginar e “reinventar” (Aderaldo, 2017) nossas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos¹⁴⁶

ADERALDO, Guilherme. Visualidades urbanas e poéticas da resistência: reflexões a partir de dois itinerários de pesquisa. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 45, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i45.a42002>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**. O antropólogo, a margem e o centro. Rio de Janeiro: Mana, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de (Org.). **Gentrification**: discussões globais, contextos locais. São Paulo: Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade, PPGAS-USP, v. 3, 2019 (Antropologia da cidade: modos de fazer). Disponível em: <https://issuu.com/geacusp/docs/volume_3_vfinal>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ALFONSIN, Betânia de Moraes *et al.* A luta pelo direito à cidade e as resistências à Covid-19 nas periferias: o poder explicativo da escala, do associativismo e da localização territorial em Porto Alegre. **Observatório das Metrôpoles**, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br/a-luta-pelo-direito-a-cidade-e-as-resistencias-a-covid-19-nas-periferias-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 8 set. 2022.

ALFONSIN, Betânia de Moraes *et al.* Ninguém solta a mão de ninguém: a ampliação do repertório de práticas organizativas de comunidades de baixa renda de Porto Alegre na resistência aos ataques ao direito à cidade e à COVID-19. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 7, n. 1, p. 23–50, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/35658>. Acesso em: 8 set. 2022.

ANSELMO, Eliane. CORREA GARCIA, José Wilson. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 55, p. 162-174, abril, 2020.

ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo. (23): 191-203, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião pública**: Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012, p. 383-398.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. A cidade e o urbano no mundo expandido da mercadoria. **Revista Geografias**: Belo Horizonte, jul.-dez. 2006.

¹⁴⁶Acolhendo a sugestão oferecida pela professora Cláudia Magni durante a qualificação dessa dissertação, passei a dividir as referências bibliográficas em categorias, com o fim de facilitar o acesso e o entendimento pelos/as leitores/as.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. PENNA, Nelba Azevedo. A luta no e pelo centro da cidade: um estudo em Porto Alegre. **Boletim gaúcho de geografia**, v. 37, p. 117-127, 2010.

CLEMENS, Elisabeth Stephanie. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 161-218. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1679/1477>> Acesso em: 30 ago. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. **Revista IHU on-line**, São Leopoldo, jul. 2019. Disponível em: <[www.ihu.- unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DESOUZA, Shaila. “The Strength of Collective Processes: An ‘Outcome Analysis’ of Women’s Collectives in India”. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 19, n. 3, 2012, p. 373-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/097152151201900302>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Être Affecté”. *In*: Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, n. 8. p. 3-9. SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado” (Tradução). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Periferias, Direito e Diferença: Notas de Uma Etnografia Urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565–610, 2010.

FERNANDES, Adriana dos Santos. Imagens da precariedade, governo dos pobres e implicações etnográficas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/56322>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FERREIRA, Jaqueline. Necropolítica, poder e significados da pandemia do coronavírus: uma abordagem antropológica. **Revista Sociedade e Cultura**, Universidade Federal de Goiás, 2021, v. 24, p. 1-27.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 30, 2009, p. 119-136. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913916007>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

HERZLICH, Claudine. A Problemática da Representação Social e sua Utilidade no Campo da Doença. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2005, p. 57-70. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/7TFzrZpKfvhHsGTg3553D8v/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em: 22 nov. 2022.

LATOURETTE, Bruno. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, Duke University Press, v. 3, n. 2, 1994, p. 29-64.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. São Paulo: **Revista de Antropologia**, USP, v. 10, n. 1 e 2, 1962.

MAGALHÃES, Alexandre. A “lógica da intervenção” e a questão da circulação. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2, maio-ago. 2019, p. 221-242.

_____. As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **TESSITURAS**, v. 8, jan.-jun. 2020.

_____. ‘A remoção foi satanizada, mas não deveria’: O retorno da remoção como forma de intervenção estatal nas favelas do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 2, maio-ago 2016, p. 293-315.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

MALOUTAS, Thomas. Contextual Diversity in Gentrification Research. **Critical Sociology**, 2012, p. 33-48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0896920510380950>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARQUES, Marcelo de Souza. MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, Vitória, v.7, n.3, jul.-dez. 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223956/001128561.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARX, Vanessa *et al.* A cultura e o patrimônio e uma possível gentrificação no bairro Floresta, Porto Alegre – RS. **Revista Pós Ciências Sociais**, p. 153–170. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/18846/10245>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Caderno Saúde Pública**, Fiocruz, v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Brasília: **Série Antropologia**, 130, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 1992. Disponível em: <https://nau.paginas.ufsc.br/files/2010/09/Peirano_a-favor-da-etnografia.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SANTANA, Mário Rubem Costa. A questão habitacional e os assentamentos precários em Vitória da Conquista - BA, espacialização balizada na utilização dos setores censitários do IBGE - 2010. **Geopauta**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 190-208, 2020. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6002>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SHAH, Alpa. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. **R@u: Revista de Antropologia da UFSCAR**, v. 12, n. 1, p. 373-392, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2020/09/17.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

TOURINHO, Adriana de Oliveira. A influência das reformas urbanas parisienses no Rio de Janeiro dos anos 20. **Anais das Jornadas de 2007**. Disponível em: <<https://revistadiscentepgghis.files.wordpress.com/2009/05/adriana-tourinho-a-influencia-das-reformas-urbanas-parisienses-no-rio-de-janeiro-dos-anos-20.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, v. 17, n. 1, p. 161–185, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Involuntários da Pátria: reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 20/04/2016. **ARACÊ** – Direitos Humanos em Revista, v. 4, n. 5, fev. 2017. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4865765/mod_resource/content/1/140-257-1-SM.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

Dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso

ALMEIDA, Matheus de Araújo. **Do luto à luta**: o movimento mães de maio da baixada santista de São Paulo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, Antropologia Social. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-30082021-173948/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BOTTON, Fabiana Felício. **“Roubamos sem dar um tiro”**: BOTTON, Fabiana Felício. **“Roubamos sem dar um tiro”**: uma etnografia de grupos de fraudadores no espaço virtual. 2022. Dissertação (mestrado): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, Antropologia Social. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10062022-105118/publico/2022_FabianaFelicioBotton_VOrig.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRACONI, Julio César. **A disputa pela moradia na região central de São Paulo**: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge. Dissertação (Mestrado em Ciências): Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-17022017-133017/publico/Corrigida_Julio_Braconi.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **O Resgate do centro de Porto Alegre**: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia. Dissertação (Mestrado em Geografia): Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/2926>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CABRAL, Márcio Pereira. **Território urbano em disputa**: as transformações no Centro de Porto Alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em

Geografia, Porto Alegre, 2018. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8688>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CREPALDE, Adilson. **A construção do significado de tekohá pelos Kaiowá do Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado): Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115758/000956346.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese (Doutorado): Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://lepur.com.br/wp-content/uploads/2017/12/10-Tese-Rosana-Denaldi.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DEVOS, Rafael Victorino. **A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos nas ilhas do parque estadual delta do Jacuí, Porto Alegre/RS**. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (tese de doutorado), Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8688>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FÁVARO, Cláudia. **Os (possíveis) impactos da gestão e do processo de planejamento na preparação da cidade de porto alegre para a copa do mundo FIFA 2014: o estado de exceção e a violação de direitos humanos, em especial do direito à moradia adequada**. Dissertação (Especialização): Pós-Graduação em Gestão Estratégica do Território Urbano, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7948/Ci%C3%A1udia+F%C3%A1varo_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 nov. 2022.

GUTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/114459/000953874.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade em Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2363>>. Acesso em: 05 set. 2022.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2013. Disponível em:
<<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497232>>. Acesso em: 30 out. 2021.

PEREIRA, Álvaro Luis dos Santos Pereira. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2015. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-19052016-111952/publico/AlvaroPereiraTeseDoutorado.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2022.

PINTO, Ricardo Pereira. **Estratégia e luta: a Ocupação 20 de Novembro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Disponível em: <

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28947/000774559.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 22 jan. 2022.

PROCHNOW, Simone Back. **Quarta Natureza para o Quarto Distrito: tudo está conectado**. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216817>>.

Acesso em: 31 out. 2022.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. Tese (Doutorado): Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat, 2009. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-19032010-114007/publico/Doutorado_LucianadeOliveiraRoyer.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SANCHES, Nanashara D'Ávila. **As ocupações no centro histórico de Porto Alegre e a formação de territórios de resistência**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/226283/001130677.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima. **Democracia e cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204599/001110283.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 out. 2022.

Fontes estatais

BRASIL. Lei nº 621 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CAMARAPOA. **073ª Sessão Ordinária Híbrida**, Porto Alegre, 15 ago. 2022.

Disponível em:

<https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sessoes_plenarias/83734/1661178430.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Livros

ABALOS JÚNIOR, José Luís. Reconhecendo o território: a produção de caminhadas e imagens no bairro floresta em porto alegre. *In*: MARX, Vanessa (Org.). **4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta** (livro eletrônico). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 39-48, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246937>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ADERALDO, Guilherme. **Reinventando a cidade**: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2017.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011, p. 59-88.

ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Saúde e Doença**: Um Olhar Antropológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Seguinte, 2020.

AUGUSTIN, André Coutinho. FEDOZZI, Luciano. Para quem se governa em Porto Alegre? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições municipais de 2020. *In*: MARX, Vanessa. FEDOZZI, Luciano Joel. CAMPOS, Heleniza Ávila (Org.). **Reforma urbana e direito à cidade**: Porto Alegre. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-porto-alegre/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do Mal**. Tradução de Ivan Junqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1857].

BEDESCHI, Luciana. BARBOSA, Benedito Roberto. Enfrentando a agenda da morte: conhecer a história, ocupar, resistir e construir como a afirmação concreta da luta pelo direito à cidade e aos territórios. *In*: MULLER, Cristiano *et al.* (org.). **A luta pelos direitos humanos nas cidades** (livro eletrônico): promovendo a defesa e a proteção das ocupações urbanas. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2020, v. 1, p. 10-24.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 [1972].

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. **El ofício del sociólogo**. México: Siglo Veintuno, 1987.

- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ECKERT, Ana; ROCHA, Cornelia. **Etnografia de rua**: estudo de antropologia urbana. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015 [1872].
- EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. *In.*: **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- FEDOZZI, Luciano. O retrocesso da participação e a contrarreforma urbana. *In.*: MARX, Vanessa. FEDOZZI, Luciano Joel. CAMPOS, Heleniza Ávila (Org.). **Reforma urbana e direito à cidade**: Porto Alegre (livro eletrônico). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-porto-alegre/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUARNIERI, Paulo Gilberto Moraes. **4º Distrito**: uma leitura humanizada. *In.*: MULLER, Cristiano *et al.* (org.). A luta pelos direitos humanos nas cidades (livro eletrônico): promovendo a defesa e a proteção das ocupações urbanas. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2020, v. 1, p. 82-94.
- GUPTA, Akhil. FERGUSON, James. **Mais além da "cultura"**: espaço, identidade e política da diferença. *In.*: ARANTES, Antônio A. (org.). Espaço da Diferença. Campinas: Unicamp, 2000. p. 30-49.
- HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008 [2005].

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

IBARRA, María Cristina. **Design como correspondência**: antropologia e participação na cidade. Recife: UFPE, 2021. Disponível em: <<https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/729/740/2339>>. Acesso em: 19 out. 2022.

INGOLD, Tim. **Antropologia**: para que serve? Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Contra o espaço**: lugar, movimento, conhecimento. *In*: INGOLD, Tim. *Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015, p. 215-229.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2 ed., 2003.

JANOSCHKA, Michael. SEQUERA, Jorge. Procesos de gentrificación y desplazamiento em América Latina, una perspectiva comparativista. *In*: MICHELINI, Juan José (Coord.). **Desafíos metropolitanos**. Un diálogo entre Europa y América Latina. Madrid: Catarata, 2014. p. 82-104.

JAY, Martin. **A Imaginação Dialética**: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

JIRÓN, Paola. **El habitat residencial observado desde la movilidad cotidiana urbana**. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 2017. *In*: *IMILAN, W; LARENAS, J; CARRASCO, G; RIVERA, S. ¿Hacia dónde va la vivienda en Chile?: nuevos desafíos en el hábitat residencial*. p. 269-279. Disponível em: <<https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/144894>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LAHORGUE *et al.* Habitação em Porto Alegre: situações e perspectivas. *In*: MARX, Vanessa. FEDOZZI, Luciano Joel. CAMPOS, Heleniza Ávila (Org.). **Reforma urbana e direito à cidade**: Porto Alegre. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-porto-alegre/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2 ed., 2001a [1905].

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b [1968].

LINDENBAUM, Shirley. LOCK, Margaret (Org.). **Knowledge Power and Practice**: The Anthropology of Medicine and Everyday Life. Berkeley: Califórnia, University of California Press, 1993.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme Cantor. TORRES, Lilian de Lucca (Org.). **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Vanessa (Org.). **4° Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246937>>. Acesso em 06 dez. 2022.

_____. Direito à cidade e relações de pertencimento com o bairro floresta a partir do olhar dos coletivos, movimentos e organizações sociais. *In*: MARX, Vanessa (Org.). **4° Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022a, p. 92-116. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246937>>. Acesso em 06 dez. 2022.

_____. FEDOZZI, Luciano Joel. CAMPOS, Heleniza Ávila (Org.). **Reforma urbana e direito à cidade**: Porto Alegre. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-porto-alegre/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

_____. MOROSO, Karla. FEDOZZI, Luciano Joel. Reivindicações e as lutas urbanas em Porto Alegre. *In*: MARX, Vanessa. FEDOZZI, Luciano Joel. CAMPOS, Heleniza Ávila (Org.). **Reforma urbana e direito à cidade**: Porto Alegre. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-porto-alegre/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. *In*: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papiros, 2000, p.177-185.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 6 ed., 2007.

PARK, Robert Ezra. 1967. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p 29-72, 1967.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Morar e viver na luta**: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**. Vida e trabalho 1880-1920. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **As metrópoles e a COVID-19**: dossiê nacional (livro eletrônico), v. 1. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp->

content/uploads/2022/02/Dossie-COVID_v3_comISBN.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. **As metrópoles e a COVID-19**: dossiê nacional (livro eletrônico), v. 2. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/as-metropoles-e-a-covid-19-dossie-nacional/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

_____. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOARES, Paulo *et al.* **A pandemia de COVID-19 no Rio Grande do Sul e na metrópole de Porto Alegre**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *As metrópoles e a COVID-19: dossiê nacional*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020, v. 1, p. 338-370.

TARRIUS, Alain. **Les nouveaux cosmopolitismes des pauvres**. Paris: Éditions de l'Aube, 1996.

TAVARES, Selena. SOUZA, Vitoria Gonzatti de. WINCKLER, Joana. Governança urbana no bairro floresta: agentes, estratégias e planos de intervenção. In: MARX, Vanessa (Org.). **4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 71-89, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246937>>. Acesso em 06 dez. 2022.

TELLES, Vera da Silva. CABANES, Robert (Org.). **Nas Tramas da Cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: **O Desafio da Cidade**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute/FAPESP, 1998.

WEIMER, Rodrigo de A. Gildas de todas as 'cores': construção de imagens racializadas das 'vilas de malocas'. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 495-528.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WINCKLER, Joana. ABALOS JÚNIOR, José Luís. Entre cultura e economia criativa: a produção de consensos e contradição no bairro floresta. In: MARX, Vanessa (Org.). **4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta**. Porto

Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022, p. 51-69. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246937>>. Acesso em 06 dez. 2022.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 97-122, 1967.

Mídias digitais

ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO. **Alerta de ameaça de violação ao direito à moradia**. Porto Alegre, 13 jul. 2020. Facebook: assentamento20denovembro.

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/assentamento20denovembro/photos/pcb.1577526995754776/1577526215754854/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

_____. **E finalmente temos o "papel"**. Porto Alegre, 13 ago. 2017. Facebook: assentamento20denovembro. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/assentamento20denovembro/photos/a.512397808934372/831158500391633/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional. **O direito de morar: a Ocupação Saraí**. Porto Alegre: fev. 2014. Disponível em: <<http://camp.org.br/2014/02/23/o-direito-de-morar-a-ocupacao-sarai/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

FNA, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. **Assentamento 20 de Novembro**. Youtube, 01 maio 2021. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=nSiG9OWRAZw>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GEOGRAFIA UFRGS LITORAL. **Tertúlia UFRGS Litoral: estratégias e sobrevivência no território #8**. YouTube, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/R8jiM7suVQs>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

HABITATBRASIL. 1ª Virada da Habitação promove debates sobre moradia social em 13 cidades. **Habitat para a humanidade Brasil**, Recife/PE, 2022. Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br/participe-da-virada-da-habitacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JORNAL SUL21. **‘É possível famílias de baixa renda morarem no Centro’**.

Youtube, 06 maio 2018. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=WnGKWJ2uCEA>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MILLER, Daniel. **Como conduzir uma etnografia durante o isolamento** - Prof. Daniel Miller, Univ. College of London. YouTube, São Paulo: LISA USP, 20 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WC24b3nzp98&ab>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MNLM-RS. **Sobre mim**. [S.l.], jul. 2007. Disponível em: <

<https://www.blogger.com/profile/06047265700325978388>>. Acesso em: 05 set. 2022.

OCUPAÇÃO 20 DE NOVEMBRO – MNLM. **A copa dos 20 de Novembro**

documentário brasil 2012 23min50. Youtube, 3 dez. 2012 (2012a). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=2JsRIBNZgMc>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

_____. **As primeiras famílias chutadas pela copa em porto alegre.** Youtube, 17 nov. 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/0s4-ZuQ30Mo>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PORTO ALEGRE. Relatório: Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre (PRCHPA – DIAGNÓSTICO). **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**, Diretoria De Planejamento Urbano, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/137061/Anexo_1___Relatorio_d_e_Diagnostico.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

RADICIONE, Luciana (FNA). #ElaspeloDireitoàCidade: Força feminina que passa de mães para filhas. **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU**, 09 mar. 2021. Disponível em: <<https://ibdu.org.br/2021/03/09/elaspelodireitoacidade-forca-feminina-que-passa-de-maes-para-filhas/?fbclid=IwAR0xxpfFSuDR3TjaAsI7hAicxJIB6M1RCNtwLI7QLis38WHTfQcpG6UpF8>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RAQUELROLNIK, Blog da. Em Porto Alegre, Copa 2014 vira justificativa para qualquer alteração urbanística. **Wordpress**, 15 dez. 2010. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/12/15/em-porto-alegre-copa-2014-vira-justificativa-para-qualquer-alteracao-urbanistica/>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SOUZA, Jorge de. Rio ou lago? A polêmica sobre o que é o Guaíba divide os gaúchos até hoje. **Histórias do mar**, jan. 2020. Disponível em: <<https://historiasdomar.blogosfera.uol.com.br/2020/01/13/rio-ou-lago-a-polemica-sobre-o-que-e-o-guaiba-divide-os-gauchos-ate-hoje/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

WALLIG, João Felipe. Vila flores, núcleo de resistência no 4º Distrito de Porto Alegre. **Arq. Futuro**, 16 set. 2015. Disponível em: <<https://arqfuturo.com.br/post/vila-flores-nucleo-de-resistencia-no-4--distrito-de-porto-alegre>>. Acesso em: 8 set. 2022.

WERNECK *et al.* Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil. **Oxfam Brasil**, jun. 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Reportagens

AGENCIA ESTADO. Túnel cavado pelo PCC em Porto Alegre começa a ser fechado. **Estadão**, 07 set. 2006. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tunel-cavado-pelo-pcc-em-porto-alegre-comeca-a-ser-fechado,20060907p29972>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BEDUSCHI, Taiane. O teto sobre nós não é rooftop. **Matinal Jornalismo**: Porto Alegre, 05 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/o-teto-sobre-nos-nao-e-rooftop/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CANOFRE, Fernanda. No 4º Distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam: a quem serve a 'revitalização'? **Sul21**: Porto Alegre, ago. 2017. Disponível em: <<https://especiais.sul21.com.br/tag/4o-distrito/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

EXPRESSO DA NOTÍCIA. **Quadrilha comprou prédio por R\$ 1,2 milhão para fazer assalto**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/140213/quadrilha-comprou-predio-por-r-1-2-milhao-para-fazer-assalto>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FLECK, Giovana. 'É possível famílias de baixa renda morarem no Centro': Começa reforma do Assentamento 20 de Novembro. **Sul 21**, Porto Alegre, 06 maio 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2018/05/e-possivel-familias-de-baixa-renda-morarem-no-centro-comeca-reforma-do-assentamento-20-de-novembro/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FOLHA ONLINE. Fifa oficializa Brasil como sede da Copa do Mundo 2014. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2007/10/341044-fifa-oficializa-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-2014.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FÓRUM. Chineses são proibidos de usar elevador em prédio comercial de São Paulo. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 05 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/chineses-sao-proibidos--de-usar-elevador-social-de-predio-comercial-em-sao-paulo/?-fbclid=IwAR29aBgdFojJDknW0bXGnAJIXnzaIGXXQ2zTuwdKp-FAYITuEpBcXJVhfnw>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GOMES, Gean. Bolsonaro veta proposta que proibia despejos até o fim de 2021. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, ago. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/789907-bolsonaro-veta-proposta-que-proibia-despejos-ate-o-fim-de-2021/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GZH. Relembre: Prédio ocupado por manifestantes no centro da Capital já serviu de esconderijo ao PCC. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 out. 2011. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2011/10/relembre-predio-ocupado-por-manifestantes-no-centro-da-capital-ja-serviu-de-esconderijo-ao-pcc-3511722.html>>. Acesso em 12 jun. 2022.

LESINA, Eduardo. Prédio que abriga Ocupação 20 de Novembro está preste a receber reforma. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/cadernos/empresas_e_negocios/627697-predio-que-abriga-ocupacao-20-de-novembro-esta-preste-a-receber-reforma.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LOPES, Tatiana. Aos 240 anos, Porto Alegre mira a Copa e se prepara para o futuro, **G1**, 26/03/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/03/aos-240-anos-porto-alegre-mira-copa-e-se-prepara-para-o-futuro.html#:~:text=Porto%20Alegre%20vai%20mudar.,de%20modernizar%20a%20capital%20ga%C3%Ba>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SILVA, Roger. De túnel para assalto a “ponto de encontro porto-alegrense”: veja como vai ficar o primeiro prédio revitalizado no Centro Histórico. **GZH**: Porto Alegre, 20 jan. 2022. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/01/de-tunel-para-assalto-a-ponto-de-encontro-porto-alegrense-veja-como-vai-ficar-o-primeiro-predio-revitalizado-no-centro-historico-ckyn79ajq005i015pg6efv3vx.html>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

WEISSHEIMER, Marco. Da Ocupação Sarai ao Cais Rooftop: vitória do elitismo e da gentrificação, criticam entidades. **Sul21**: Porto Alegre, 28 jan. 2022. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/01/da-ocupacao-sarai-ao-cais-rooftop-vitoria-do-elitismo-e-da-gentrificacao-criticam-entidades/>>. Acesso em: 27 ago. 2022.